

44

1^o
semestre
2023

INTERAÇÕES

sociedade e as novas modernidades



INTERAÇÕES

sociedade e as novas modernidades

44
1º
semestre
2023

3 PREFÁCIO/PREFACE

ENSAIOS/ESSAYS

- 9 Saturation, Meaning and Death: Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances
Saturação, Significado e Morte: Notas para uma abordagem crítica às possibilidades textuais da IA
Matteo Stocchetti

ARTIGOS/ARTICLES

- 29 Por onde anda o Cronista? Explorando a Crónica Narrativa em Diários de Referência
Where does the Columnist go by? Exploring Narrative Crónica in Portuguese Quality Newspapers
José Ricardo Carvalho
- 53 Comunicação Interna e Cultura Organizacional: Revisão de Literatura
Internal Communication and Organizational Culture: Literature Review
Helena Sofia Santos, Paula Campos Ribeiro
- 70 Desordem Informativa no Contexto da Pandemia de Covid-19
Information Disorder on COVID-19 Pandemic Context
Gisiela Klein
- 92 A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*
The Mediatic Coverage of the Death of Ihor Homenyuk: The Case of Expresso and Público
Catarina Magalhães
- 118 Smart City as Participatory Environment:
An Archaeological Exercise on How to Build a Political Community
*A Cidade Inteligente como Ambiente Participativo:
Um Exercício Arqueológico Sobre como Construir uma Comunidade Política*
Catarina Patrício, Carlos Smaniotto Costa
- 135 Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides:
Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários
*No Camels nor Tunics, Just Pyramids:
Perspectives of Sustainability in NFT Games from the Perspective of Users*
Felipe Moura Oliveira, Joseane de Carvalho Leão
- 165 As Práticas de Consumo de Lazer de Famílias com Crianças Autistas
The Leisure Consumption Practices of Families with Autistic Children
**Omero Galdino da Silva Junior, Elielson Oliveira Damascena, Francisco Vicente Sales Melo,
Pamela Karolina Dias**

Prefácio

O ensaio que inicia o volume 44 da *Interações*, de Matteo Stocchetti, utiliza como suporte teórico a perspectiva de Baudrillard sobre o fim do capitalismo para explorar o impacto dos textos gerados pela Inteligência Artificial (IA) nas sociedades capitalistas, através de três condições, baseadas nas ideias de *saturação*, *significado sem sentido* e *indeterminismo tecnológico*. O autor sugere que o desenvolvimento de textos gerados por IA pode atingir um ponto de saturação, já que o excesso de informação e de significado levam à implosão do capitalismo; pode também produzir um “significado sem sentido”, o que desafia o estatuto do texto e da criação de significado como resposta inata dos seres humanos ao medo da morte; por fim, pode ainda provocar uma transição para o indeterminismo tecnológico, alterando significativamente as funções sociais do desenvolvimento tecnológico e introduzindo aspetos de incerteza e ambivalência.

José Ricardo Carvalheiro explora o trajeto da crónica narrativa através de uma análise longitudinal em jornais de referência, nomeadamente, no *Diário de Lisboa* e no *Público*, tendo por amostra um vasto conjunto de textos aí publicados, entre 1959 e 2019. O principal objetivo da sua investigação é obter resultados empíricos sobre a presença da crónica na imprensa portuguesa nas últimas décadas. Os resultados do seu estudo apontam para um aumento significativo das crónicas publicadas na época em estudo, se bem que acompanhado pela perda da autoria jornalística, em favor do recurso a colaboradores externos. José Ricardo Carvalheiro realça que, apesar de uma frequente hibridação entre relato e comentário, nota-se, atualmente, uma hegemonia da opinião no terreno da crónica, enquanto diminui a percentagem de textos dominados por um registo narrativo e por relatos baseados na observação direta do quotidiano.

No artigo seguinte, Helena Sofia Santos e Paula Campos Ribeiro realizam uma revisão sistemática da literatura sobre investigação empírica relativa à relação entre comunicação interna e a cultura organizacional. As autoras analisam uma amostra de cinco estudos empíricos que abrangem pessoas com diferentes cargos e níveis de

escolaridade, sendo a informação recolhida através de estudos de casos, questionários e entrevistas. Os resultados do seu estudo indicam que a cultura organizacional tem um forte impacto na comunicação interna. As autoras enfatizam que a cultura emocional e a cultura ética trazem vantagens significativas para a comunicação interna nas organizações, uma vez que permitem estabelecer um ambiente de confiança, responsabilidade e credibilidade entre todos os colaboradores, criando as condições para que o líder da empresa possa comunicar de forma eficaz com os seus colaboradores.

O texto de Gisiela Klein tem como principal objetivo analisar o estado da arte dos estudos académicos que abordam a desordem informativa produzida no contexto da pandemia Covid-19. A autora analisa 59 artigos académicos recolhidos nas bases de dados Scopus, Web of Science e Communication & Mass Media, concluindo que a desordem informativa produzida no contexto da pandemia teve um impacto negativo na comunicação. As notícias falsas, imprecisas ou fora de contexto prejudicaram os efeitos pretendidos pelas políticas públicas, principalmente no que diz respeito à vacinação. A desordem informativa teve ainda efeitos no aumento dos discursos de ódio, bem como no agravamento de doenças psicológicas e no aumento dos níveis de stress e de ansiedade. A análise da literatura revelou também um consenso académico sobre a insuficiência do termo *fake news* para descrever o cenário informativo atual, sendo preferível substituí-lo pelo conceito de *desordem informativa*.

Catarina Magalhães examina a cobertura que dois jornais de referência em Portugal – *Expresso* e *Público* – fizeram da morte do cidadão ucraniano Ihor Homenyuk nas instalações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Combinando análises quantitativa e qualitativa, a autora compara a cobertura feita pelos dois jornais em dois períodos diferentes, coincidentes com a divulgação do caso e com a dedução da acusação. O seu estudo mostra que o principal foco das notícias foi, em primeiro lugar, o cidadão ucraniano e, só depois, os agressores, havendo uma tentativa de humanizar o agredido, identificando-o com a imagem do emigrante trabalhador e dedicado à família que procura melhores condições de vida. Por outro lado, a forma como o caso foi descrito nalgumas peças contribuiu para uma imagem negativa do SEF, intensificada, segundo a autora, pela atuação política dos governantes.

O artigo seguinte, de Catarina Patrício e Carlos Smaniotto Costa, procura redefinir o conceito de Cidades Inteligentes. Os autores interrogam-se se as Cidades Inteligentes podem transcender a aplicação de tecnologia para se tornarem ambientes verdadeiramente participativos. Explorando o papel crucial da participação cívica

e da política nessa transformação, o artigo oferece uma perspectiva inovadora sobre as cidades inteligentes, focando-se nas conexões entre cidadãos, lugares e património. Convergindo com a literatura existente sobre o tema, Catarina Patrício e Carlos Smaniotto Costa realçam a importância das redes, das pessoas, das arquiteturas, dos instrumentos e dos programas para a criação de Cidades Inteligentes. Por fim, concluem que o papel dos curadores digitais é importante, pois promovem ambientes participativos na formação das Cidades Inteligentes.

Os *Blockchain games* ou jogos de *tokens* não-fungíveis (jogos NFT) constituem o tema do artigo de Felipe Moura Oliveira e de Joseane de Carvalho Leão. Contrariamente aos jogos tradicionais, cujo objetivo é puramente a diversão, os jogos NFT têm um objetivo económico, pois geram uma fonte de rendimento para os seus jogadores. Porém, a crescente concorrência que tem vindo a caracterizar o sector ameaça a sua sustentabilidade, pois o seu funcionamento assemelha-se cada vez mais às pirâmides financeiras. Combinando elementos de estudos anteriores, como conceitos económicos fundamentais, questões legais e a problemática das pirâmides financeiras, com uma abordagem indutiva, aplicada e qualitativa, através da análise de entrevistas semiestruturadas, pesquisa bibliográfica e documental, Felipe Moura Oliveira e Joseane de Carvalho Leão propõem formas de melhorar a sustentabilidade dos jogos NFT no contexto da economia digital e da tecnologia *blockchain*.

O volume encerra com a investigação de Omero Junior, Elielson Damascena, Francisco Melo e Pamela Dias sobre as práticas de consumo de lazer das famílias com crianças autistas. Através da realização de entrevistas semiestruturadas e de autorrelato, o estudo identifica elementos que caracterizam as práticas de consumo dessas famílias. Tal como se afirma no artigo, essas práticas são configuradas pela conexão que se forma entre materiais adaptados ou com objetivos pedagógicos, conhecimentos ministrados por profissionais ou aprendidos de forma autodidata e significados específicos, tal como a dualidade existente entre prazer e *stress*. O artigo conclui com a apresentação de propostas para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida das famílias de pessoas com autismo, que passam, designadamente, pela formação de profissionais, maior atenção do poder público, flexibilização das condições de trabalho e criação de um ambiente físico voltado para os cidadãos com autismo.

Vasco Almeida
 Inês Amaral
 Maria João Barata

Preface

The essay that begins volume 44 of *Interações*, by Matteo Stocchetti, uses Baudrillard's perspectives on the end of capitalism as a theoretical support to explore the impact of texts generated by Artificial Intelligence (AI) in capitalist societies, through three conditions, based on the ideas of *saturation*, *meaningless meaning* and *technological indeterminism*. The author suggests that the development of AI-generated texts may reach a saturation point, as the excess of information and meaning leads to the implosion of capitalism; it can also produce “meaningless meaning”, which challenges the status of text and meaning-making as an innate human response to the fear of death; finally, it may even trigger a transition to technological indeterminism, significantly altering the social functions of technological development and introducing aspects of uncertainty and ambivalence.

José Ricardo Carvalheiro explores the trajectory of the narrative *crónica* through a longitudinal analysis in leading Portuguese newspapers, namely, *Diário de Lisboa* and *Público*, using a wide range of texts published there between 1959 and 2019 as a sample. The main objective of his research is to obtain empirical results on the presence of chronicles in the Portuguese press in recent decades. The results of his study point to a significant increase in *crónicas* published during the years under study, albeit accompanied by the loss of journalistic authorship, in favor of resorting to external collaborators. Carvalheiro emphasizes that, despite a frequent hybridization between report and commentary, there is currently a hegemony of opinion in the field of *crónicas*, while the percentage of texts dominated by a narrative register and by reports based on direct observation of the everyday life.

In the following article, Helena Sofia Santos and Paula Campos Ribeiro conduct a systematic review of the literature on empirical research concerning the relationship between internal communication and organizational culture. The authors analyse a sample of five empirical studies that include people with different positions and levels of education, with the information collected through case studies, questionnaires and interviews. The results of their study indicate that organizational culture has a strong

impact on internal communication. According to the authors, emotional culture and ethical culture bring significant advantages to internal communication in organizations, since they allow the establishment of an environment of trust, responsibility and credibility among all employees, creating the conditions for the company's leader to be able to communicate effectively with his/her employees.

The main objective of the text by Gisiela Klein is to analyze the state of the art of academic studies that address the informational disorder produced in the context of the Covid-19 pandemic. The author analyzes 59 academic articles collected from the Scopus, Web of Science and Communication & Mass Media databases, concluding that the information disorder produced in the context of the pandemic had a negative impact on communication. Fake, inaccurate or out-of-context news undermined the intended effects of public policies, especially with regard to vaccination. The information disorder also had an effect on the increase of hate speech, as well as on the worsening of psychological illnesses and on the increase of stress and anxiety levels. The analysis of the literature also revealed an academic consensus on the insufficiency of the term *fake news* to describe the current information scenario, being preferable to replace it with the concept of *information disorder*.

Catarina Magalhães examines the coverage that two leading newspapers in Portugal – *Expresso* and *Público* – did on the death of Ukrainian citizen Ihor Homenyuk in the facilities of the Foreigners and Borders Service (SEF). Combining quantitative and qualitative analyses, the author compares the coverage made by the two newspapers in two different periods, coinciding with the disclosure of the case and the filing of the accusation. Her study shows that the main focus of the news was, in the first place, the Ukrainian citizen and, only secondarily, the aggressors, with an attempt to humanize the attacked person, identifying him with the image of the hard-working and dedicated to the family emigrant seeking better living conditions. On the other hand, the way in which the case was described in some news articles, contributed to a negative image of the SEF, intensified, according to the author, by the political action of the government officials.

The following article, by Catarina Patrício and Carlos Smaniotto Costa, seeks to redefine the concept of Smart Cities. The authors question whether Smart Cities can transcend the application of technology to become truly participatory environments. Exploring the crucial role of civic and political participation in this transformation, the article offers an innovative perspective on Smart Cities, focusing on the connections between citizens, places and heritage. Converging with the existing literature

Preface

on the subject, Catarina Patrício and Carlos Smaniotto Costa highlight the importance of networks, people, instruments, architectures and programs for the creation of Smart Cities. Finally, they conclude that the role of digital curators is important, as they promote participatory environments in the formation of Smart Cities.

Blockchain games or games with non-fungible tokens (NFT games) are the theme of the article by Felipe Moura Oliveira and Joseane de Carvalho Leão. Unlike traditional games whose objective is purely for fun, NFT games have an economic objective, as they generate a source of income for their players. However, the growing competition that has come to characterize the sector, threatens its sustainability, as its operation is increasingly similar to financial pyramids. Combining elements from previous studies, such as fundamental economic concepts, legal issues and the problem of financial pyramids, with an inductive, applied and qualitative approach, through the analysis of semi-structured interviews, bibliographical and documentary research, Felipe Moura Oliveira and Joseane de Carvalho Leão propose ways to improve the sustainability of NFT games in the context of the digital economy and blockchain technology.

The volume ends with a research by Omero Junior, Elielson Damascena, Francisco Melo and Pamela Dias on the leisure consumption practices of families with autistic children. Through semi-structured and self-report interviews, the authors identified elements that characterize the consumption practices of these families. As they claim, those practices are configured through a connection between materials that are adapted or with pedagogical objectives, knowledge taught by professionals or learned in a self-taught way, and specific meanings, such as the existing duality between pleasure and stress. The article concludes with the presentation of proposals to improve the well-being and quality of life of the families of people with autism, that include, namely, the training of professionals, greater attention from the public authorities, more flexible working conditions and the creation of a physical environment oriented towards citizens with autism.

Vasco Almeida

Inês Amaral

Maria João Barata

Saturation, Meaning and Death: Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances

Matteo Stocchetti

Arcada University of Applied Science, Helsinki - matteo.stocchetti@arcada.fi

Abstract

The demand of a moratorium on the development of AI by influential representatives of tech giants is an ambivalent sign of fear. Baudrillard's insights on the possible end of capitalism and its regime of simulation, offers opportunities to interpret this sign as the sudden awareness, among techno-corporate elites, that AI may bring about the end of capitalism through conditions of saturation, implosion, excess. These conditions, relates to the relationship between the fear of death and the role of textual competences or 'meaning-making' in tackling this fear. The production of 'meaningless meaning' through AI textual affordances challenges the status of the text and meaning-making as humans' atavistic response to the fear of death. As the resiliency of capitalism depends on the suppres-

sion of (the fear of) death, the development of AI textual affordances meddles with this response and with the fear it suppresses, suggesting the possibility of technological 'indeterminism'. Through the mediation of 'organic' intelligence and critical knowledge, the fears about AI and the concerns about the end of capitalism by saturation can be construed as preconditions for the epistemic reevaluation of the human experience of life and the fear of death against the dehumanizing effects of technological simulation of life. This paper is a preliminary, non-empirical and largely speculative or reflective engagement with three propositions about the relationship between AI textual affordances and the experience of saturation, meaning and death.

Keywords: AI, critical theory, technological indeterminism, saturation, fear.

Saturação, Significado e Morte: Notas para uma abordagem crítica às possibilidades textuais da IA

Resumo

A procura por uma moratória no desenvolvimento da IA pelos representantes influentes dos gigantes da tecnologia é um sinal ambiva-

lente de medo. As perspectivas de Baudrillard sobre o possível fim do capitalismo e do seu regime de simulação oferecem oportunidades

Saturation, Meaning and Death: Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances

para interpretar esse sinal como a repentina consciência, entre as elites tecnocorporativas, de que a IA pode trazer o fim do capitalismo por meio de condições de saturação, implosão e excesso. Essas condições estão relacionadas com a relação entre o medo da morte e o papel das competências textuais ou da ‘criação de significado’ na abordagem desse medo. A produção de ‘significado sem sentido’, por meio das possibilidades textuais da IA, desafia o status do texto e da criação de significado como resposta atávica dos seres humanos ao medo da morte. Como a resiliência do capitalismo depende da supressão do (medo da) morte, o desenvolvimento das possibilidades textuais da IA interfere nessa resposta e no

medo que ela suprime, sugerindo a possibilidade de um ‘indeterminismo’ tecnológico. Por meio da mediação da inteligência ‘orgânica’ e do conhecimento crítico, os medos relacionados com a IA e as preocupações com o fim do capitalismo por saturação podem ser interpretados como precondições para a reavaliação epistêmica da experiência humana da vida e do medo da morte, diante dos efeitos desumanizadores da simulação tecnológica da vida. Este artigo é um envolvimento preliminar, não empírico e em grande parte especulativo ou reflexivo, com três proposições sobre a relação entre as possibilidades textuais da IA e a experiência de saturação, significado e morte.

Palavras-chave: IA, teoria crítica, ‘indeterminismo’ tecnológico, saturação, medo.

INTRODUCTION: AI & FEAR

The reflections contained in the text that follows are inspired by the publication of a letter, signed, among others by Elon Musk and Steve Wozniak, advocating a moratorium in the further development of AI (Musk et al, 2023). I interpreted that letter as an ambivalent signifier of anxiety, if not fear, or more precisely a fear inducing expression of fear expressing the paradox of the forces relentlessly pushing for the development of AI now recommending to stop the process they’ve been feeding. Why? Assuming that the representatives of these forces are also the most aware of the developmental potential of these technologies and their implications, what is the nature of their concerns?

To address these concerns, in this paper I thus suggest three propositions or theses about the corporate concerns associated with the textual affordances of AI. This approach is significantly different from that adopted by other critical works on AI and its social implications (e.g. (Dyer-Witheford, Mikkola Kjösen, & Steinhoff, 2019) (Larson, 2021) (Roberge & Castelle, 2021)) to the extent that it looks at these concerns from within, rather than without the logic of capitalism. The rationale for this

operation is to understand what is in the development of AI textual affordances that worries its developers in order to understand if and how this development may, or may not, help us in thinking the end of capitalism without having to imagine the end of the world (Jameson, 2003, p. 76)

The three theses I suggest below – about saturation, ‘meaningless meaning’ and ‘technological indeterminism’ – have in turn been inspired by the work of Baudrillard and his ‘pataphysic’ methodology¹. While I don’t discuss this here, the reader will notice how that work and the ideas associated with it are the conceptual *trait d’union* or simply ‘glue’ connecting the notions of saturation, text, meaning and death in my argument about the concerns with the textual affordances of AI. As I shall argue in a moment, interpreted through the work of Baudrillard, each of these three propositions has to do with death, the return of the suppressed and ultimately the end of capitalism.

SATURATION

In common parlance saturation is the point where a fluid cannot absorb more of a given substance e.g. the point where a glass of water cannot melt more sugar or salt. For our purposes, however, saturation deserves attention for its usage in the study of social change and, in particular, of the resiliency of ‘systems of simulation: the systems where, according to Baudrillard, reality has been replaced by representations based on ‘the code’. Putting Baudrillard aside for a moment, in academia, saturation is a useful notion and a method to describe complex processes of non-incremental changes difficult to grasp in their making and opaque in their outcomes, for example as these relates to society (Sulkunen, 2009), the environment (Snorton & Yap, 2020) and race (Jue & Ruiz, 2021).

Kenneth Gergen, for example, argued that the impact of new technologies on the ways we understand the self consists of what he called ‘social saturation’ (Gergen, 1991, p. 6). This is a process by which ‘new technologies make it possible to sustain relationships – either directly or indirectly – with an ever-expanding range of other persons’ (Gergen, 1991, p. 3)

¹ Baudrillard used the term pataphysics to describe the methodology that relies on the imaginary to challenge ‘the dominance of the code in society’ (Lechte, 2010, p. 5) and the substitution of reality with a regime of simulation. See (Genosko, 2010) for an effective description of this method.

Saturation, Meaning and Death: Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances

“As we absorb multiple voices, we find that each “truth” is relativized by our simultaneous consciousness of compelling alternatives. We come to be aware that each truth about ourselves is a construction of the moment, true only for a given time and within certain relationships.” (Gergen, 1991, p. 16)

The effects of these ‘new technologies’ on the social construction of the self are quite dramatic since, for Gergen, ‘the fully saturated self becomes no self at all.’ (Gergen, 1991, p. 7)

These themes resonate at collective or sociological level in Sulkonen concerns about ‘the saturated society’. For Sulkonen “the modern ideals of progress, universal individualism and the nation have become saturated” meaning by this, that “these ideals have not ceased to exist, but the conditions of their application have been radically transformed.” (Sulkonen, 2009, p. viii). Sulkonen reminded us that, in sociology, the notion of saturation is a metaphor describing the idea of ‘immanent causation of social change’ introduced by the Russian sociologist Pitirim Sorokin at the Harvard Department of Sociology (Sulkonen, 2009, p. 9). It is this ‘immanent causation’ that brought about ‘the saturated society’ as the society collectively troubled by moral and political dilemmas that, even if Sulkonen did not mention Gergen, one would expect to follow from the ‘saturated self’.

More recently, Snorton and Yap mobilised the notion of saturation in both meanings of ‘materiality of pigment and... the sense of something becoming so full that it is weighed down, rendered immobile, or unable to be added to’, in an epistemic move to suggest that ‘current paradigms cannot fully encompass the complex contemporary reality of race’ (Phillips, 2020, p. xii). In this usage, saturation is a method to engage with issues of race, questioning representation and enabling the users to ask, for example, ‘What is it about liberal multiculturalism and its relationship to capitalism that enables institutions to avoid reaching a saturation point in their operations?’ (Snorton & Yapp, 2020, p. 4)

For Jue & Rafico, saturation is a notion describing ‘a material heuristic’ emerging ‘at the interdisciplinary nexus of the environmental humanities, media studies, cultural studies, science and technological studies, and postcolonial studies... useful for analysing situations in which the elements involved may be difficult or impossible to separate’ that ‘offers two methodological strategies...adequate to situations where discrete objects/substances/phenomena may be difficult to delineate’ and to study

‘processes of transformation that include thresholds, phase changes, and the precipitate’ (Jue & Ruiz, 2021, pp. 1-3)

Compared to these, the notion of saturation in Baudrillard, is useful for at least two reasons: first, its usage to discuss the resiliency of capitalism as a system of simulation and, second, its close, although ambivalent, relation with death.

Baudrillard used saturation to describe the point when a system of simulation reaches the limits of its resilience. In this system, the ‘perfect crime’ of the substitution of reality with its representation and the ‘code’ deprives conventional forms of resistance and opposition of the very grounds for their antagonistic action. The only possible way a system like that, designed to absorb and nullify its Other, can come to an end is through the exacerbation of itself. Saturation is a notion describing the condition where the system collapse as a result of its own working or logic. In this perspective, is it possible that the concerns about the textual affordances of AI reflect the possibility that these affordances could somehow trigger a process that could lead to a radical change and eventually undermine the forces that has so far promoted technological development?

For Baudrillard, saturation is the destiny of “a capitalist system that recognises no limits to its operation, no limits to its potential expansion, and it acknowledges no limits to its moral and technical superiority over other forms of social organizations” (Pawlett, 2013, p. 120)

To describe the same destiny, however, Baudrillard used also other terms such ‘excess’ and ‘implosion’.

Implosion, for example, “is the figure Baudrillard attributes to the masses engaged in the process of hyper-conformity: paradoxical participation that does not justify but destroys.” (Genosko, 2010, p. 151). Applied to the social production of meaning, the ‘implosion of meaning’ describes a condition in which “a new fascinating, non-linear culture emerges, one where the masses are not so much controlled by the media, but gain autonomy through their lack of response to the media.” (Smith, 2010, p. 45)

As for ‘excess’ this notion describes the fundamental feature of the logic of a system – the capitalist system - that has unlimited growth as its only purpose. In this system

“the logic of an excessive system to fuel the growth of anomalies, which along with AIDS and cancer are pathologies in that they have not come from else-

Saturation, Meaning and Death: Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances

where, from ‘outside’ or from afar, but are rather a product of the ‘over- protection’ of the body – be it social or individual. The system’s overcapacity to protect, normalise and integrate is evidenced everywhere: natural immunity is replaced by systems of artificial immunity – ‘hygienic, chemical, medical, social and psychological prosthetics’ (SC, 98) – in the name of science and progress.” (Smith R. G., 2010, pp. 59-60)

The end result of saturation, implosion and excess is a process in which the efforts to avoid death bring about the effacement of birth and the cloning of life. Rather than escaping death, these efforts bring about metastatic death (Lane R. J., 2010). Or the escaping of death through the abolition of natural selection that brings about death by suicide (Pawlett, 2010).

What is distinctive in Baudrillard ‘saturation’ and related notions is a unique conceptual relation between capitalism and death in which the latter is the ‘immanent causation’ and the only hope for the undoing of the former. This idea has been recently articulated further by Byung-Chul Han.

Han share with Baudrillard a notion of death that goes beyond the ‘biological end of life’ and the idea that ‘death may begin before death’ (Han, 2021, p. 11) . In this sense, and echoing Marcuse notion of ‘unfreedom,’ ‘the separation of life and death that is constitutive of the capitalist economy creates an undead life, death-in-life. Capitalism generates a paradoxical death drive; it deprives life of life.’ (Han, 2021, p. 8)

Han’s discussion of the death drive as a constitutive feature of capitalism is important on intellectual grounds because it sheds light on the ‘circularity of fear’ and the idea that the unconscious fear of death in capitalism is externalized and justified or rather mystified through ideology:

“Capitalism is obsessed with death. The unconscious fear of death is what spurs it on. The threat of death is what stirs its compulsion of accumulation and growth. This compulsion drives us towards not only ecological but also mental catastrophe. The destructive compulsion to perform combines self-affirmation and self-destruction in one. We optimize ourselves to death. Relentless self-exploitation leads to mental collapse. Brutal competition ends in destruction. It produces an emotional coldness and indifference towards others as well as towards one’s own self. (Han, 2021, p. 8)

Capitalism relationship with technology, can only reflect the unconscious – unconscious because repressed – fear of death and constitute the grounds for the ‘deadly’ role of data, memory and servers of digital capitalism:

“Capitalism’s striving for life without death creates the necropolis– an antiseptic space of death, cleansed of human sounds and smells. Life processes are transformed into mechanical processes. The total adaptation of human life to mere functionality is already a culture of death. As a consequence of the performance principle, the human being ever more closely approximates a machine, and becomes alienated from itself. Dataism and artificial intelligence reify thinking. Thinking becomes calculating. Living memories are replaced with machine memories. Only the dead remember everything. Server farms are places of death. We bury ourselves alive in order to survive. In the hope of survival, we accumulate dead value, capital. The living world is being destroyed by dead capital. This is the death drive of capital. Capitalism is ruled by a necrophilia that turns living beings into lifeless things. A fateful dialectic of survival turns the living into the dead: the undead.” (Han, 2021, p. 9)

Han’s conclusion about the possibility of revolution is strikingly similar to that of Baudrillard and to the Freudian recommendation ‘si vis vitam, para mortem’. (Freud, 1959, p. 317). For Han, although revolution is possible, it is not brought about by ‘the revolt of death’ but by ‘another form of life’ based on the ‘awareness of the fact that life is only truly alive when there is an exchange with death.’ (Han, 2021, p. 11). Saturation is thus the radical change resulting from the awareness that the immanent causation of the death drive is constitutive of capitalism.

The saturation thesis

If the notes above are plausible, the saturation thesis can read as follows: *The development of AI textual affordances brings capitalism to its saturation point. This consists in the revelation of the intimate connection between capitalism and death, and of the constitutive function of the ‘death drive’.*

In Baudrillard’s terms, this thesis suggests that AI textual affordances are for meaning what cloning is for life: In essence, a technology for the (re)production with metastatic effects (Gilloch, 2010, p. 57) ultimately leading “beyond what it currently

Saturation, Meaning and Death: Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances

means to be human.” (Lane R. J., 2010, p. 32). In this perspective, the forces that develop AI are seeking a moratorium because they are now starting to see the point of saturation of the process they been feeding. This point of saturation manifests itself in some sort of awareness about the impact of the textual affordances of AI on the ambivalent relation of capitalism with the fear of death. This fear has at least three connotations: first, the fear of capitalist death drive and its destructive potential on the natural and social environment; second, the fear of the return of the repressed, or the unconscious fear of death that the ideology of capitalism was originally designed to tackle; third, fear about the end of capitalism itself through saturation, implosion or excess.

If this seems plausible, one could also suggest at least three ‘research questions’ about the relationship between meaning, text and fear (of death) or, more precisely:

1) What is the impact of AI textual affordances and saturation on the processes described by the notions of ‘saturated individual’ (Gergen, 1991) and the ‘saturated society’ (Sulkunen, 2009)? What will happen to the communicative construction of reality if and when AI textual affordances expropriate humans -individual and groups - of their ‘sovereignty’ over meaning-making in the political economy of the text: the production of meaning through textual competences?

2) What is the impact of AI textual affordances and saturation on meaning-making as a form of adaptive behaviour, resulting from a long and unique evolutionary process, for the coordination of collective action? How will this change affect the role of meaning-making and the text in the ‘production’ of civilization, culture, history, reality and, especially, to tackle the problem of death in our daily lives?

3) What is the impact of this AI-induced saturation on the ideological functionality of technological determinism? In other words, if AI marks the point where technology may release, rather than suppress, the fear of death constitutive of capitalism, could this result in a shift from technological determinism to something that, in the lack of a better term, I will discuss in a moment as ‘technological indeterminism’?

‘MEANINGLESS MEANING’

There are at least two plausible reasons why corporate capital invests in the development of AI textual affordances. The first, and quite obviously, is to profit from the possibility of providing textual services. The second, is to achieve a certain control

on the communicative construction of social reality through the commodification of meaning. Although less obvious, this goal is in line, for example, with the idea that the ultimate goal of ‘surveillance capitalism’ is to expropriate people from the control on knowledge, reality and the future (Zuboff, 2019).

Discussing the origins of meaning, Hurford argued that ‘the relationship of meaning between language and the world is indirect, and is mediated by the mind, which is host to such things as concepts, ideas, and thoughts.’ (Hurford, 2007, p. 5) If this idea is as reasonable as it sounds, one may ask how does this relationship change when the mediators is not anymore a human mind but an algorithm?

Discussing the nature of meaning in relation to the aesthetic experience Johnson argued that, as humans,

“we have a deep visceral, emotional, and qualitative relation to our world. As a result of our embodied nature, meaning comes to us via patterns, images, concepts, qualities, emotions, and feelings that constitute the basis of our experience, thought, and language. (...) What emerges is a view of humans as aesthetic, meaning- making creatures who draw on their deepest sensory, motor, and affective processes to make sense of, and orient themselves in, their world (...). Such an exploration of embodied cognition should give renewed and deepened meaning to the profound metaphor of the ‘art of living.’” (Johnson, 2018, pp. 1-2)

If textual competences, and especially the creation and interpretation of texts, are interpreted as the necessary mediators of meaning-making functions or the creation and interpretation of meaning through the mediation of text, it is clear that AI affordances and human textual competences differ in at least two fundamental respects.

First, the meaning associated to AI textual affordances is, so to say, in the eye of the beholder. As the production of text in AI results not from the ‘mediation of the mind’ or from ‘the aesthetic experience of life’ but from the algorithmic processing of large amounts of data, technically speaking the meaning of the message contained in such text depends on the ‘recipient’ and not on the ‘sender’.

Second, and more radically, if among humans the relationship with meaning and textual competences is inextricably associated to the experience of life and, in turn, this experience is deeply affected by the awareness of death, one may wonder what kind of meaning and text are we talking about when we discuss the textual affordances of AI.

Saturation, Meaning and Death: Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances

These differences are important but their relevance is somehow neglected because the notion of ‘artificial intelligence’ is commonly interpreted not as a metaphor but as the naturalization of the idea that intelligence can be artificial. Outside its metaphoric value, the notion of ‘artificial intelligence’ express an oxymoron since, as many have argued, if something is artificial, it cannot be intelligent and if it’s intelligent, it’s not artificial (Willcocks, 2020), (Lee, 2020) (Mims, 2021). Furthermore, since communicative affordances associated with the naturalization of this metaphor are dangerous, some have suggested to ‘chose new metaphors for artificial intelligence’ (Boucher, 2021, see also, Noble, 2023)

All this suggests that the fundamental differences between the textual affordances of humans and AI relates to issues of meaning ultimately reflecting the fact that humans experience life and death, while AI does not. If this is plausible, and to highlight the role of this important difference, I suggest to use the notion of ‘meaningless meaning’ to describe the meanings associated with AI textual affordances. For the first time in the history of humanity, these affordances actualize the possibility of a written text produced by an agent such as AI to express meanings a) independent from the experience of life and b) dependent on associations of data which are, in themselves, meaningless to humans.

We don’t have a theory to interpret this kind of communication since, the classical model of communication theory is based on the implicit assumption that communications involves human agents with a common or ‘universal’ experience of life but different ‘particulars’. AI texts are not inspired by the experience of life. Only produced through the processing of available data. A human text tells much about the experience of life of the author. AI texts only tell about the working of an algorithm but there is no life to learn about, only the working of the code.

By ‘meaningless meaning’ I then describe a feature that distinguish AI generated texts from human texts and algorithmic meanings: meanings resulting from the algorithmic processing of large amount of data) from human meanings or the meanings associated to our experience of life. If an important although usually implicit or suppressed part of this experience is the fear of death, one can suggests that, human textual competences are the evolutionary answer to the problem and the fear of death but also the response to the constitution of a shared sense of reality from the inter-subjective experience of life and reality.

What happens when capitalism seeks to extend its control of society into the sphere of textual affordances through the working of data, algorithm and AI?

The mass experience of AI textual affordances brings about the mass realization that the meaning of a text, like beauty, is in the eye of the beholder. Think of the Turing test but in reverse: rather than questioning AI capacity to produce answers reasonable to a human mind, we may experience doubts about humanity's meaning-making competences. As Baudrillard put it:

“If we discover that not everything can be cloned, simulated, programmed, genetically and neurologically managed, then whatever survives could truly be called “human”: some inalienable and indestructible human quality could finally be identified. Of course, there is always the risk, in this experimental adventure, that nothing will pass the test—that the human will be permanently eradicated. (...) “Is a species that succeeds in synthesizing its own immortality, and that seeks to transform itself into pure information, still particularly a human species?” (Baudrillard, 2000, pp. 15-16)

The experience of doubt about the reliability of meaning-making as the ultimate foundation of humanity – what makes us human – combined with the simultaneous realization that meaning, like beauty, is in the eyes of the beholder is both reassuring and destabilizing. It may reassure us about our humanity but, at the same time, it re-opens up the problem of death and the distinctively human challenge to tackle it through the textual management of ‘meaningful meanings’. In other words, if meaning making is the fundamental feature that distinguish textual competences in AI and humans, rather than blurring the difference, the experience of AI text may trigger a desperate need to re-establish them as a matter of life or death in a rather literal sense.

The realization that meaning is in the eye of the beholder has the potential to bring back the fear of death as the key rationale for meaning-making because it dislocates the responsibility for meaning-making from the artificial ‘producer’ to the human ‘consumer’ of the text. If this sounds of little relevance, imagine if this recovered hermeneutic sovereignty of human readership would be systematically applied to the texts of the religions of the Book!

The mass experience of AI textual affordances may unwittingly popularise in practice, if not in theory, the subversive potential of the socio constructionist revolution and the idea that reality is what we make of it. It is precisely because reality is what we make of it, that we, humans, must equip ourselves with the competences necessary to tackle the responsibilities of creating the meaning of the world we live in.

The ‘meaningless meaning’ thesis

What is the point of expropriating humans from meaning-making functions? What is the nature of fear associated to the technological possibility of doing that?

In relation to corporate concerns about the social impact of AI textual affordances reaching the point of saturation, it is tempting to phrase the ‘meaningless meaning’ in the terms of the ‘double movement’ described by Polanyi when he described the societal self-defence mechanisms from the disruptive effects of the ‘free market utopia.’ (Polanyi, 2001 (1944))

“For a century the dynamics of modern society was governed by a double movement: the market expanded continuously but this movement was met by a countermovement checking the expansion in definite directions. Vital though such a countermovement was for the protection of society, in the last analysis it was incompatible with the self-regulation of the market, and thus with the market system itself.” (Polanyi, 2001 (1944), p. 136)

Inspired by Polanyi, I thus suggest that the development of AI textual affordances and the commodification of meaning for the reproduction of capital and the control over the communicative construction of reality may trigger a counter-movement in which the value of meaning, the experience of life, and the control over the communicative construction of reality become objects of contention.

If death is what gives meaning to life and the experience of life is what inspires the human production of texts, the meaning of a text produced by an agent for which life has no meaning because it cannot experience death is a ‘meaningless meaning’ that re-opens the problem of death: the need to make sense of something that ultimately has no meaning in itself. AI textual affordances have the potential to bring about the collapse of the system through the ‘meaningless production of meaning’ and the communicative production of reality resulting from the proliferation of texts by communicative agents without life. Paraphrasing Benjamin, this is ‘the work of meaning in the age of its mechanical reproduction.’ But if meaning is to the value of human life what the ‘aura’ is to the value of a piece of art, the ‘mechanical reproduction’ of AI textual affordances destroys both by ‘cloning’.

If meaningful meaning is the meaning that help us living, knowing we will not live forever and if, in other words, death gives life meaning to the extent that forces us to treat time as a scarce and valuable resource, the mass experience of AI textual affordances may ultimately contribute to debunk the ideological forgery of capitalism and the idea that the meaning of life is labour.

This thesis thus suggests that Big Tech is (or should be) concerned about the development of AI textual affordances because AI texts cannot effectively perform the commodification of meaning necessary to bring meaning itself under the control of capitalist ideology. AI textual affordances, and the awareness that meaning is in the eye of the beholder, may actually meddle with the deep functions of meaning-making and the handling of the fear of death in the practices of textual competences. This is dangerous for capitalism because this ideology relies not on the *suppression of the fear of death* (this is after all the whole point of civilization) but *on the suppression of death itself*: the confinement of the awareness of death to remote locations of our consciousness from where their effects, e.g. anxiety, depression, alienation etc. are dealt with through the mediation of consumption and/or repression.

In other words, if (and to the extent that) the textual affordances of AI meddle with the ‘meaning of life’ they are also meddling with the ‘meaning of death’. In capitalist societies, if the fear of death is not effectively suppressed, the ideology of their social order will reveal itself for what it ‘objectively’ is: an ideology and an order based on the legal appropriation of life-time – a point effectively made by the movie ‘In Time’ (Niccol, 2011).

In this perspective, ‘meaningless meaning’ is the attribute of texts that, while performative for the ideological and commercial functions of the culture industry, nevertheless fail to cope with the problem of death and the fear associated with it. To simplify the problem with a Saussurean twist, one can argue that if AI is not ‘alive’ it has to be ‘dead’, and if AI is dead, the only meanings its texts can communicative are about ‘death’ – which is precisely something capitalism would like us to forget about.

TECHNOLOGICAL ‘INDETERMINISM’

If the textual affordances of AI mark the reaching of a ‘saturation point’ and the dawn of the age of ‘meaningless meaning’, with all the implications and possibilities discussed earlier, what could be the impact on the relationship between technological

Saturation, Meaning and Death: Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances

development and capitalism? The thesis I would like to suggest is the possibility of a shift from technological determinism to something I would call, in the lack of a better term, ‘technological indeterminism’ to describe the quantum of uncertainty associated with this relationship beyond the thresholds of ‘saturation point’ and ‘meaningless meaning’.

This thesis can be formulated as follows: *the reproduction of reality through the meaningless meaning of AI-generated texts produces a mutation in the ideological role of technological development and generates ‘technological indeterminism’ as the condition in which technological development is not anymore, the controllable answer to relevant social problems, but a source of new and unpredictable social problems on its own.*

In capitalism, the whole point of technological development is not merely to enhance human strength and speed but, whenever possible, to replace human labour. The luddite fear about this replacement makes sense only in the context of a social order where for most people survival depends on labour (alienated work or work inspired and controlled by the capital through the mediation of money). If survival would depend on productivity rather than labour, the substitution of human labour with machine labour would be welcome, as Marx himself believed. The problem is that, in the conditions of class struggle, technological development is not designed to relief humans from the burden of labour. In societies based on the corporate control of technological development, the main point of this substitution is not emancipation but control.

The paradox of facing the ‘meaning of life’ under capitalism, in other words, is to give up life to survive. One effect of this paradox is that machines are not deployed to relief humans from the servitude of labour: to reduce the amount of life-time used for the production of necessary material and immaterial commodities and liberate more life-time for other purposes. Rather machines are deployed to increase the control and productivity of the life time spent of labour (in practice, the relative convenience of exploitation) and the simultaneous denial of life-time to non-labour activities, for example formal education and political participation.

But what happens when this notion of technological development is applied to the social production of meaning? If the development of AI textual affordances is the saturation point of the logic that deploys technological development not to liberate humans from their toil but to trap them in the exploitative relationship with the capital, the question is to understand the effects of these affordances on the commodification and control of meaning (the ‘meaningless meaning’ thesis) but also on technological

development itself. This saturation point, in other words, may also impact the control on technological development, and the ideology associated with it, and bring about the shift from technological determinism to ‘technological indeterminism’.

However, the social implications of this shift should not be misunderstood for an emancipative turn. Technological indeterminism is the dialectical Other of technological determinism. It does not describe a change in the purpose of technological development from oppression to emancipation or from the control of one class to another class. Rather it describes the profound transformation of the social functions of technological development once its complexity reaches the point of no return. When, in other words, *technological development is applied to the effort to control the social construction of reality through the commodification of meaning*.

Technological development cannot be reverted and inventions cannot be ‘dis-invented’. Rather, I argue that the result of the commodification of meaning is the weakening of its functions. And if the fundamental function of meaning-making for humans is to suppress the fear of death (as Freud, among others, believed), then the end result of this failure is the return of this fear.

The end result is the combination of the universal fear of death with the particulars relating to the technological experience of this fear, into the social saturation of fear. For labour, the fear of death takes the form of the fear of unemployment, insecurity and ultimately the rejection of freedom and a regression in which the “concern about living the good life yields to the hysteria of surviving.” (Han, 2015, p. 50). For capital, the fear of death is experienced as the fear of losing control, fear of risks, not the business risks, but the risks of ideological debunking or de-ideologization of society and ultimately the fear of humanity resulting from the collapse of its repressive potential and the return of the repressed in forms that is virtually impossible to anticipate and inevitably collide with the hyper-positivity of the ‘achievement society’ (Han, 2015, p. 8)

Could it be that the technological appropriation of meaning is an ambivalent effort to suppress the fear of death by removing humans from the production of meaning because the human production of meaning is too closely connected to death? If human textual affordances and the production of meaning is an evolutionary response to the fear of death, isn’t the capitalist efforts to control these affordances and the production of meaning through technological ‘cloning’ a plausible – albeit ambivalent – response to a desperate effort to suppress a growing awareness of capitalism ‘death drive’?

Saturation, Meaning and Death: Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances

Once the ‘instrumental rationality’ of technological determinism extends its reach to the sensitive spot of the artificial, non-living creation of meaning through the development of the textual affordances of AI, is it possible that saturation will be a greater concern for that rationality and its determinism rather than that for the world they try to colonize?

Perhaps Baudrillard would argue that the point where the ‘cloning’ ends is the point where ‘seduction’ gets back into play (Doel, 2010, p. 188). Another way to engage with these questions is through the lenses of indeterminacy.

Roughly put, capitalism manages to control social change through the ideological weaponization of technology and production. Once production relies on ‘machine learning’ and the same ‘learning’ introduces elements of indeterminacy in the process that cannot be anticipated by the humans that developed them, the problem of social control presents itself in a universe for the most part still unknown and perhaps unknowable without a viable ‘post-human’ epistemology. The deployment of this logic to the artificial production of meaning through text affordances, introduces further elements of ambivalence traditionally associated to the interpretation of text. The interpretative key for this scenario is not the ‘postmodern pessimism’ of ‘the domination of life by large technological systems, by default if not by design’ and its ‘diminished sense of human agency associated to it’ (Marx, 1994, p. 257). Quite the opposite, I suggest the revaluation of human agency as the fundamental effects of enhanced uncertainty resulting from the unpredictable effects of the artificial production of meaning and the saturation of technological determinism.

In other words, as technological development has reached the point of saturation with the textual affordances of AI, I suggest the thesis that the transformation of technological determinism into technological indeterminism may well raise concerns. Technological determinism was useful because it offered an ideological ‘extension’ for the expansion of capitalism and its justification. Technological indeterminism, instead, compromises both.

CONCLUSIONS: THE AMBIVALENCE OF FEAR, HUMAN INTELLIGENCE AND CRITICAL KNOWLEDGE

One of the arguments presented in this text is that the textual affordances of AI are frightening ultimately because they tamper with competences and functions associ-

ated with the atavistic need to tackle the fear of the death and the adaptive response of meaning-making through textual competences.

If this is plausible, what shall we do?

The general recommendation is to use the power of our evolutionary, 'organic' intelligence and the potentials of critical knowledge to take advantage of the ambivalent effects of fear.

A familiar emotion that has accompanied human history from its beginning, populating our myths, fear has ambivalent effects as it can trigger panic or resistance, regression or advancement, despair or determination, political fragmentation or unity, disengagement or commitment, etc. Fear is ambivalent because its effects on individuals and communities are mediated by many factors such as personality, training, conventions, institutions, communication and, above all, by the individual and collective relationship with knowledge. Roughly put, and other things being equal, when fear is tackled with reliable knowledge it becomes a powerful motive of human progress.

While it may be true that the destiny of every civilization is to rise and decline, it is also true that every civilization has handled the challenges of its time and space through the production of knowledge that the epistemic conditions and beliefs of its time made available to them. If the critical-constructionist idea of a world of our making is distinctive of our civilizations, perhaps through the mediation of its epistemics it is possible to create the knowledge we need to defuse the ambivalence of fear to our advantage. Through this knowledge, for example, the fears associated to AI and its textual affordances may easily become radical opportunities to gain control of the processes that feed them. The possibility of imagining the end of capitalism, in other words, does not require the acceptance of the end of the world, nor our civilization.

In this perspective, for example, unemployment in the culture industry and plagiarism in education are problems only if the right to live depend on employment and learning is construed in terms of social entitlement and privilege rather than personal growth. The problem is rather to rethink the relationship between human progress and technological development and, from an epistemic perspective, the politics of knowledge about this relationship: the competition for the control over the creation of knowledge constitutive of the reality of this relationship and its parts.

The theses I have presented in this text are part of a preliminary and very tentative effort to lay the ground for the kind of knowledge that could lead to rethink this relationship.

**Saturation, Meaning and Death:
Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances**

The risks associated to the textual affordance of AI may result in a greater appreciation of the meaning-making functions for the reproduction of the social environment and, for example, in greater efforts to strengthen functional literacy and textual competences in formal education. Even the broader challenges I discussed in the terms of the return of the repressed and the fear of death may generate a new awareness about the meaning of life and perhaps more effective arguments against the reduction of life to ‘work-life’

Simplified to the extreme, with the theses I described in this text I sought to suggest that if we handle the fears of AI through the mediation of critical knowledge, we may gain an important chance to rediscovery and perhaps re-invent our humanity against the secular efforts to suppress it.

REFERENCES

- Baudrillard, J. (2000). *The Vital Illusion*. New York: Columbia University Press.
- Boucher, P. (2021). *What if we chose new metaphors for artificial intelligence?* Bruxelles: EPRSE - European Parliamentary Research Service.
- Doel, M. A. (2010). Seduction. In R. Smith, *The Baudrillard dictionary*. (pp. 186-189). Los Angeles: Sage.
- Dyer-Witheford, N., Mikkola Kjösen, A., & Steinhoff, J. (2019). *Inhuman Power Artificial Intelligence And The Future Of Capitalism*. New York: Pluto press.
- Freud, S. (1959). Thoughts for the Time of War and Death. In S. Freud, *Collected Papers* (pp. 288-317). New York: Basic Books.
- Genosko, G. (2010). Pataphysics. In R. G. Smith, *The Baudrillard Dictionary* (pp. 150-152). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Gergen, K. J. (1991). *The Saturated Self Dilemmas. Of Identity In Contemporary Life*. New York: Basic Books.
- Gilloch, G. (2010). Double. In R. G. Smith, *The Baudrillard Dictionary* (pp. 54-57). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Han, B.-C. (2015). *The Burnout Society. Translated by Erik Butler*. Stanford: Stanford University Press.

- Han, B.-C. (2021). *Capitalism and the Death Drive. Or. tit. Kapitalismus und Todestrieb. MSB Matthes & Seitz Berlin Verlagsgesellschaft mbH, Berlin 2019. Translated by Daniel Steuer.* . Cambridge: Polity.
- Hurford, J. R. (2007). *The Origins of Meaning*. Oxford: Oxford University Press.
- Jameson, F. (2003). Future City. *New Left Review*, May-June, 65-79.
- Johnson, M. (2018). *The Aesthetics of Meaning and Thought The Bodily Roots of Philosophy, Science, Morality, and Art*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Jue, M., & Ruiz, R. (Eds.) (2021). *Saturation. An Elemental Politics*. Durham: Duke University Press.
- Lane, R. J. (2010). Clones and Cloning. In R. G. Smith, *The Baudrillard Dictionary* (pp. 32-33). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Larson, E. J. (2021). *The Myth Of Artificial Intelligence Why Computers Can't Think The Way We Do*. Cambridge: Harvard University Press.
- Lechte, J. (2010). Imaginary. In R. G. Smith, *The Baudrillard Dictionary* (pp. 103-). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Lee, D. (2020). *Birth of Intelligence. From RNA to Artificial Intelligence*. Oxford: Oxford University Press.
- Marx, L. (1994). The idea of “Technology” and Postmodern Pessimism. In M. R. Smith, & L. Marx, *Does Technology Drive History? Dilemma of Technological Determinism* (pp. 237-257). Cambridge : The MIT Press.
- Mims, C. (2021, July 31). Why Artificial Intelligence Isn't Intelligent. *Wall Street Journal*.
- Musk, E., et al (2023, March 22). *Pause Giant AI Experiments: An Open Letter*. Retrieved from Future of Life Institute: <https://futureoflife.org/open-letter/pause-giant-ai-experiments/>
- Niccol, A. (Director) (2011). *In time* [Motion Picture].
- Noble, S. (2023, february 11). *A bridge too far: are our AI metaphors failing us?* Retrieved from IDALAB: <https://idalab.de/artificial-intelligence-metaphors-are-failing-us/>

**Saturation, Meaning and Death:
Notes for a Critical Approach to AI Textual Affordances**

- Pawlett, W. (2010). Death. In R. G. Smith, *The Baudrillard Dictionary* (pp. 46-48). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Pawlett, W. (2013). *Violence, Society and Radical Theory Bataille, Baudrillard and Contemporary Society*. Farnham: Ashgate.
- Phillips, L. (2020). Director's Foreword. In R. C. Snorton, *Saturation Race, Art, and the Circulation of Value* (pp. xi-xiv). Cambridge: MIT Press.
- Polanyi, K. (2001 (1944)). *The Great Transformation. The Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.
- Roberge, J., & Castelle, M. (2021). Toward an End-to-End Sociology of 21st-Century Machine Learning. In J. Roberge, & M. Castelle, *The Cultural Life of Machine Learning. And Incursion in Critical AI Studies* (pp. 1-30). Cham: Palgrave Macmillan.
- Smith, R. G. (2010). Drugs. In R. G. Smith, *The Baudrillard Dictionary* (pp. 59-60). Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Smith, R. J. (2010). *The Baudrillard dictionary*. Edimburgh: Edinburgh University Press.
- Snorton, R. C., & Yap, H. (Eds.) (2020). *Saturation Race, Art, and the Circulation of Value*. Cambridge: MIT Press.
- Snorton, R. C., & Yapp, H. (2020). "Sensuous Contemplation": Thinking Race at Its Saturation Points. In R. C. Snorton, & H. Yap, *Saturation Race, Art, and the Circulation of Value* (pp. 1-12). Cambridge : MIT Press.
- Sulkunen, P. (2009). *The Saturated Society Governing Risk Lifestyles in Consumer Culture*. Los Angeles: Sage.
- Willcocks, L. (2020, April 23). Why Misleading Metaphors Are Fooling Managers About the Use of AI. *Forbes*, p. NA.
- Zuboff, S. (2019). *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. London: Profile Books.

Por onde anda o Cronista? Explorando a Crónica Narrativa em Diários de Referência

José Ricardo Carvalheiro

Universidade da Beira Interior - jose.carvalheiro@labcom.ubi.pt

Resumo

Género com tradição na imprensa portuguesa, pouco se sabe de empiricamente sistemático acerca do espaço da crónica nas últimas décadas, quais as suas transformações e tendências, qual a relação entre as suas vertentes de opinião e de narração. Este artigo explora o seu trajeto em jornais de referência, através de uma análise longitudinal ao *Diário de Lisboa* e ao *Público* em que se analisa uma amostra de 378 textos publicados entre 1959 e 2019. A análise foca-se especialmente no polo narra-

tivo, ou de relato, cujo interesse epistemológico se prende com as suas potencialidades ímpares dentro do jornalismo. Os resultados apontam para uma crescente codificação deste género e, apesar de uma frequente hibridação entre relato e comentário, uma hegemonia atual da opinião no terreno da crónica. Entre as crónicas da autoria de jornalistas, diminui a percentagem de textos dominados por um registo narrativo, assim como os relatos baseados na observação direta do quotidiano.

Palavras-chave: Crónica, géneros, imprensa, Portugal.

Where does the Columnist go by? Exploring Narrative *Crónica* in Portuguese Quality Newspapers

Abstract

A traditional genre within the Portuguese press, research about the *crónica* has not produced systematic empirical evidence on its expansion or decrease in the latest decades, on which have been its trends and changes, and on what are the shares between its opinion and narration variants. This article explores this genre's path in quality newspapers through a longitudinal analysis of *Diário de Lisboa* and *Público*, in which a sample of 378 texts published between 1959 and 2019 is analysed. The

analysis focuses mainly on the narrative pole, epistemologically interesting for its unique potential in journalism. The results point to a growing codification of this genre, and, despite a frequent hybridization between narration and commentary, to the actual hegemony of opinion in the field of *crónica*. Among the texts authored by journalists, there is a decrease in the percentage of texts dominated by a narrative, as well as the in reports based on direct observation of everyday life.

Keywords: *Crónica*, genres, press, Portugal.

INTRODUÇÃO

No campo dos media, um género discursivo tem sempre uma matriz dialógica, pois funciona ao mesmo tempo como modelo de fabrico para os autores e horizonte de expectativa para o público. Mas indica também os traços do jornalismo que o alberga em cada época, se concordarmos que, “como qualquer instituição, os géneros destacam as características constitutivas da sociedade a que pertencem” (Todorov, 1981, p. 53).

A crónica jornalística é particular pela sua imprecisa e flutuante codificação, mas não deixa de se inserir no elenco de géneros, como tipos “relativamente estáveis” de discurso (Bakhtine, 2012, p. 249). Ela foi desde os alvares da imprensa moderna um género ancorado nessa relação de reconhecimento e autoria, marcada em paralelo pelo desejo de intervenção politico-literária dos cronistas e pelo contexto mercantil dos jornais que visavam vincular leitores.

Mas no jornalismo, ao contrário da literatura, os géneros não são rótulos analíticos aplicados *a posteriori* sobre uma criação individual, e podem antes ser vistos como induzidos a montante por uma máquina produtiva e uma organização que opera sobretudo com modelos padronizados. A baixa codificação da crónica e a tónica dos manuais numa forma “livre”, “estética” ou “criativa” indicam, porém, que a individualização autoral será uma das matrizes do seu código, e que a subjetividade faz parte do próprio padrão.

É possível identificar duas formas de subjetividade na tradição portuguesa da crónica, uma de tipo opinativo e outra de tipo narrativo. Estes dois vetores funcionarão como polos que enquadram o género, com toda uma gama de formas intermédias e de misturas que os cronistas praticam entre comentário (registo argumentativo ou avaliativo) e relato (registo narrativo).¹

Dentro deste espectro, as dificuldades em definir o género coexistem com as tentativas de fixá-lo em código: “Podemos considerar que o estilo de uma crónica é ab-

¹ Como se explica na nota metodológica, usamos como equivalentes os termos relato e narrativa, por um lado, e comentário, argumentação e avaliação, por outro. Tomamo-los como dois núcleos conceptuais que servem o propósito de identificar e comparar os referidos polos que coexistem na crónica, embora se trate de noções oriundas de campos distintos (dos estudos jornalísticos no caso das noções de relato e comentário; da narratologia, no caso de registo narrativo, argumentativo ou avaliativo).

solitamente livre”, mas “um excesso de opinião converteria a crónica em comentário, usurpando as funções do editorial” (Letria, 1999, pp. 51-52).

Excertos narrativos estão presentes nas crónicas de jornal desde o século XIX (em Eça de Queiroz ou Fialho de Almeida). Ao longo da primeira metade do século XX, uma parte dos textos adotou mesmo uma estrutura narrativa geral.² Na segunda metade do século, dá-se a instituição de rubricas predominantemente narrativas, com a narração a deixar de ser casual dentro das crónicas e a instituir-se como subgénero regular, particularmente ligado a descrições do quotidiano (Carvalheiro, 2020).

Pelo legado que perdura em compilações das décadas de 1960 a 1980, essa época terá sido pródiga na crónica narrativa e no subgénero do quotidiano. Entre os mais notáveis cronistas que então exerciam o jornalismo como profissão a tempo inteiro constam Baptista-Bastos, Maria Judite de Carvalho, Pedro Alvim, Fernando Assis Pacheco, Eduardo Guerra Carneiro, Manuel António Pina. Nos volumes com as suas crónicas avultam pequenas histórias, personagens comuns, a observação do dia-a-dia.

Os exemplos notáveis não informam, porém, sobre a regularidade do género numa dada época ou sobre os seus traços predominantes, assim como não permitem perceber tendências e modificações graduais ocorridas desde então até hoje.

O objetivo deste artigo é obter indicações empíricas acerca da efetiva presença da crónica na imprensa portuguesa ao longo das últimas décadas. Averiguar a sua frequência e os elementos que a caracterizam entre a década de 1950 e os dias de hoje. Perceber em que sentido o processo histórico deste género envolveu a sua estabilização ou transformação ao longo desse tempo. E, particularmente, apreender aquilo que tem sido o polo narrativo no universo das crónicas, cujo interesse se prende com a sua capacidade singular dentro do jornalismo para registar o que é socialmente relevante, mas não noticioso, numa abordagem distinta da dos textos de opinião e com funções diferentes destes.

A CRÓNICA DENTRO DO CAMPO

Se perspetivarmos a crónica de jornal a partir de hoje e olharmos a literatura de cariz prático, podemos ter a certeza do seu estatuto institucionalizado no campo jor-

² Na antologia organizada por Fernando Venâncio (2004) constam exemplos em José Gomes Ferreira, Irene Lisboa e outros.

nalístico português. É uma prática regular, contínua e reconhecida, que obedece a determinados padrões e a normas estabelecidas.

O facto de as definições não serem consensuais e de nelas se poder entrever os dois polos – de opinião e de narração – não invalida o seu carácter institucional. Indica-o o próprio uso explícito da designação por parte dos órgãos. E a atual saliência de cronistas nas páginas digitais dos jornais sugere que a crónica mantém importância na relação com o público num ecossistema *online* que é constituído por lógicas permanentes de navegação e hiperligação transversais ao conjunto dos *media*. A institucionalidade da crónica é, contudo, particular no interior do campo jornalístico.

Os estudos sobre os géneros no jornalismo indicam que a textualidade de um género pode evidenciar disposições profissionais, forças sociais e condições culturais que nele se entrecruzam num dado momento e que são, ao mesmo tempo, um produto de rotinas standardizadas e de processos históricos mais amplos (Buozis & Creech, 2018).

Mas o facto de a textualidade ser reveladora não significa que a teoria dos géneros se cinja a esquemas classificatórios decorrentes de elementos linguísticos. O principal critério usado na definição dos géneros tem sido a sua função, lente inicialmente devedora das funções da linguagem apontadas por Jakobson (1991). No entanto, foi-se incorporando depois um conjunto de dimensões extralinguísticas, acabando por gerar “um consenso do campo de investigação sobre a noção de género [que] é a importância do aspecto ‘social’ na sua construção, ou seja, da instituição, da situação, dos elementos que compõem a troca comunicativa” (Seixas, 2009, p. 29).

A pluralidade de aspetos envolvidos contribui para um variado leque de tipologias, desde a divisão dicotómica entre géneros informativos e opinativos, passando por esquemas tripartidos que lhe acrescentam o género interpretativo, até grelhas que incluem o utilitário e o de diversão (Melo & Assis, 2016).

Os géneros articulam-se também com outras dimensões institucionais dos *media*, como as formas de divisão e organização do trabalho. Os tipos textuais estabilizam de uma dada forma por corresponderem a um determinado estado das condições específicas de um campo de atividade (Bakhtine, 2012, p. 249), incluindo as relações entre atores no interior do campo e as deste com outros campos. Ora, um dos traços peculiares da crónica é que ela, ao contrário de outros géneros, não é um exclusivo dos jornalistas, sendo também praticada por colaboradores externos, oriundos das esferas política, académica, económica, literária.

A crónica não se relaciona apenas com os valores profissionais do campo jornalístico ou com a organização e especialização do trabalho nas redações. Uma parte daquilo que integra este género tem outra natureza, não deixando de ser enquadrada por convenções jornalísticas através de editores e chefias, mas configurando uma articulação específica do jornalismo com o exterior e um papel no balanço entre autonomia e heteronomia que caracteriza um campo (Bourdieu, 2005).³

Esta bifurcação da autoria tem outras implicações. Por um lado, a relação tensional que enquadra qualquer género entre criação e standardização, entre os papéis de autor e de produtor (Ringoot & Utard, 2009), será bastante variável no campo cronístico. Por outro lado, a variedade de estatutos entre os cronistas poderá relacionar-se com diversas modalidades de crónica, designadamente a coluna regular, a rubrica não periódica e a peça ocasional. A temporalidade da publicação é uma das dimensões passíveis de observação numa análise ao género.

Por último, o tipo de autoria da crónica também se imbrica de maneira diversa nas rotinas de produção e organização dos jornais, na gestão do espaço disponível e das prioridades de publicação, tendo os cronistas fixos o seu lugar assegurado, ao passo que as crónicas irregulares e as ocasionais enfrentarão contingências decorrentes dos ritmos e cargas de trabalho dos jornalistas e de decisões flutuantes dos editores.

DIMENSÕES TEXTUAIS E EXTRATEXTUAIS

Um afastamento do estruturalismo e a adoção de perspetivas funcionalistas na abordagem dos géneros não suprimiu a consideração de aspetos atinentes às estruturas textuais e à natureza linguística dos enunciados: “Aceita-se que a notícia, a reportagem, o editorial, a entrevista, o perfil, etc. sejam géneros discursivos diferenciados, que resultam de propriedades típicas dos textos que os constituem” (Santos & Peixinho, 2017, p. 19). Esta posição, próxima da ideia de géneros como categorias discursivas, é acompanhada por duas ressalvas: (1) não há modelos puros e a hibridização constitui uma tendência particularmente ativa hoje; (2) o texto dialoga com o exterior em dinâmicas transtextuais que incluem a intertextualidade explícita das citações e as relações metatextuais com outros textos que incorpora sem nomear.

Mantém-se, pois, a pertinência de abordar um género através de algumas dimen-

³ Um estudo dedicado aos fatores, lógicas e negociações presentes na cooptação de cronistas por parte dos jornais seria instrutivo nesta matéria.

sões textuais. A retórica tradicional distingue quatro tipos de discurso – exposição, argumentação, descrição e narração –, mas, embora cada um deles possa ter ligações privilegiadas a uma função, não se deve equipará-los a gêneros na medida em que muitos textos combinam várias destas formas discursivas (Chandler, 1997).

No âmbito do jornalismo, encontramos propostas de divisão em textos narrativos, descritivos e argumentativos e também a sugestão, mais depurada, de que todos os textos jornalísticos podem ser vistos como variações de relato ou de comentário, a primeira decorrente de esquemas narrativos e a segunda de esquemas argumentativos (Chaparro, 2008). A aplicação empírica deste modelo permitir-nos-á examinar se se trata de um gênero fendido em tipos de discurso distintos (e constituindo subgêneros) ou se são estes que surgem fundidos no interior das crônicas (e se trata de um gênero híbrido na sua própria essência textual). Estas qualidades textuais tornam-se também indicadores socio-discursivos se cruzadas com dimensões extralinguísticas como o tipo de autoria.

Os elementos extralinguísticos relevantes no estudo de um gênero podem subdividir-se (1) naqueles que são captáveis através de “vestígios” presentes no próprio texto e (2) naqueles que decorrem estritamente nas dimensões sociais do campo em que o gênero se realiza (Seixas, 2009, p. 44).

Dado que este artigo investirá em particular na crônica-relato, entre os vestígios textuais estarão as modalidades do cronista como narrador. Esta é uma das dimensões que, inspirada em categorias próprias da narratologia – narrador autodiegético, homodiegético ou heterodiegético (Reis & Lopes, 1997) –, podem ser tomadas na crônica jornalística como elemento de relação com o nível extratextual. Assim, a variável a que chamamos papel do cronista (e que tem quatro categorias: observador, participante, protagonista e ausente) poderá fornecer indícios acerca dos modos de geração da crônica e de relação do autor com a realidade representada. O tempo da ação e a natureza do local são outras dimensões em que se poderá encontrar “vestígios” do tipo de objeto com que os cronistas se envolvem, assim como a presença ou a ausência de referências intertextuais elucidará acerca do tipo de experiência que o cronista convoca.

Quanto às dimensões estritamente sociais, elas emergem através de variáveis como o autor ou a distribuição semanal das crônicas, mas esta pesquisa, ao ter como *corpus* empírico exclusivamente as publicações dos jornais, tem acesso limitado a outros dados sobre a produção jornalística, para os quais seria necessário mobilizar métodos de observação das redações.

METODOLOGIA: À PROCURA DA CRÓNICA NÃO ANUNCIADA

Para averiguar a presença da crónica na imprensa portuguesa esta pesquisa foca-se no segmento dos diários ditos de referência, procurando constituir uma amostra suscetível de fornecer indicações sobre diferentes períodos do passado recente. A escolha da imprensa de referência justifica-se pela sua ligação estreita com os campos literário e político (Hallin & Mancini, 2010), pontos de articulação privilegiados na tradição cronística portuguesa (Rita, 2017; Venâncio, 2004; Rodrigues, 1998). A escolha de diários prende-se com a proximidade destes jornais às histórias do quotidiano.

A análise visa a fase que corresponde à contemporaneidade no jornalismo português, a partir do momento em que se encetou, nos anos de 1950 e 1960, um movimento de modernização e profissionalização (Correia & Baptista, 2007). Entre esse período e a atualidade, elegemos dois títulos que representam, cada um no seu tempo, proximidade com o polo intelectual da sociedade, manifesta numa tradição editorial que dá saliência a aspetos literários e culturais: o Diário de Lisboa (DL), para as décadas de 1950 a 80; e o Público, para o período posterior. O primeiro desapareceu no ano em que nasceu o segundo: 1990.

O DL, fundado em 1921, contrastava com títulos como o Diário de Notícias ao caracterizar-se, sobretudo a partir da década de 50, por alguma liberdade criativa para se escrever literariamente.⁴ A confluência de uma série de escritores-jornalistas e a afirmação dos seus estilos pessoais fazem do DL um objeto de estudo promissor para se averiguar a crónica.

O interesse em analisar o Público reside também no facto de nele se ter instituído, logo nos anos 90, a crónica como género e do próprio livro de estilo estabelecer explicitamente a existência das duas vertentes aludidas: uma que assenta na “descrição humanizada” – a que chamámos polo da narração; outra que consiste em textos “de carácter mais ou menos polémico” – o polo da opinião (Público, 1998, p. 112).

Para constituir uma amostra que atravessa as décadas referidas, selecionou-se quatro períodos de análise espaçados por 20 anos entre si. Partiu-se do tempo atual – representado na amostra pelo ano de 2019⁵ – e recuou-se aos anos de 1999, 1979 e 1959. A amostra é composta pelo conjunto das publicações de um jornal durante um

4 Segundo as memórias de antigos jornalistas como Urbano Tavares Rodrigues, que ingressou no jornal em 1955 (cf. Correia & Baptista, 2009, p. 166-168).

5 Tendo-se iniciado esta pesquisa durante a pandemia de covid-19, entendeu-se averiguar o ano imediatamente anterior a esse período atípico.

mês para cada um dos períodos, aleatoriamente escolhidos (junho de 1959 e abril de 1979 para o DL; maio de 1999 e março de 2019 para o Público). O total perfaz 115 edições diárias, examinadas em toda a sua extensão, com exceção dos suplementos temáticos. A amostra não é representativa de todo o período e dela não podem ser extrapoladas conclusões para o conjunto da imprensa, pretendendo-se apenas identificar tendências que poderão ser exploradas futuramente.

Desafiante numa investigação sobre um género pouco definido é a identificação e seleção das peças que a ele correspondem. Dado que as convenções que o regulam podem alterar-se no tempo, utilizar os critérios que atualmente balizam o campo da crónica arriscar-se-ia a funcionar como anacronismo metodológico.

Assim, optou-se por não se definir de forma rígida este género, dando um pendor indutivo à pesquisa e selecionando o *corpus* de forma relativamente aberta, com vista a tentar compreender as características daquilo que pode ser considerado crónica numa dada época e a averiguar o lugar que a variante de relato tem no seu interior.

Categorizou-se uma peça jornalística como crónica ao satisfazer, pelo menos, uma das seguintes condições: (1) texto em que figure explicitamente o uso do termo (na cabeça da página, ou como antetítulo ou marcador classificatório, ou no próprio título); (2) rubrica recorrente, com designação fixa, e que não esteja classificada de outra forma pelo próprio jornal nem apresente características facilmente identificáveis com outros géneros (entrevista, editorial, notícia ou reportagem); (3) texto com separação gráfica e autoria saliente, igualmente sem outra classificação explícita nem apresentando características identificáveis com outros géneros.⁶

Tratou-se, portanto, de apoiar a seleção do *corpus* sobretudo em sinais meta-comunicativos. Sabendo-se ser a crónica um terreno multifacetado, com absorção e mistura de vários registos discursivos desde a sua origem, não se considerou que essa seleção devesse depender de uma análise textual a cada peça. Adotou-se uma estratégia coerente com a ideia de que “os géneros são paradigmas dinâmicos e não listas formulaicas, e [que] não podem ser definidos pelas suas propriedades intrínsecas”, mas “apenas podem ser definidos negativamente ou relacionalmente”, através das diferenças percebidas em contraponto com outros géneros (Hartley, 1994, p. 128).

Com a recolha a assentar sempre nos conteúdos da versão impressa dos jornais, selecionou-se, então, um *corpus* composto por 378 textos. Todos eles foram categori-

6 Estas condições correspondem, também, a uma estratégia que visa captar a consabida multifacetação e dinâmica do género: no caso 1 tendo em mente a aceção epocal de crónica; no caso 2 pensando na conceção de regularidade e/ou de elo recorrente autor-leitores; no caso 3 dirigida à identificação de crónicas ocasionais.

zados, com recurso a SPSS, relativamente às variáveis: jornal, título, ano, mês, dia da semana, tipo de autor (jornalista, colaborador externo, indeterminado, não assinado) e sexo do autor. Vertentes de análise textual foram manejadas exclusivamente para a identificação do segmento correspondente à crónica-relato, em relação ao qual se tentou apurar um conjunto de características discursivas.

A classificação das crónicas segundo o tipo de enunciado, numa variável dicotómica constituída pelas categorias relato (registo narrativo) e não relato (registo argumentativo ou avaliativo), teve por base a saliência, ou não, de narração. Neste artigo entende-se texto narrativo como aquele que compreende segmentos destacados de narração e descrição, segundo uma aceção narratológica já aplicada em estudos jornalísticos e que aponta o emprego de personagens, sequência temporal de ações, cenário, voz e ponto de vista para contar histórias (Van Krieken & Sanders, 2021).

Foram classificados como crónica-relato os textos que apresentam, pelo menos, uma sequência de frases narrativas e/ou descritivas nos dois primeiros parágrafos ou em que elas ocupem a maior parte do texto. As crónicas de não relato são aquelas cujos dois parágrafos iniciais contêm apenas exposição, comentário ou argumentação acerca de ideias ou factos, e em que está ausente a narração e/ou descrição na maior parte do texto.

A atenção à componente de relato dentro do universo das crónicas não pretende menosprezar o peso dos textos argumentativos para o funcionamento da esfera pública. Visa tão só examinar a evolução da componente narrativa dentro de um género que, podendo ser híbrido, encontra na saliência da narração um elemento potencialmente distintivo face a outros géneros não informativos.

RESULTADOS

Perante a totalidade do *corpus*, a primeira nota é o aumento significativo do número de textos publicados na amostra de cada ano, com um crescimento contínuo.⁷ Mesmo que este aumento não possa ser desligado da dimensão das redações e do número de páginas (o DL de 1959 tinha edições entre 16 e 32 páginas, ao passo que o Público de 2019 oscila entre as 48 e as 64), estes dados indicam que a crónica não é um género ultrapassado e que a sua publicação não declinou, pelo contrário.

⁷ O número de crónicas publicadas em cada um dos meses seleccionados foi: 50 no DL de 1959; 67 no DL de 1979; 103 no Público de 1999; 158 no Público de 2019.

Uma segunda nota sobre o conjunto do *corpus* é o ciclo semanal de publicação, que parece ter-se modificado ao longo das décadas. O DL da segunda metade do século XX tinha um pico cronístico nas segundas-feiras⁸, e um fluxo diário com oscilações menores. Já o Público mostra uma concentração maior de crónicas no final da semana (de sexta-feira a domingo). Pode-se entrever aqui uma relação com os ritmos e as lógicas da produção dos jornais e uma articulação com as temporalidades atribuídas à leitura. A maior constância do ciclo semanal no DL sugere uma imbricação forte da crónica nas rotinas diárias da redação e uma proximidade com as cadências do quotidiano. No Público de 2019, a concentração no final da semana indica um direcionamento preferencial da crónica para os tempos livres do leitor, atribuindo-lhe uma função de fruição ligada ao lazer.

A autoria é uma terceira dimensão assinalável. A expansão quantitativa da crónica nos períodos mais recentes não é acompanhada pelo aumento da autoria jornalística, mas, inversamente, pela perda do seu predomínio no género em prol de colaboradores externos. Os jornalistas do Público assinam cerca de uma em cada cinco crónicas que o jornal publica em 1999 (21 em 103 textos) e em 2019 (36 em 158). No mês analisado para o DL de 1979, a proporção da autoria jornalística aproxima-se de dois terços, correspondendo a 43 dos 67 textos analisados.⁹

O que se repete no conjunto de crónicas é o domínio da autoria masculina. Há uma preponderância avassaladora nas assinadas por colaboradores externos (100% de crónicas assinadas por homens em 1979; 93,9% em 1999; 96,7% em 2019). Mas no segmento das que são produzidas por jornalistas verifica-se uma grande feminização recente (66,7% com autoria feminina no Público de 2019). A julgar pelo universo da amostra, as jornalistas não têm hoje entraves na crónica, mas o mesmo não se podia dizer, em 2019, das mulheres alheias à redação, que só assinaram 3,3% dos textos de colaboradores externos no Público.

8 Tanto em 1959 como em 1979 (note-se que o jornal não se publicava ao domingo neste último ano).

9 O ano de 1959 insere-se num contexto em que a regra era os textos não serem assinados, mesmo os que têm características enquadráveis no género crónica, pelo que não é possível saber qual a proporção das autorias internas e externas à redação. No entanto, a tradição jornalística define que os textos não assinados são assumidamente internos, respondendo por eles a própria direção do jornal, o que permite inferir que também em 1959 haveria uma predominância de crónicas produzidas por membros da redação do DL.

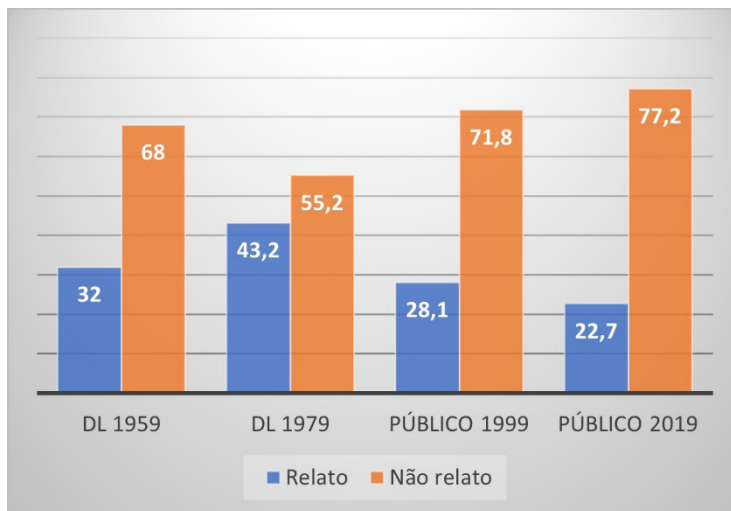
O POLO NARRATIVO NUM DOMÍNIO OPINATIVO

Três aspetos sobressaem quanto à dicotomia analítica no interior do género entre um pendor narrativo e um pendor opinativo: (1) há uma predominância geral da crónica não-relato em todos os anos da amostra, mas em proporções diferentes; (2) há uma evolução geral do género ao longo das décadas no sentido de uma crescente definição dos códigos que o regem e dos espaços que o delimitam; (3) há pouca frequência de subgéneros puros, misturando-se amiúde o relato com o comentário, mesmo nas crónicas narrativas da autoria de jornalistas, e sobretudo nas décadas mais recentes.

O primeiro aspeto indica que, em termos quantitativos, a crónica é um género devotado sobretudo ao comentário, onde predomina o discurso avaliativo, e que a hegemonia deste polo se acentuou (Figura 1). Em termos relativos, o peso do polo narrativo é menor nos anos recentes da amostra, embora não diminua em números absolutos.¹⁰

Figura 1

Tipo de crónica em % do total para cada jornal e ano



Fonte: elaboração própria.

¹⁰ No Público de 2019 o número de crónicas-relato é superior (36 peças), mas num contexto de mais edições (31 edições diárias) e páginas (entre 48 e 64). No DL de 1979 foram publicadas 29 crónicas-relato num total de 23 edições com uma média de 32 páginas.

Tomando apenas os textos escritos por jornalistas, a tendência mais recente também parece ser de diminuição do polo narrativo. Mas com a diferença de o peso relativo da narração ser bastante maior (36,1% em 2019) e já ter chegado a ser maioritário: 61,9% das crónicas assinadas por jornalistas no *corpus* de 1999 são de pendor narrativo, assim como 51,2% das de 1979.

Apesar de o DL de 1979 se inserir na fase pós-revolucionária da imprensa portuguesa em que a figura dominante era o “jornalista porta-voz” (Mesquita, 2019, p. 16), a crónica mantém espaço para um registo não avaliativo. É curioso, neste âmbito, o caso do jornalista Mário Castrim, então com grande importância como cronista para a economia do DL.¹¹ Militante do Partido Comunista, em 1979 Castrim dividia-se entre dois tipos de texto: a crónica de televisão (“Canal da crítica”), com juízos de valor e pendor político; e a crónica urbana (“Lisboa, verbo amar”), de recorte narrativo sobre episódios da vida quotidiana. Desta crónica urbana, publicada na última página, uma parte está claramente ancorada na observação do cronista:

(...) Foi tudo daquela vez que eu ia na Rua da Palma e vi a senhora sentada diante do vaso onde uma planta definhava. Quieta, como se velasse.

– Que foi? – perguntei eu.

– Está a morrer – respondeu ela – em cada dia apaga-se mais um bocadinho.

– Deve haver remédio.

– Não sei. Neste país só há veterinários para os animais. (...) ¹²

Mas algumas destas crónicas sugerem efabulação, como se fossem micro contos, onde o narrador é onisciente, o tempo é indefinido e as personagens não têm os elementos identificativos concretos que são habituais no discurso jornalístico.:

Idalina sente contra a orelha a respiração dele. O bafo quente húmido no pescoço. Estende o braço para guardar a revista no cacifo. Lisboa aproxima-se, não tarda aí a pacificação do Tejo. ¹³

11 Papel assumido por Castrim desde a década anterior, altura em que o jornal teve o seu período de maior fulgor literário, com notáveis jornalistas da sua redação a assumirem um lado cronístico (Assis Pacheco, Maria Judite de Carvalho, Pedro Alvim).

12 Mário Castrim, “Pois sim, que Deus me abençoe”, 19/4/1979, p. 24.

13 Mário Castrim, “És assim, acabou-se”, DL, 30/4/1979, p. 24.

Este não é um aspeto que oponha crónicas de relato às de comentário, mas sim uma distinção que existe no interior do primeiro polo, dentro dos registos narrativos. Pode-se entrever um registo jornalístico ideal-típico pontuado por referências concretas (como a rua da Palma) que fazem parte das estratégias de objetivação do jornalismo (Tuchman, 1972) mesmo em textos em que a autoria pressupõe subjetividade. E, por outro lado, um registo ideal-típico da ficção literária, em que as referências de espaço e tempo são vagas e o autor se permite incluir aspetos que vão para além da observação (“*Idalina sente (...) o bafo quente húmido no pescoço*”). Esta distinção é conceptual, não tendo jornalistas e romancistas de ficar amarrados a cada um dos ideais-tipo e podendo um mesmo autor alternar o tipo de registo (como o fez Mário Castrim). A coexistência destes dois modos narrativos já foi notada em estudos narratológicos sobre crónicas jornalísticas, mas com predomínio da “focalização externa”, em que o narrador se limita à observação de fora (Aguilar, 2016, p. 253).

Há claras linhas de continuidade no Público de 1999, em relação ao DL de 20 anos antes, no que toca às crónicas-relato da autoria de jornalistas. Também aí temos um cronista, João Pinharanda, com aquele duplo registo, por vezes mais jornalístico, por vezes mais literário, que vai alternando na rubrica “Pintura de costumes”. Outro paralelismo são as crónicas judiciais: “Tribunal de polícia”, assinada por Manuel Geraldo do DL de 1979; “Levante-se o réu”, da autoria de Rui Cardoso Martins no Público de 1999.

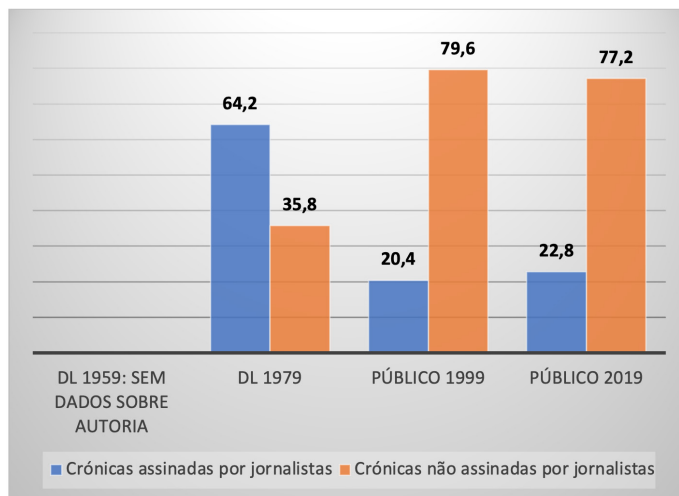
Seguindo a tradição do DL, o terreno da crónica, no Público de 1999, continua a sinalizar uma ponte com o mundo literário e artístico, para onde transitariam aqueles dois cronistas da variante narrativa, Pinharanda como programador e historiador de arte, Cardoso Martins como romancista.

Mas há alterações na cadência de publicação entre as amostras de 1979 e 1999: Castrim publicava, em média, uma crónica urbana a cada duas edições do jornal (sem dias certos), ao passo que a rubrica de Pinharanda é semanal e regular (aos sábados). A crónica de tribunal do DL era frequente, mas não regular (publicou-se sete vezes num mês), enquanto a do Público é uma rubrica dominical. De um jornal para o outro, os tempos da crónica parecem ter sido domesticados e submetidos aos ritmos de uma produção planificada.

Outra diferença em 1999 são as crónicas regulares sem nome de rubrica, cuja marca são os nomes dos autores, figuras públicas que assinam textos de opinião e que, no conjunto, passam a ocupar maioritariamente a paisagem cronística, invertendo o domínio do género que no DL pertencia aos jornalistas (Figura 2).

Figura 2

Autores em % do total para cada jornal e ano



Fonte: elaboração própria

A amostra longitudinal sugere, ao mesmo tempo, uma perda de peso dos jornalistas e uma progressiva pessoalização e valorização da autoria: o DL de 1959 contém uma maioria de crônicas não assinadas, o DL de 1979 exhibe a assinatura como regra geral, o Público de 1999 salienta a autoria, o Público de 2019 aumenta essa saliência com o uso generalizado de uma imagem do cronista.

Uma parte dos cronistas externos também passa a usar técnicas narrativas no Público de 1999 e 2019, o que pouco acontecia no DL. Há uma variedade de perfis a contribuir para esta situação: romancistas que praticam o registo literário (presentes na amostra de 1999); jornalistas no ativo que publicam no jornal sem pertencerem aos quadros; ex-jornalistas que cultivam a vertente de relato (com saliência para Miguel Esteves Cardoso em 2019); outros colaboradores externos – académicos ou políticos – que também recorrem a técnicas narrativas (como Eduardo Prado Coelho em 1999).

Acontece que, em alguns destes casos, a narração é usada como técnica de introdução a um texto cujo desenvolvimento é realmente opinativo e visa persuadir.

*Há 260 anos, um português pegou numa pena e mergulhou-a em tinta para escrever um tratado sobre a reforma dos estudos em Portugal (...)*¹⁴

O mesmo tipo de abertura narrativa também pode ser praticado por jornalistas cujas crónicas são essencialmente argumentativas:

*Nas últimas três semanas, três portugueses optaram pela greve da fome para protestar contra o Governo. (...) Em 1909, a britânica Marion Wallace Dunlop fez uma greve de fome na prisão e só foi libertada para não se tornar numa mártir. No ano seguinte, a sufragista Mary Jane Clarke fez greve da fome e morreu três dias depois de ter sido alimentada à força na prisão. (...)*¹⁵

Isto significa que, apesar de claramente minoritário, a efetiva proporção do relato pode estar sobredimensionado pelo critério de classificação utilizado nesta pesquisa.

CODIFICAÇÃO CRESCENTE, SUBGÊNEROS IMPUROS

Quanto à crescente codificação do género, a amostra divide-se em duas partes distintas, verificando-se que no DL de 1979 as crónicas já eram claramente distinguidas e identificáveis como tal (tal como mais recentemente no Público), mas que em 1959 isso não acontecia.

Temos, portanto, de um lado o DL de 1959, com saliência de rubricas híbridas no interior das quais as notícias se misturam com textos de registo subjetivo, e os conteúdos noticiosos são absorvidos por peças guiadas pelo comentário do autor ou inseridos numa narração em estilo pessoal:¹⁶

O avanço da humanidade vai-se avaliando na medida em que se combatem as trevas (...). Ao mesmo tempo que o sr. Presidente da Câmara premia o interruptor e da noite fazia dia, era sancionada outra aspiração dos habitantes: a mudança de

14 Rui Tavares, “Menos Passos Coelho, mais Passos Manuel”, Público, 25/4/2019, p. 48.

15 Bárbara Reis, “Brincar às greves da fome”, Público, 15/3/2019, p. 21.

16 É o caso da rubrica diária “De ontem para hoje”, de que fazem parte os exemplos seguintes. Publicada a duas colunas, habitualmente na página 2 ou 3, a rubrica é constituída por uma sucessão de pequenos textos independentes entre si e não é assinada.

*nome. Não é bem soante que uma terra progressiva e já com luz eléctrica se chame Fiães do Ervedal, a apregoar ao mundo que os habitantes são desleixados e deixam crescer ervas maninhas ao Deus-dará. (...)*¹⁷

*(...) Ontem, com a sua filha Maria Luísa Gomes, seu genro Carlos Manuel e amigos, vizinhos e amigos dos nossos amigos, fora passar o dia à mata da Cruz Quebrada. Em boa harmonia almoçaram dos farnéis e dos farnéis lancharam, dormiram a sesta à sombra dos pinheiros. Um dia bem passado. “In cauda venenum” e, para o caso, a cabra da morte lá estava à espera. Era lusco-fusco. O grupo, de cabazes e garrações nas mãos, ia a atravessar a estrada marginal (...)*¹⁸

No outro extremo, temos o Público de 1999 e 2019, onde é claro o dualismo entre os espaços com marcas de subjetividade e os outros, sinais de maior definição dos géneros debaixo de uma conceção dicotómica entre “opinião” e “informação”. Esta maior codificação opera a vários níveis: através de uma maior distinção gráfica (numa ‘caixa’ ou em páginas próprias); pela frequente nomeação explícita do género; e pela separação face ao material noticioso. A crónica de ambiente em torno de um acontecimento ou de comentário sobre atualidade, quando ocorrem, podem surgir agora paralelamente a notícias ou reportagens sobre esses mesmos acontecimentos, mas não amalgamando os registos na mesma rubrica ou até no mesmo texto, como era corrente no DL de 1959.¹⁹

Os dados sugerem, assim, uma crescente distinção nas páginas dos jornais e no seio das redações, pelo menos, desde a década de 1970, numa tendência para o repertório de géneros crescer e se diferenciar dentro de um campo à medida que este se desenvolve (Bakhtine, 2012, p. 245). A expansão e a profissionalização do jornalismo em Portugal desde a segunda metade do século XX enquadra, assim, um processo de distinção e rotinização de formas discursivas, onde a crónica se vai incluindo com separação e nitidez progressivas nos esquemas de produção e leitura.

Outra faceta da maior codificação do género prende-se com o estatuto dos cronistas e com uma estratificação mais clara dos autores consoante os espaços e os tem-

17 “Mais luz”, DL, 1/6/1959, p. 3.

18 “Morte na estrada”, DL, 22/6/1959, p. 3.

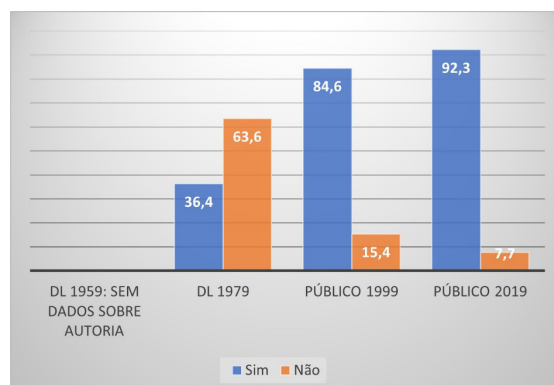
19 O DL não classificava explicitamente esses textos, e poder-se-ia perguntar se eles não correspondem a uma forma, canónica nessa época, de fazer notícias. Por porosa que seja a fronteira, classificamos como crónica os textos em que a interpretação do autor se sobrepõe à enumeração dos factos, com ângulo e estilo subjetivos a marcarem a narração.

pos do jornal. O colaborador externo, assente no seu prestígio, tem crónica fixa nos espaços de opinião, assim como o jornalista consagrado pode ter aí a sua crónica ou uma rubrica de comentário noutras secções do caderno principal. Outros redatores e repórteres participam em rubricas de espaços secundários, como os suplementos semanais.²⁰ Uma relação entre as hierarquias redatoriais e os postos de cronista faz, assim, com que estes se desdobrem em modalidades distintas. Por sua vez, a crónica ocasional – tipicamente próxima dos episódios do quotidiano – é pouco praticada nos últimos anos da amostra.

Por outro lado, no interior das crónicas os polos opinativo e narrativo consubstanciam-se como subgéneros impuros. Pode sustentar-se que o género se divide efetivamente em duas variantes, na medida em que algumas crónicas são totalmente argumentativas e avaliativas, ao passo que outras assentam numa estrutura narrativa, configurando dois tipos textuais claramente distintos (com o primeiro hoje dominante) sob uma mesma designação e com o fator comum da assunção da subjetividade. Porém, o que os dados sugerem desde que a crónica estabilizou na sua codificação genérica é que têm aumentado as peças narrativas em que também está presente o comentário, e que isso acontece mesmo nas que são escritas pelos jornalistas. Da amostra de 1979 à de 2019, a incorporação de comentário nas crónicas-relato de jornalistas tornou-se mais frequente.

Figura 3

Presença de comentário em % de crónicas-relato de jornalistas



Fonte: elaboração própria.

20 Estas observações dizem respeito, sobretudo, ao ano mais recente da amostra, em relação ao qual foi possível distinguir jornalistas segundo o estatuto na redação do Público (considerando “consagrados” os que alcançaram cargos de editor ou redator principal numa secção, e “outros” aqueles que os não têm).

Parece haver, assim, uma tendência crescente e geral para o entrelaçamento dos dois registos discursivos, que não os anula como polos, mas faz com que o gênero funcione num continuum em que os autores vão doseando livremente a mistura.

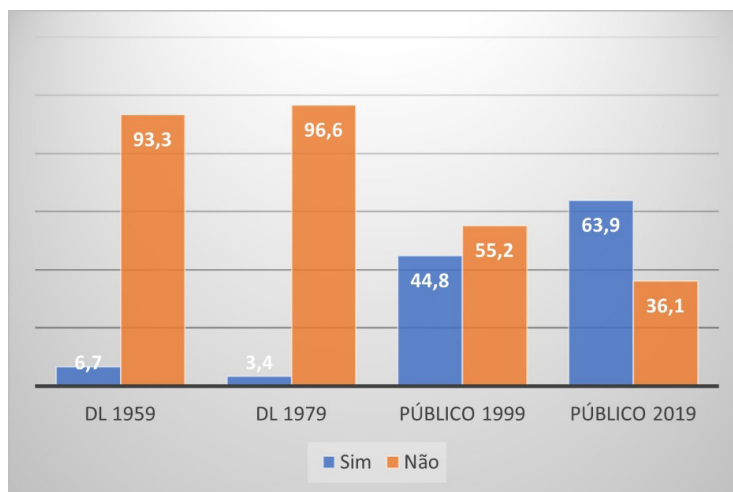
A EXPERIÊNCIA DOS CRONISTAS

A análise do *corpus* também fornece pistas para aspetos extratextuais das crônicas-relato, um dos quais se prende com o tipo de experiência envolvida. Para este efeito, usou-se uma dicotomia entre presença e ausência de experiência mediada no interior da narração. Entende-se experiência mediada, na linha de John Thompson, como modo de vivenciar o mundo através de “formas simbólicas” (mediáticas) que na modernidade configura uma complexa articulação com aquela que é a experiência direta e pessoal, dando espaço a uma “mundanidade mediada” (Thompson, 1995).

Na amostra, verifica-se uma diferença profunda quanto à distribuição longitudinal das crônicas em que há, ou não, referências explícitas a situações mediatizadas, rareando estas nas duas amostras do DL, surgindo com expressão no Público de 1999 e assumindo uma presença maioritária na mostra de 2019 (Figura 4).

Figura 4

Alusão a experiência mediada em % do total de crônicas-relato

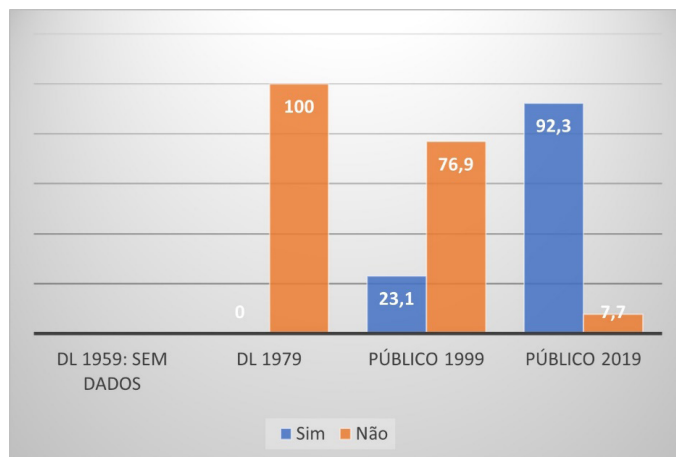


Fonte: elaboração própria.

Entre as peças assinadas por jornalistas (Figura 5), a proporção das crónicas que aludem a situações mediatizadas passa de inexistente no DL de 1979 a esmagadora no Público de 2019, altura em que a crónica rotativamente a cargo de um(a) jornalista tem tempo e espaço fixos no caderno de domingo. Este espaço-tempo do Público em 2019 torna-se praticamente o único reduto do jornal para crónicas com estrutura inteiramente narrativa.

Figura 5

Alusão a experiência mediada em % das crónicas-relato de jornalistas



Fonte: elaboração própria.

O facto de, mesmo assim, haver referências mediáticas em todas as crónicas-relato deste período que são escritas por jornalistas acerca de episódios recentes é algo que levanta questões sobre os lugares, os círculos sociais e os modos de interação em que os profissionais se movem, quer em trabalho quer na vida quotidiana não laboral.²¹

*Os primeiros emails que trocámos eram cuidados e nada vazios. Falávamos sobre a vida, sobre literatura, sobre os filhos, sobre nós. Eram emails longos e cheios, embora reservássemos uma certa distância, porque, afinal, não nos conhecíamos pessoalmente. (...)*²²

²¹ Na amostra de 2019, apenas uma crónica com teor narrativo escrita por uma jornalista é inteiramente ancorada na experiência direta, baseando-se numa memória infantil.

²² Maria João Lopes, “Foi pena ter-lhe pedido amizade”, Público (P2), 24/3/2019, p. 31.

Por onde anda o Cronista? Explorando a Crónica Narrativa em Diários de Referência

*É um facto confirmado pela ciência que só há três certezas nesta vida: a morte, os impostos e aquela fotografia com uma criança negra ao colo que as pessoas brancas partilham no Instagram assim que põem o pé abaixo do deserto do Sara. (...)*²³

Esta tendência parece fazer dos jornalistas mediadores cuja própria experiência também tem cada vez mais mediações na origem das crónicas, mesmo que, por vezes, a alusão mediática possa ter sentido crítico.

É dentro do formato narrativo que se aloja a modalidade a que podemos chamar crónica do quotidiano, conceito que se usa aqui no sentido de vida corrente, contrastante com a lógica de rutura ou notabilidade prevalecente nos géneros informativos. É um recorte analítico que se prende também com o modo de apreensão do real por parte dos cronistas: trata-se das narrativas que não se apoiam em acontecimentos já noticiados, mas em situações originalmente captadas, interpretadas e transmitidas pelo jornalista num formato de crónica. Estas podem conter, ou não, referências aos media. Mas há uma diferença fundamental entre as crónicas baseadas em situações previamente mediatizadas (não do quotidiano, no sentido aqui atribuído) e as narrativas que incorporam o uso dos media na vida corrente (e os tornam objetos de uma crónica do quotidiano).

A crónica do quotidiano é notória sobretudo no DL de 1979, coincidindo quase por inteiro com o formato narrativo, e tem presença assinalável também no Público de 1999 (em ambos os anos, desde logo, nas crónicas de tribunal, mas não só):

*Cansado de tantos pontapés na bola, de tantos saltos, de tantas correrias, o miúdo abandonou a “pelada”, sita na Quinta das Torres (Venda Nova) e transpôs o muro (ou arame farpado) da escola, para se dessedentar na pequena bica. Só que no seu encalço seguiram dois polícias à paisana. Que logo ali lhe deram voz de prisão. (...)*²⁴

*(...) Acabou de arrumar um carro e propõe-se agora tratar o meu. Quando percebe que o vi e que, pelo gesto que lhe retribuo, me interessa os seus serviços, desata a correr na direcção contrária (...)*²⁵

23 Alexandre Martins, “A África nossa do Instagram”, Público (P2), 10/3/2019, p. 31.

24 Manuel Geraldo, “Equimoses”, DL, 4/4/1979, p. 4.

25 João Pinharanda, “Como arrumar o carro e fazer amigos”, Público, 29/5/1999, p. 51.

Na amostra de 2019, por vezes o imediato e o mediado surgem, tanto em narrativas de jornalistas como de colaboradores, de tal modo imbricados que sugerem uma inseparabilidade atual das duas modalidades de experiência e convocam também o conceito de mediatização, como processo em que se densifica a presença dos *media* quer nas interações quotidianas quer nas formas institucionais da modernidade.

*Enquanto faço a barba espreito a televisão inglesa. Vejo uns lagostins vivos e por nesse programa, o Saturday Kitchen, na BBC1. Quem é que não adora lagostins?*²⁶

*Escolho o cenário – o mar, o pôr do Sol, a mesa da esplanada, a saia nova, o biquíni colorido –, faço a cabeça descair até um ângulo em que não se vejam as minhas imperfeições, armo um sorriso, capto o momento e partilho-o nas redes sociais.*²⁷

Por outro lado, também se deteta um decréscimo das crónicas-relato cuja ação se passa em lugares públicos. Não há propriamente um crescimento de narrativas centradas num espaço privado (sempre minoritárias), mas sim um aumento de narrações situadas num espaço indefinido (nos termos da dicotomia pensada para espaços físicos), uma vez que se trata do “espaço” mediático.

Quanto ao papel do jornalista no interior da narrativa, a maioria das crónicas-relato inclui, em todos os anos da amostra, a sua presença no enredo da história, aparecendo bastante mais como observador ou participante do que como protagonista. A inserção de um ponto de vista testemunhal e tendencialmente discreto cauciona retoricamente a veracidade e a factualidade que o *ethos* jornalístico preza mesmo num género subjetivo.

NOTAS CONCLUSIVAS

A crónica enquanto categoria jornalística é uma prática em viagem, em relação à qual tem menos interesse procurar um conceito puro do que entender as suas circunstâncias. As mudanças aqui vislumbradas não se prendem com falta de vitalidade face a outros géneros, são antes internas ao campo da crónica, nas suas lógicas e características.

26 Miguel Esteves Cardoso, “Rebuscado horror”, Público, 4/3/2019, p. 5.

27 Bárbara Wong, “Éramos mais felizes?”, Público (P2), 31/3/2019, p. 31.

Nesse processo, e com as limitações da amostra, este artigo indicia um enorme crescimento do polo opinativo nas décadas recentes, sendo que mais de 80% dos textos classificados nesse polo são assinados por colaboradores externos. Este desequilíbrio numérico entre crónicas de opinião e crónicas de narração é acompanhado por uma perda de peso relativo por parte dos jornalistas no interior do género, a julgar pela comparação entre o DL e o Público.

O facto de essa perda de peso das redações se estender ao interior da própria variante narrativa tem duas explicações: (1) este subgénero também é crescentemente praticado por colaboradores externos, parte dos quais são jornalistas de fora dos quadros ou ex-jornalistas; (2) o uso de formas narrativas penetra, como técnica de abertura, em crónicas cuja verdadeira essência é opinativa.

A retração da crónica-relato por parte dos jornalistas inseridos nas redações tem de ser compreendida na dupla vertente que a situa, ao mesmo tempo, nas relações internas à esfera profissional e nas relações com outros campos. A crónica-comentário faz hoje parte das articulações discursivas com outros campos e com as suas manifestações institucionais, tomando os jornalistas-cronistas frequentemente por objeto de opinião atores políticos e outras figuras públicas, e misturando-se até em termos gráficos e editoriais com crónicas de atores oriundos desses mesmos campos que colaboram ou intervêm na imprensa. Em conjunto, crónicas-comentário da autoria de jornalistas e de colaboradores (dos campos político, económico, cultural, científico) fazem parte de um mesmo sistema de intersubjetividade, com regras distintas, mas com homologias em relação ao que acontece nas articulações entre os mesmos campos nos géneros informativos.

Por sua vez, as crónicas narrativas do quotidiano correspondem a um eixo diferente de articulação do campo jornalístico com o exterior, onde a relação privilegiada é, por assim dizer, com o social espontâneo e não institucional. Este subgénero é o único lugar habitual na prática jornalística para notar e descrever o quotidiano não noticioso, para os episódios não associados à rutura ou à notoriedade, para questionar a normalidade social que as lentes jornalísticas predominantes (nos outros géneros) não costumam vislumbrar, ou para ver um tempo e um lugar através do que aparentemente não muda. A sua rarefação reduz a flexibilidade e a diversidade de articulações do jornalismo com a vida social.

Se na amostra de décadas passadas as crónicas-relato se situavam frequentemente em ruas, cafés ou transportes, recentemente parece haver menos atenção à vida fora

da mediatização ou desligada do uso dos media. A crónica narrativa que subsiste nos jornais diários estará assim a sofrer um enviesamento causado pelas exigências laborais sobre os jornalistas ou por uma clausura (intra)mediática deste grupo profissional? Ou estará de facto a representar o modo de vida e a forma de experimentar o mundo que marca os tempos atuais?

REFERÊNCIAS

- Aguilar, M. A. (2019). A Narratological Approach to Latin American Contemporary Chronicle under American Literary Journalism Parameters. *Brazilian journalism research*, 15(1), 244.
- Bajtín [Bakhtine], M. (2012). *Estética de la creación verbal*. Siglo Veintiuno.
- Bourdieu, P. (2005). The political field, the social science field, and the journalistic field. In R. Benson & E. Neveu (Eds.), *Bourdieu and the Journalistic Field* (pp. 29-47). Polity.
- Buozis, M., & Creech, B. (2018). Reading News as Narrative. A genre approach to journalism studies. *Journalism Studies*, 19:10, 1430-1446. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2017.1279030>
- Carvalheiro, J. R. (2020). A crónica como género jornalístico e o emergir do subgénero “do quotidiano”. *Comunicação Pública*, vol.15, nº 29.
- Chandler, D. (1997). An Introduction to Genre Theory. URL: http://www.aber.ac.uk/media/Documents/intgenre/chandler_genre_theory.pdf
- Chaparro, M. C. (2008). *Sotaques d’Aquém e d’Além Mar: Travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. Summus Editorial.
- Correia, F., & Baptista, C. (2007). *Jornalistas do ofício à profissão: Mudanças no jornalismo português, 1956-1968*. Caminho.
- Correia, F., & Baptista, C. (2009). *Memórias vivas do jornalismo*. Caminho.
- Hallin, D., & Mancini, P. (2010). *Sistemas de Media: Estudo Comparativo – Três Modelos de Comunicação e Política*. Livros Horizonte.

Por onde anda o Cronista? Explorando a Crônica Narrativa em Diários de Referência

- Hartley, J. (1994). Genre. In T. O'Sullivan et al. (Eds.), *Key Concepts in Communication and Cultural Studies* (pp. 127-129). Routledge.
- Jakobson, R. (1991). *Essais de linguistique générale: 1. Les fondations du langage*. Les Éditions de Minuit.
- Letria, J. (1999). *Pequeno Breviário Jornalístico: Gêneros, Estilos e Técnicas*. Editorial Notícias.
- Melo, J. M., & Assis, F. (2016). Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom*, vol. 39, nº 1, 39-56. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201613>
- Mesquita, M. (2019). O corte revolucionário nos media e o atraso nas teorias da comunicação. *Media & Jornalismo*, vol. 19, nº 35, 15-22. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_1
- Público (1998). *Livro de Estilo*. Público.
- Reis, C., & Lopes A. C. (2007). *Dicionário de Narratologia*. Almedina.
- Ringoot, R., & Utard, J-M. (2009). *Les genres journalistiques: Savoirs et savoir-faire*. L'Harmattan.
- Rita, A. (2017). *Eça de Queirós cronista: Da chronica à crónica*. Gradiva.
- Rodrigues, E. (1998). *Mágico folhetim: Literatura e jornalismo em Portugal*. Notícias.
- Santos, C. A., & Peixinho, A. T. (2017). Media digitais: o milagre da multiplicação dos gêneros. *Biblos*, nº 3, 3ª série, 11-32. https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-3_1
- Seixas, L. (2009). *Redefinindo os Gêneros*. Labcom.
- Thompson, J. B. (1995). *The Media and Modernity*. Stanford University Press.
- Todorov, T. (1981). *Os gêneros do discurso*. Edições 70.
- Tuchman, G. (1972). Objectivity as strategic ritual: An examination of newsmen's notions of objectivity. *American Journal of sociology*, 77(4), 660-679.
- Van Krieken, K., & Sanders, J. (2021). What is narrative journalism? A systematic review and an empirical agenda. *Journalism*, 22(6), 1393-1412.
- Venâncio, F. (2004). *Crônica Jornalística – Século XX*. Círculo de Leitores.

Comunicação Interna e Cultura Organizacional: Revisão de Literatura

Helena Sofia Santos

Universidade de Coimbra, FPCEUC - helenasofia_@outlook.pt

Paula Campos Ribeiro

Universidade de Coimbra, FLUC, CECS - pcribeiro@fl.uc.pt

Resumo

O objetivo deste estudo baseia-se na apresentação dos resultados de uma revisão sistemática de literatura sobre investigação empírica relativa à relação entre a comunicação interna e a cultura organizacional. A comunicação interna diz respeito à comunicação produzida e estabelecida entre os colaboradores de uma organização. Por sua vez, a cultura organizacional remete para a identidade da empresa que é exposta pela forma como a mesma institui os seus negócios e trata os seus colaboradores e *stakeholders*. A amostra é constituída por cinco estudos empíricos que englobam pessoas com diferentes cargos e níveis de escolaridade e empresas. A recolha de dados foi sustentada

na análise de estudos de casos, questionários e entrevistas. Os estudos centraram-se nos tipos de comunicação existentes, com foco na comunicação interna e na sua articulação com a cultura organizacional. Os resultados desta análise revelaram que a comunicação interna está diretamente relacionada com a cultura organizacional e que a melhor estratégia de comunicação é transformar os funcionários em embaixadores da organização. As principais limitações do estudo incidem sobre o espaço temporal limitado, entre 2017 e 2022, e a dimensão da amostra. O valor deste estudo é traduzido numa melhor perceção dos constructos investigados e da sua relação.

Palavras-chave: comunicação interna, comunicação organizacional, cultura organizacional, organizações, revisão sistemática.

Internal Communication and Organizational Culture: Literature Review

Abstract

The aim of this study is based on the achievements of a systematic review of studies that investigated the relationship between internal communication and organizational culture. Internal communication concerns

the communication produced and established between employees of an organization. In turn, an organizational culture refers to the identity of the company that is exposed by the way it establishes its business and treats its employ-

ees and stakeholders. The sample is made up of empirical studies, people with different positions and levels of education and even companies. Data collection was based on the analysis of case studies, questionnaires and interviews. The studies centered on the existing types of communication, with a focus on internal communication and its articulation with the organizational culture. The results of this analysis revealed that internal communication

is directly related to organizational culture and that the best communication strategy is to transform employees into ambassadors for the organization. The main limitations of the study focus on the limited time space, between 2017 and 2022, and sample size. The value of this study is translated into a better perception of the investigated constructs and their relationship.

Keywords: internal communication, organizational communication, organizational culture, organizations, literature review.

INTRODUÇÃO

A cultura organizacional despontou na segunda metade do século XX como um conceito chave, tanto no meio acadêmico como empresarial. Pode ser definida como valores, princípios e crenças basilares do sistema de gestão de uma organização, assim como o conjunto de práticas e comportamentos de gestão que ilustram e fortalecem esses princípios básicos (Denison, 1997). De acordo com Schein (2017) e Hofstede (2001), a cultura organizacional é edificada no contexto social e é adquirida através de processos de aprendizagem dentro da organização.

No que diz respeito às abordagens teóricas e metodológicas existentes acerca desta temática, Smircich (1983) encontrou duas grandes tendências de estudos sobre a cultura organizacional. A primeira tendência defende que as organizações têm uma cultura que se manifesta no interior da organização e que acaba por influenciar o desempenho da mesma. Autores como Schein (2017), Peters e Waterman (1982 in Martinez, 2009) e Kennedy (1982 in Martinez, 2009) defendem também que as organizações estão aptas a alterar e gerir a cultura da organização e que são os líderes da mesma que possuem esse papel. Por outro lado, surge uma linha de pensamento que resguarda a ideia de que se deve ter em atenção a homogeneidade e a heterogeneidade cultural da organização. Desta tendência surgem três formas de compreender a cultura organizacional: a primeira perspectiva passa por uma abordagem de integração que defende que toda a organização deve ter a mesma cultura, a segunda assume

uma abordagem de diferenciação, mais concretamente a ideia de que há diferentes grupos numa organização e que esses grupos têm culturas diferentes dentro da organização. E, por fim, a terceira abordagem - conhecida como fragmentação cultural - reconhece que os grupos podem partilhar temporariamente os valores da organização de acordo com os seus interesses. (Martin & Frost, 2001).

Ademais, e no que concerne ao tópico da Comunicação Interna, sabe-se que colaboradores bem informados são aqueles que incitam o desempenho numa organização. De acordo com Kunsch (2016), a comunicação organizacional pode ser definida como a disciplina que estuda a forma como se processa a comunicação dentro das organizações. Em conformidade com esta definição, são reconhecidos quatro tipos de comunicação dentro de uma organização: (1) a comunicação institucional que tem como propósito a construção da imagem e da identidade da organização e remete-nos para a melhoria desta perante a sociedade e os seus consumidores, (2) a comunicação administrativa, responsável por comunicar todos os dados administrativos organizacionais a todos os departamentos e que devem estar a par do mesmo, (3) a comunicação mercadológica que tem como objetivo vender e melhorar a imagem dos produtos e serviços fornecidos pela organização e, por fim, a (4) comunicação interna que deve ser vista como uma estratégia fundamental nas organizações. É através desta que os líderes das organizações transmitem os valores, a missão e a visão da organização aos funcionários, envolvendo os mesmos no cumprimento do propósito da organização (Mayfield & Mayfield, 2017; Welch, 2011).

De acordo com Curvello (2012), podemos definir a comunicação interna como o conjunto de ações que a organização estrutura com o objetivo de ouvir, informar, mobilizar, educar e manter coesão interna em torno de valores que precisam ser reconhecidos e compartilhados por todos e que podem contribuir para a construção de boa imagem pública. Ao falar de comunicação interna é indispensável compreender que um dos fatores que pode levar ao alcance de resultados organizacionais positivos passa por adotar uma política de comunicação transparente (Jiang & Men, 2017; Men & Stacks, 2014; Rawlins, 2008). De acordo com esta ideia, uma organização transparente é aquela que partilha informações fidedignas, completas e de relevância para com os seus colaboradores. Para isso, é necessário ter em conta três aspetos fulcrais: (1) informações substanciais, isto é, é essencial que as organizações compartilhem informações verdadeiras e úteis, mesmo que estas possam vir a provocar efeitos negativos na organização (Rawlins, 2008); (2) participação, ou seja, é necessário que as organizações envolvam os seus *stakeholders* durante o processo de reconhecimento

das informações que necessitam analisar de forma a conseguirem obter *feedbacks* fidedignos (Hooks, Coy e Davey, 2002; Rawlins, 2008) e por último, (3) a responsabilidade, uma vez que todas as organizações necessitam de ser conscientes no processo de referenciar as atividades e políticas das mesmas face aos colaboradores e aos consumidores (Balkin, 1999; Rawlins, 2008). Este processo de comunicação interna transparente é essencial dentro de todas as organizações, pois embora possa provocar situações desagradáveis entre a organização e os seus colaboradores, esse mesmo processo pode incentivar e motivar os intervenientes a alcançar a melhor versão dos mesmos (Rawlins, 2008).

A comunicação interna e a cultura organizacional são conceitos que não devem ser tratados isoladamente, mas sim como interdependentes e indissociáveis. De acordo com Ruão (2016), foi a partir dos anos 80 que os processos de comunicação foram reconsiderados como uma forma das organizações se estruturarem, manterem e transformarem enquanto culturas.

Não existe cultura sem comunicação, assim como é a comunicação que dá bases à cultura organizacional. Se uma organização não conhece a sua cultura organizacional, esta tende a desvalorizar a comunicação interna da mesma. Em suma, não existe melhor estratégia de comunicação do que transformar os funcionários das organizações em verdadeiros embaixadores da mesma (Marques, 2004).

Esta revisão sistemática da literatura pretende investigar a relação entre comunicação interna e cultura organizacional. Como tal, procedeu-se ao estudo de artigos empíricos que exploraram os conceitos acima referidos nos últimos seis anos.

MÉTODO: PESQUISA DE LITERATURA

Os conceitos “Cultura Organizacional” e “Comunicação Interna” são temas que têm elevada autenticidade como tema de investigação. O presente estudo tem como objetivo apresentar os resultados de uma revisão sistemática de literatura relativa à investigação empírica sobre a relação entre comunicação interna e cultura organizacional.

Inicialmente, foram identificados os termos-chave relacionados ao tema abordado nesta revisão de literatura, que inclui questões de comunicação organizacional e cultura organizacional. Os termos utilizados foram ‘internal communication’, ‘organizational culture’ e ‘cultura organizacional’.

Com base nos artigos de interesse e nos temas abordados, foram selecionadas bases de dados relevantes para a pesquisa de literatura, até 14 de março de 2022. Estas bases incluíram o Google Scholar, o Scopus e o ResearchGate, que disponibilizam uma vasta gama de artigos acadêmicos e científicos.

Foi desenvolvida uma estratégia de pesquisa para cada base de dados, utilizando os termos-chave identificados. A estratégia incluiu combinações de palavras-chave, operadores booleanos (AND, OR) e limitadores de pesquisa, como o ano de publicação, tendo em conta que a pesquisa foi restringida entre 2017 e 2022.

Os artigos identificados nas bases de dados foram organizados e foram eliminados os duplicados. Posteriormente, os títulos e resumos dos artigos foram analisados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos. Os artigos que preenchiam os critérios foram selecionados para uma leitura mais aprofundada.

Os artigos selecionados foram lidos na íntegra e analisados criticamente. Foram extraídas informações relevantes, incluindo teorias, métodos de pesquisa, principais resultados e conclusões. Essas informações foram organizadas de forma sistemática para facilitar a elaboração desta revisão de literatura.

Com base na análise dos artigos selecionados, foi realizada uma síntese dos resultados encontrados. Foram identificadas convergências e divergências entre os estudos, bem como lacunas de conhecimento e tendências emergentes no campo da comunicação organizacional e cultura organizacional.

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E DE EXCLUSÃO

Para selecionar os artigos relevantes, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. Para os critérios de inclusão consideraram-se 1) artigos publicados nos últimos cinco anos, 2) escritos em inglês ou português, 3) com foco na comunicação organizacional e marketing, 4) que foram publicados como artigos em revistas por pares. Foram excluídos estudos que 1) não abordavam diretamente esses temas, 2) não cumprissem critérios de qualidade acadêmica, 3) não fossem escritos nos idiomas escolhidos.

RESULTADOS

Devido à existência de inúmeros artigos disponíveis na literatura acerca da temática da cultura organizacional e da comunicação interna, o presente estudo apenas analisa artigos compreendido entre 2017 e 2022.

As amostras variam em tamanho de 11 a 53 artigos e entre 9 e 506 indivíduos/ organizações, abrangendo ainda diferentes níveis de escolaridade e diferentes cargos na organização.

Grande parte dos estudos analisados apresentam um método de pesquisa transversal e correlacional (Men et al., 2019; Sebastião et al., 2017; Thelen et al., 2022) , uma vez que o tratamento dos dados foi realizado por meio da aplicação de questionários e diversas escalas, como é o caso do questionário *Dimensions of the Learning Organization Questionnaire* (DLOQ) (Menezes, Guimarães & Bido, 2011).

Sobre os constructos estudados, dois dos artigos empíricos foram objeto de revisão sistemática, cujo objetivo passava por investigar os principais temas relacionados à cultura organizacional e compreender a influência da comunicação na cultura organizacional.

Os restantes estudos utilizaram a análise quantitativa (Men et al., 2019; Thelen et al., 2022) e qualitativa dos dados (Sebastião et al., 2017) (análise correlacional e descritiva (Men et al., 2019; Sebastião et al., 2017; Thelen et al., 2022)).

Assim, a Tabela 1 apresenta os estudos analisados, cujas amostras são representadas por trabalhadores de diversas categorias profissionais (e.g. administração pública, administração privada, indústrias e consultorias) e por artigos de revisão de literatura.

Tabela 1

Finalidade e método nos estudos analisados

Autores e anos de publicação	Objetivo do estudo	Dimensão da amostra (n) Descrição da amostra	Desenho de investigação	Descrição do procedimento
Barale, R. F., & Santos, B. R., 2017	Investigar os principais temas relacionados à cultura organizacional	n=53 Artigos que identificam seis categorias analíticas relacionadas às temáticas da cultura organizacional	Revisão sistemática de literatura	Estudo de casos
Men, L. R., & Yue, C. A., 2019	Analisar o efeito da comunicação interna na promoção de uma cultura emocional positiva.	n=506 Empregados nos EUA de 19 indústrias diversas	Pesquisa quantitativa; Descritiva; Correlacional	Questionário online; Escala Likert sete-pontos
Santos, C. J., Neves, F. T., Balieiro, R. T., & Denardi, T. C., 2019	Compreender a influência da comunicação na cultura organizacional	n=11 Artigos direcionados para a área de administração pública e privada com ênfase na cultura e comunicação	Revisão sistemática de literatura	Pesquisa bibliográfica em bases de dados
Sebastião, S. P., Zulato, G., & Trindade, A. D., 2017	Perceber como o consultor de comunicação interna considera a cultura organizacional na elaboração de propostas para os clientes	n=9 Consultorias da Associação Portuguesa de Consultorias em Comunicação e Relações-Públicas (APECOM)	Pesquisa qualitativa; Descritiva; Correlacional	Entrevistas semiestruturadas; Questionários
Thelen, P. D., & Formanchuk, A., 2022	Compreender se a cultura organizacional ética se relaciona com os comportamentos de defesa dos funcionários através de uma comunicação transparente e do investimento percebido no relacionamento	n=350 Empregados de diversas organizações	Pesquisa quantitativa; Descritiva; Correlacional	Questionário online

A amostra final desta revisão resultou no total de 5 artigos selecionados, sendo todos eles provenientes da base de dados B-on. Em termos percentuais e no que diz respeito aos anos de publicação, os artigos enquadram-se entre 2017 e 2022, mais concretamente: 2017 (40%), 2019 (40%) e 2022 (20%).

Após análise dos estudos, é possível destacar, através da tabela 2, algumas conclusões que corroboram as principais questões investigadas no âmbito da Comunicação Interna e a Cultura Organizacional.

Assim, os estudos mostram que a comunicação interna que é adotada por uma empresa, muito dificilmente será adotada por outra, uma vez que esta é moldada e

determinada de acordo com a cultura organizacional, as crenças e os valores que a empresa detém (Santos et al., 2019).

De acordo com Men e Yue (2019), a comunicação simétrica e a comunicação de liderança responsiva cultivam uma cultura emocional positiva de alegria, amor companheiro, orgulho e gratidão que promove o comportamento de cidadania organizacional, isto porque, a forma como os superiores comunicam com os subordinados influencia a forma como estes se sentem relativamente aos supervisores e à cultura da organização. Este estudo comprovou ainda que o comportamento e o estilo de comunicação dos líderes afetam quer o clima, quer a cultura da organização, assim como os sentimentos que os colaboradores possuem sobre a mesma.

Também se verificou nos estudos de Sebastião e colaboradores (2017) que, quando se falam dos consultores de comunicação, estes sofrem com a existência de barreiras impostas pelas empresas no que concerne à partilha das informações internas, assim como ao estabelecimento da confiança mútua, intimidade e a valorização do trabalho que os especialistas desenvolvem. É ainda enfatizado pelo estudo a falta de perceção da importância dos processos e fluxos de comunicação e o escasso tempo que é dado para executarem uma avaliação da cultura organizacional.

Um outro tópico abordado nesta revisão centra-se na cultura organizacional ética, e, de acordo com Thelen e Formanchuk (2022), esta desempenha um papel essencial no que diz respeito à promoção de uma comunicação transparente e de investimento nas relações interpessoais. Autores como Berger (2014) argumentam que a cultura organizacional pode ter um efeito profundo no campo da comunicação interna estratégica que a organização possui.

Finalmente, as conclusões revelaram também que existem seis categorias principais diretamente relacionadas com a cultura organizacional e que revelam consensos e desacordo entre os investigadores, como é o caso das mudanças no modelo de gestão, as relações de poder, a gestão de pessoas, os estudos de culturas organizacionais específicas, os testes de abordagem teórica e os instrumentos de medida (Barele & Santos, 2017).

Tabela 2
Principais Resultados

Autores e anos de publicações	Principais conclusões dos estudos
Barale, R. F., & Santos, B. R., 2017	Os resultados mostraram que existem 6 categorias principais que estão relacionadas com a cultura organizacional, tais como, as mudanças no modelo de gestão, as relações de poder, a gestão de pessoas, os estudos de culturas organizacionais específicas, os testes de abordagem teórica e os instrumentos de medida.
Men, L. R., & Yue, C. A., 2019	Os resultados mostraram que a comunicação simétrica e a comunicação de liderança responsiva cultivaram uma cultura emocional positiva. A cultura emocional positiva de alegria, amor companheiro, orgulho e gratidão promoveu o comportamento de cidadania organizacional e a defesa dos funcionários.
Santos, C. J., Neves, F. T., Balieiro, R. T., & Denardi, T. C., 2019	Foram encontradas evidências nos estudos que demonstram diferenças significativas referentes à comunicação, motivos e valores que norteiam grande disposição em relação às mudanças, comprometimento, desenvolvimento e estilo de liderança para o crescimento profissional de uma pessoa ou de uma organização.
Sebastião, S. P., Zulato, G., & Trindade, A. D., 2017	Perceção de barreiras impostas pelas empresas à partilha da “Informação Interna” e ao estabelecimento de confiança mútua, bem como alguma falta de intimidade e valorização do trabalho do consultor como um especialista, capaz de oferecer um trabalho de qualidade dentro de um período de tempo limitado. Os consultores tendem a culpabilizar os clientes pela falta de perceção da importância dos processos e fluxos de comunicação; na falta de tempo para avaliação da cultura organizacional ou planeamento estratégico.
Thelen, P. D., & Formanchuk, A., 2022	Uma cultura organizacional ética desempenha um papel crítico na promoção da comunicação transparente e do investimento percebido no relacionamento. A cultura ética, a comunicação transparente e o investimento percebido no relacionamento cultivam comportamentos de defesa dos funcionários. O impacto da comunicação transparente na defesa dos funcionários é parcialmente mediado pelo investimento percebido no relacionamento

Através da Tabela 3, é possível observar uma breve síntese das limitações de cada estudo analisado, bem como as suas sugestões de melhoria para estudos futuros. A cultura de uma organização desempenha um papel substancial no sucesso geral e na eficácia de uma organização (Sriramesh et al., 1996).

Embora a investigação sobre o assunto não seja muito extensa, verifica-se um conjunto de limitações que precisam de ser consideradas na realização de futuros estudos sobre a influência da comunicação interna na cultura organizacional.

Em primeiro lugar e centrando-se na metodologia, o artigo de Men e Yue (2019) aponta como limitação o facto de apenas se ter utilizado o desenho de pesquisa

transversal o que faz com que não seja possível estabelecer a ordem dos efeitos entre as variáveis.

Aconselha-se, numa investigação futura, examinar as verdadeiras relações causais entre as variáveis usando um desenho longitudinal ou experimental e a utilização de métodos qualitativos (Men & Yue, 2019).

Além disso, as medidas no artigo de Thelen e Formanchuk (2022) foram todas recolhidas numa pesquisa única de autorrelato e a modelagem de equações estruturais é limitada em estabelecer efeitos causais verdadeiros entre as variáveis e a causalidade reversa é empiricamente plausível.

Aconselha-se também a comparar o impacto das dimensões individuais da cultura ética e analisar se uma cultura ética afeta a defesa dos funcionários de maneira diferente, dependendo do setor ou das características e valores pessoais dos indivíduos (Thelen & Formanchuk, 2022).

A comunicação interna é um tema cada vez mais importante dentro da temática da cultura organizacional e a investigação deve tentar combater estas limitações para melhor compreender a relação entre estes dois conceitos.

Tabela 3

Limitações, sugestões para estudos futuros e implicações práticas

Autores e ano de publicação	Limitações	Estudos futuros	Implicações Práticas
Barale, R. F., & Santos, B. R., 2017	Critérios de inclusão limitados. Impossibilidade de efetuar comparações entre culturas em escala ampliada.	Utilização do instrumento de medida IBACO; Analisar como as organizações, ao longo do tempo, proporcionaram ambiente facilitador ou dificultador para a adesão de novas práticas de trabalho.	-----
Men, L. R., & Yue, C. A., 2019	Utilização única de um desenho de pesquisa transversal, que não conseguiu estabelecer a ordem dos efeitos entre as variáveis.	Examinar as verdadeiras relações causais entre as variáveis usando um desenho longitudinal ou experimental. Utilizar de métodos quantitativos. Incluir assertividade para comparar seus respectivos papéis e interações potenciais em afetar a cultura emocional e os comportamentos dos funcionários. Examinar como a identidade organizacional poderia potencialmente mediar o efeito da cultura emocional em vários funcionários e resultados organizacionais.	-----
Santos, C. J., Neves, F. T., Balieiro, R. T., & Denardi, T. C., 2019	-----	-----	-----
Sebastião, S. P., Zulato, G., & Trindade, A. D., 2017	Pequena dimensão do mercado português e pela falta de cooperação das principais consultorias.	Incluir consultores de gestão e recursos humanos que prestam serviços de comunicação interna, apesar da falta de expertise em uma abordagem relacional dos processos de comunicação, fluxos, criação de mensagens e uso de instrumentos.	-----
Thelen, P. D., & Formanchuk, A., 2022	As medidas foram todas recolhidas numa pesquisa única de autorrelato. A modelagem de equações estruturais é limitada em estabelecer efeitos causais verdadeiros entre as variáveis e a causalidade reversa é empiricamente plausível. Os resultados só podem ser generalizados para organizações no Chile. Estudos com vários métodos de coleta de dados poderiam fornecer explicações mais aprofundadas sobre o modelo proposto.	Examinar se a cultura ética tem o mesmo impacto na comunicação transparente, PRI e defesa dos funcionários em outros países. Comparar o impacto das dimensões individuais da cultura ética. Analisar se uma cultura ética afeta a defesa dos funcionários de maneira diferente, dependendo do setor ou das características e valores pessoais dos indivíduos.	-----

DISCUSSÃO

De acordo com Margarida Kunsch (2016) vivemos numa “sociedade de organizações” onde a vida organizacional se desenvolveu de tal forma que passou a fazer parte das vidas pessoais de cada pessoa, influenciando os hábitos e as rotinas das pessoas sem estas darem conta. Assim sendo, e em consonância com Ruão (2004), podemos definir a comunicação organizacional como o estudo da comunicação que apesar de relevar semelhanças com atos de comunicação humana, apresenta também particularidades resultantes do contexto em que surge e da organização em que existe.

Face aos resultados obtidos, o conceito de cultura organizacional e comunicação interna apresentam um forte campo para discussão, uma vez que existe uma quantidade significativa de estudos disponíveis na literatura acerca destes temas de forma isolada, no entanto, quando analisados em conjunto e acerca da influência de um conceito no outro, podemos concluir que os resultados de estudos ainda se encontram em fase de investigação e que deve continuar a investigar sobre esta influência. Porém, os resultados obtidos nesta revisão de literatura permitem-me crer que são conceitos que estão bastante interligados e que ainda existe um vasto leque de investigação a realizar.

O estudo realizado por Santos e colaboradores (2019) mostra que raramente a comunicação adotada por empresa pode ser adotada por outra, posição com a qual nos identificamos. De acordo com Gomes (1994) e seguindo a perspectiva da cultura organizacional, a organização é vista como uma mini sociedade dotada de símbolos, linguagem própria e de um percurso que a distingue e singulariza. Esta ideia assenta num carácter coletivo, construída pelos indivíduos socialmente organizados, revelando-se uma característica distintiva das organizações e que funciona como um conjunto de conhecimentos que orientam o comportamento dos indivíduos, instituindo a “forma de fazer as coisas” de uma dada organização. Desta forma, valores, rituais, bem como fatores comportamentais, verbais e físicos podem considerar-se manifestações transversais, estáveis e tácitas de um padrão cultural específico, corroborando assim o estudo realizado pelos autores anteriormente citados, dado que a comunicação interna estabelecida pela organização é específica e singular e não pode ser aplicada da mesma forma a outras organizações.

Os resultados obtidos da investigação qualitativa de Sebastião e colaboradores (2017), revelaram uma perceção no que diz respeito ao papel dos consultores na interação da cultura organizacional e da comunicação interna. Apontou-se para o fato

de existirem barreiras colocadas aos consultores no que concerne à partilha de informações internas por parte dos gestores das organizações. Este facto pode ocorrer pela falta de formação em comunicação interna nas consultorias de relações públicas e também pela necessidade de ser necessário conhecer a cultura organizacional para compreender a comunicação interna que dela deriva. De acordo com Elias (2011), é de extrema importância compreender que a transmissão de conhecimentos se dá através dos símbolos sociais e que a comunicação interna é também um meio de transmissão. Se um consultor não fizer parte da organização certamente não compreenderá nem terá informações acerca da cultura organizacional que a empresa adota, o que pode dificultar todo o processo de comunicação interna e a realização do processo de consultoria. Assim sendo, é necessário que quando se recorre a esses serviços se consiga garantir que o consultor terá acesso à cultura organizacional e que se identifica com a mesma de forma que a comunicação interna ocorra de forma coerente e correta. Este facto corrobora a questão a que o artigo se propõe acerca da influência que a cultura organizacional tem na comunicação interna de uma organização.

De acordo com Men e Yue (2019) e Thelen e Formanchuk (2022), há claras evidências de que tanto a cultura emocional como a cultura ética desempenham um papel fundamental na propagação de uma comunicação interna eficaz, posição com a qual me identifico. No que concerne ao conceito de cultura emocional e seguindo a linha de investigação de Barsade e Knight (2015), esta inclui “normas comportamentais, artefactos e valores e suposições subjacentes que refletem a expressão real ou supressão de emoções discretas que compõem a cultura e o grau de adequação percebida dessas emoções, transmitidas por meio de sentimentos e mecanismos normativos dentro de uma unidade social.” Relativamente ao conceito de cultura ética, Treviño e colaboradores (1998) realizaram uma revisão de literatura acerca das definições à volta deste conceito e definiu o construto como as percepções que os colaboradores têm das condições que a organização oferece e que incentivam o comportamento ético e combatem o antiético. Os estudos realizados pelos autores da literatura analisada permitem afirmar que a comunicação interna está intrinsecamente relacionada com a cultura, pois os líderes devem comunicar de forma cuidada, empática, sincera e cordial de forma a promover uma cultura emocional positiva nos funcionários permitindo a valorização dos mesmos assim como dos seus feedbacks e preocupações (cultura emocional). Para que estes comportamentos possam existir, é fundamental que os gerentes adotem uma cultura ética estando dispostos a ouvir as opiniões e preocupações que os funcionários apresentam.

Em suma, organizações que apresentem uma cultura emocional e ética estão mais propensas a partilhar as informações verdadeiras e úteis e incorporam as perspetivas dos funcionários, incentivando assim o sentimento de pertença dos mesmos na organização.

CONTRIBUIÇÕES

A contribuição desta revisão de literatura reflete-se na investigação centrada nos últimos seis anos, proporcionando uma visão atualizada no que se refere ao conceito de cultura organizacional, comunicação interna e a relação entre ambos. Relativamente ao último aspeto, podemos concluir que a cultura organizacional apresenta um forte impacto na comunicação interna.

Assim, podemos ver que quer a cultura ética, quer a cultura emocional, são aquelas que apresentam maiores vantagens para a comunicação interna nas organizações, uma vez que através delas se proporciona um ambiente de confiança, responsabilidade e de credibilidade perante todos os colaboradores.

Através destes tipos de cultura, o líder tem a possibilidade de comunicar de forma eficaz com os seus funcionários, o que acaba por despertar o sentimento de pertença e um comportamento de defesa da organização por parte destes, visto que se identificam com a cultura da organização a que pertencem.

Estas questões de investigação são uma contribuição única e valiosa para a compreensão do impacto da cultura organizacional na comunicação interna das organizações e de como ela permite a obtenção de ganhos, tanto para a organização como para os empregados.

LIMITAÇÕES

Apesar das contribuições desta revisão bibliográfica, esta apresenta um conjunto de limitações. Em primeiro lugar, os artigos analisados incidem numa janela temporal reduzida, o que exclui a maior parte da literatura e das perspetivas sobre este tema. Em segundo lugar, a amostra analisada abrange apenas alguns países, o que não permite uma generalização completa da relação entre a comunicação interna e a cultura organizacional para outros contextos.

Além disso, dado o reduzido número de artigos analisados, os dados recolhidos podem ser insuficientes para conclusões abrangentes.

ESTUDOS FUTUROS

Em estudos futuros, sugere-se o aumento da linha temporal de forma a obter uma visão mais abrangente do tema. É importante salientar que os estudos devem ser feitos considerando diferenças culturais, o que permite uma maior perceção da relação entre a comunicação interna e a cultura organizacional.

Além disso, sugere-se que a investigação futura deve considerar o contexto da pandemia, algo ausente nos presentes estudos e que certamente veio influenciar a relação entre os dois constructos analisados ao longo deste artigo.

REFERÊNCIAS

- Balkin, J. M. (1999). How mass media simulate political transparency. *Cultural Values*, 3(4), 393–413. <https://doi.org/10.1080/14797589909367175>
- Barale, R. F., & Santos, B. R. (2017). Cultura organizacional: Revisão sistemática da literatura. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 17(2), 129–136. <https://doi.org/10.17652/rpot/2017.2.12854>
- Barsade, S., & Knight, A. P. (2015). Group affect. *Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior*, 2(14), 1–26. <https://doi.org/10.1146/annurev-orgpsych-032414-111316>
- Berger, B. (2015, February 5). *Read My Lips: Leaders, supervisors, and culture are the foundations of strategic employee communications* | Institute for public relations. Institute for Public Relations. <https://instituteforpr.org/read-lips-leaders-supervisors-culture-foundations-strategic-employee-communications/>
- Curvello, J. J. A. (2012). *Comunicação interna e cultura organizacional*. Casa das Musas.
- Denison, D. R. (1997). *Corporate culture and organizational effectiveness*. Aviat, Inc.
- Elias, N., & Kilminster, R. (2011). *The symbol theory*. University College Dublin Press.
- Hofstede, G. (2001). *Culture's consequences: Comparing values, Behaviors, Institutions, and Organizations across Nations* (2nd ed.). Sage.

- Hooks, J., Coy, D., & Davey, H. (2002). The information gap in annual reports. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(4), 501–522. <https://doi.org/10.1108/09513570210440577>
- Jiang, H., & Men, R. L. (2017). Creating an engaged workforce. *Communication Research*, 44(2), 225–243. <https://doi.org/10.1177/0093650215613137>
- Kunsch, M. M. K. (2016). *Comunicação organizacional estratégica*. Summus Editorial.
- Marques, R. (2004). *Comunicação Interna*. Editora Abril.
- Martin, J., & Frost, P. (2001). Jogos de guerra da cultura organizacional: A luta pelo domínio intelectual. In S. Clegg, C. Hardy & W. Nord, *Handbook de estudos organizacionais*. Atlas.
- Mayfield, M., & Mayfield, J. (2017). Leader Talk and the Creative Spark. *International Journal of Business Communication*, 54(2), 210–225. <https://doi.org/10.1177/2329488416687057>
- Men, L. R., & Stacks, D. (2014). The Effects of Authentic Leadership on Strategic Internal Communication and Employee-Organization Relationships. *Journal of Public Relations Research*, 26(4), 301–324. <https://doi.org/10.1080/1062726x.2014.908720>
- Men, L. R., & Yue, C. A. (2019). Creating a positive emotional culture: Effect of internal communication and impact on employee supportive behaviors. *Public Relations Review*, 45(3), 101764. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2019.03.001>
- Menezes, E. A. C., Guimarães, T. de A., & Bido, D. de S. (2011). Dimensões da aprendizagem em organizações: validação do Dimensions of the Learning Organization Questionnaire (DLOQ) no contexto brasileiro. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 12(2), 4–29. <https://doi.org/10.1590/s1678-69712011000200002>
- Pérez Martínez, A. (2009). Cultura organizacional: Algunas reflexiones a la luz de los nuevos retos. *Revista Venezolana de Gerencia*, 14(46). <https://doi.org/10.31876/revista.v14i46.10529>
- Rawlins, B. (2008). Give the Emperor a Mirror: Toward Developing a Stakeholder Measurement of Organizational Transparency. *Journal of Public Relations Research*, 21(1), 71–99. <https://doi.org/10.1080/10627260802153421>

- Ruão, T. (2004). *O estado da arte em Comunicação Organizacional. 1900 – 2000: um século de investigação.*
- Ruão, T. (2016). *A organização comunicativa: teoria e prática em Comunicação Organizacional.* Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Santos, C. J., Neves, F. T., Balieiro, R. T., & Denardi, T. C. (2019). A influência da comunicação na cultura organizacional: revisão sistemática da literatura. *Revista EDaPECI*, 18(3), 6–18. <https://doi.org/10.29276/redapeci.2018.18.310082.6-18>
- Santos, J. V. dos, & Gonçalves, G. (2010). A cultura organizacional: O impacto visível de uma dimensão invisível. *Psico*, 41(3). <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8167>
- Schein, E. H. (2017). *Organizational Culture and Leadership.* John Wiley & Sons.
- Sebastião, S. P., Zulato, G., & Trindade, A. D. (2017). Internal communication and organisational culture: The management interplay in the view of the Portuguese communication consultant. *Public Relations Review*, 43(4), 863–871. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2017.05.006>
- Smircich, L. (1983). Concepts of Culture and Organizational Analysis. *Administrative Science Quarterly*, 28(3), 339–358. <https://doi.org/10.2307/2392246>
- Sriramesh, K., Grunig, J. E., & Dozier, D. M. (1996). Observation and Measurement of Two Dimensions of Organizational Culture and Their Relationship to Public Relations. *Journal of Public Relations Research*, 8(4), 229–261. https://doi.org/10.1207/s1532754xjpr0804_02
- Thelen, P. D., & Formanchuk, A. (2022). Culture and internal communication in Chile: Linking ethical organizational culture, transparent communication, and employee advocacy. *Public Relations Review*, 48(1), 102137. <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2021.102137>
- Treviño, L. K., Butterfield, K. D., & McCabe, D. L. (1998). The ethical context in organizations: Influences on employee attitudes and behaviours. *Business Ethics Quarterly*, 8(3), 447–476. <https://doi.org/10.5840/10.2307/3857431>
- Welch, M. (2011). The evolution of the employee engagement concept: communication implications. *Corporate Communications: An International Journal*, 16(4), 328–346. <https://doi.org/10.1108/13563281111186968>

Desordem Informativa no Contexto da Pandemia de Covid-19

Gisiela Klein

Universidade de Coimbra - uc2022239151@student.uc.pt

Resumo

Em tempos de pandemia, a desordem informativa pode provocar danos irreparáveis, colocando em risco a vida de pessoas e a estabilidade de nações. Este trabalho objetiva alcançar o estado da arte sobre os estudos acadêmicos que tratam de desordem informativa no contexto da pandemia de Covid-19. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática expondo o *corpus* científico referente ao tema entre os anos de 2020 e 2022. Foram analisados 59 artigos acadêmicos nas línguas inglesa e portuguesa com acesso aberto nas bases de

dados *Scopus*, *Web of Science* e *Communication & Mass Media*. Os resultados demonstram que, no período analisado, os estudos acadêmicos se concentraram em seis eixos principais: 1) motivação para consumir e compartilhar os conteúdos, 2) literacia mediática, 3) regulação das plataformas digitais, 4) *fact-checking* e os efeitos das correções na receção, 5) teoria da inoculação e 6) revisões de literatura. De forma geral, o *corpus* acadêmico sobre desordem informativa no contexto da pandemia de Covid-19 se mostrou bastante consistente.

Palavras-chave: desinformação, notícias falsas, informação falsa, infodemia.

Information Disorder on COVID-19 Pandemic Context

Abstract

In pandemic moments, information disorder can cause irreparable harm, endangering the lives of people and the stability of nations. This work aims to achieve the state of the art regarding academic studies addressing information disorder in the context of the Covid-19 pandemic. To this end, a systematic review was conducted, exposing the scientific corpus related to the topic between the years 2020 and 2022. Fifty-nine academic articles were analyzed in English and Portuguese, with open access, from the Scopus, Web of Science, and

Communication & Mass Media databases. The results demonstrate that, during the analyzed period, academic studies focused on six main axes: 1) motivation for consuming and sharing content, 2) media literacy, 3) regulation of digital platforms, 4) fact-checking and the effects of corrections on reception, 5) inoculation theory, and 6) literature reviews. Overall, the academic corpus on information disorder in the context of the Covid-19 pandemic proved to be quite consistent.

Keywords: disinformation, misinformation, *malinformation*, fake news, infodemic.

INTRODUÇÃO

O caótico cenário de uma pandemia foi agravado na década de 2020, um tempo de desordem informativa sem precedentes na história moderna. As pandemias, assim como as mentiras e meias verdades, não são novidade. Mas ambos os fenômenos em um contexto de globalização, comunicação digital e em rede nos levou ao que a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou como infodemia - um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que torna difícil encontrar fontes idôneas e orientações fiáveis¹. Wardle & Derakhshan (2017) definem o fenômeno como desordem informativa onde ocorre criação, produção e compartilhamento de conteúdo classificado como: “*misinformation*” – informação falsa que é partilhada, mas não tem como objetivo causar danos; “*disinformation*” – informação falsa partilhada com o objetivo de causar danos; e “*malinformation*” – informação que é baseada na realidade com a intenção de causar dolo.

A desordem informativa ganha escala exponencial com a comunicação digital em rede. Com o apoio de *bots*, algoritmos projetados para atuar como humanos na troca de dados, o conteúdo a circular pelos dispositivos digitais chega a uma quantidade impossível de ser processada pelo cérebro humano (Benito-Ruiz, 2009). A sobrecarga de informação acaba por provocar desinformação.

Além disso, o ambiente digital provocou distorções significativas nos processos de comunicação, acentuando os efeitos das câmeras de eco (Duffy, Tandoc & Ling, 2020) e das bolhas informativas (Pariser, 2011), bem como da busca por aprovação social por meio dos mecanismos de autopromoção das redes sociais (Islam, Laato, Talukder & Sutinen, 2020). Durante a pandemia, o cenário piorou. Boa parte da população mundial enfrentou o isolamento com alterações nas rotinas privada, social e laboral. Entre as consequências documentadas pela ciência estão o aumento no tempo de conexão às redes sociais e o aumento de distúrbios de autorregulação, fadiga social, ansiedade e estresse (Borah, Irom & Hsu, 2021; Islam et al., 2020; Khan, 2021; Pennycook, McPhetres, Zhang, Lu & Rand, 2020; Pennycook, Epstein, Mosleh, Arechar, Eckles & Rand, 2021; Pennycook & Rand, 2020).

Neste contexto, este estudo recolheu e analisou 59 artigos nas línguas inglesa e portuguesa entre os anos de 2020 e 2022 com o intuito de perceber como o cenário de desordem informativa impactou a comunicação durante a pandemia de Covid-19.

1 Declaração em 15 de fevereiro de 2020 durante a Conferência de Munich. Disponível em <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/munich-security-conference>.

A bibliografia analisada demonstra que, neste período, os estudos acadêmicos se concentraram em seis eixos principais: 1) motivação para consumir e compartilhar os conteúdos, 2) literacia mediática, 3) regulação das plataformas, 4) *fact-checking* e os efeitos das correções na recepção, 5) teoria da inoculação e 6) revisões de literatura.

METODOLOGIA

O presente estudo é uma revisão sistemática da literatura com objetivo de alcançar o estado da arte referente à temática pesquisada. A revisão foi realizada em cinco etapas: 1) delimitação do tema da pesquisa; 2) definição das bases de dados, dos grupos de descritores e dos limitadores de busca; 3) extração e categorização dos estudos encontrados; 4) análise do material selecionado; e 5) interpretação dos resultados.

A etapa 1 teve início com uma revisão não sistemática da literatura acerca dos temas *fake news* e comunicação durante a pandemia de Covid-19. Tandoc, Lim e Ling (2017) apontam para a complexidade do termo *fake news*. Os autores analisaram 34 artigos acadêmicos que tratam da nomenclatura e concluíram que o termo se transformou em ‘palavra da moda’, principalmente após as eleições presidenciais norte-americanas em 2016. Os estudos costumam classificar as *fake news* em seis tipologias: (1) sátira de notícias, (2) paródia de notícias, (3) fabricação, (4) manipulação, (5) publicidade e (6) propaganda. Entretanto, os autores alertam para a descontextualização do termo, especialmente em narrativas políticas. No presente artigo, optamos pelo conceito de desordem informativa (Wardle & Derakhshan, 2017) por considerarmos mais abrangente e apropriado ao cenário pandêmico (Hansson, Orru, Torpan, Bäck, Kazemekaityte, Meyer, Ludvigsen, Savadori, Galvagni & Pigrée, 2021). Após a etapa inicial de descobrimento, o tema da pesquisa foi resumido na pergunta: como o cenário de desordem informativa impactou a comunicação durante a pandemia de Covid-19?

Na etapa 2, foi definido o plano estratégico de busca. Foram selecionadas três bases de dados: *Scopus*, *Web of Science* e *Communication & Mass Media*. A tabela 1 traz a visão geral da estratégia de busca.

Tabela 1

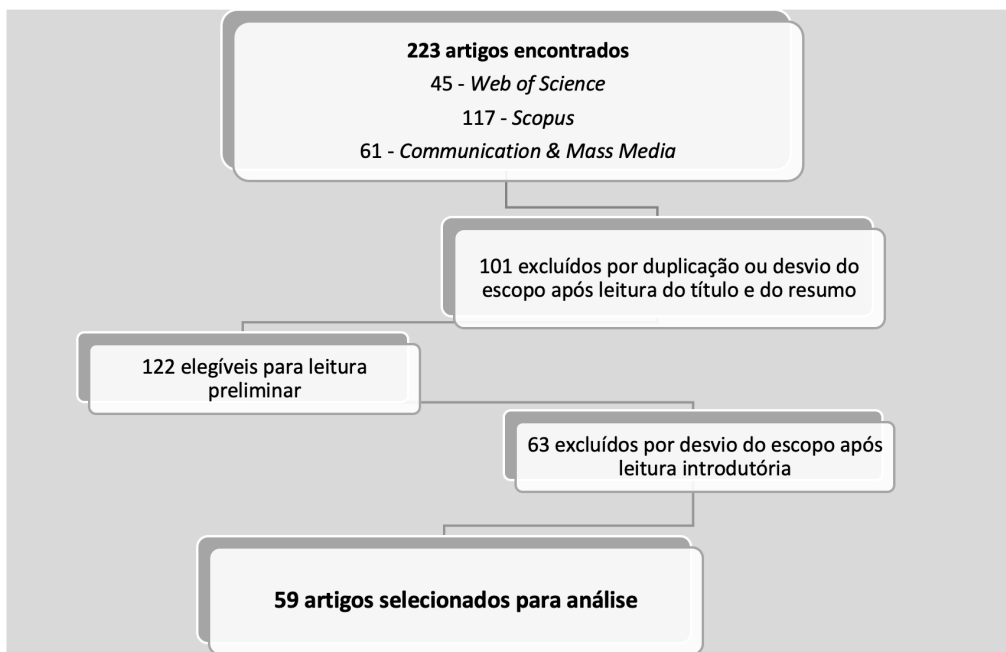
Estratégia de busca para levantamento do estado da arte sobre desordem informativa e comunicação durante a pandemia de Covid-19.

Base	Data da coleta dos dados	Grupo de descritores	Limitadores
Web of Science	09/01/2023	("fake news") OR (disinformation) OR (misinformation) OR ("information disorder") AND ("Covid*") (Títulos da publicação) OR ("fake news") OR (disinformation) OR ("information disorder") AND ("Covid*") (Resumo) or ("fake news") OR (disinformation) OR (misinformation) OR ("information disorder") AND ("Covid*") (Palavras-chave de autor) and Highly Cited Papers and 6.185 Communication or 6.69 Language & Linguistics or 4.13 Telecommunications or 6.73 Social Psychology (Citation Topics Meso)	Data: 01/01/2020 a 31/12/2022; Texto integral, artigos acadêmicos, revisados por pares e com acesso aberto. Idiomas: português e inglês.
Scopus	11/01/2023	(TITLE-ABS-KEY ("fake news") OR TITLE-ABS-KEY (disinformation) OR TITLE-ABS-KEY (misinformation) OR TITLE-ABS-KEY ("information disorder") AND TITLE-ABS-KEY ("Covid*")) AND (LIMIT-TO (SUBJAREA, "SOCT") OR LIMIT-TO (SUBJAREA, "ARTS")) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, "ar")) AND (LIMIT-TO (PUBYEAR, 2022) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2021) OR LIMIT-TO (PUBYEAR, 2020)) AND (LIMIT-TO (LANGUAGE, "English") OR LIMIT-TO (LANGUAGE, "Portuguese")) AND (LIMIT-TO (PUBSTAGE, "final")) AND (EXCLUDE (EXACTKEYWORD, "COVID-19")) AND (EXCLUDE (EXACTKEYWORD, "Social Media") OR EXCLUDE (EXACTKEYWORD, "Covid-19")) AND (EXCLUDE (EXACTKEYWORD, "COVID-19 Pandemic")) AND (LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Fake News")) OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Misinformation") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Disinformation") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Infodemic") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Conspiracy Theories") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Health Communication") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Media") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Twitter") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "COVID-19 Misinformation") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Crisis Communication") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Facebook") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Media Literacy") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Risk Communication") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Communication") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Fake News Detection") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Information Dissemination") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Information Literacy") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Information Overload") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "COVID-19 News") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Digital Literacy") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "False News")) OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Health Information") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Infodemia") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Information Environment") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD, "Media Disinformation"))	Data: 01/01/2020 a 31/12/2022; Texto integral, artigos acadêmicos, revisados por pares e com acesso aberto. Idiomas: português e inglês.
Communication & Mass Media (pertencente à EBSCO)	12/01/2023	TI (("fake news") OR (disinformation) OR (misinformation) OR ("information disorder") AND ("Covid*")) OR AB (("fake news") OR (disinformation) OR (misinformation) OR ("information disorder") AND ("Covid*"))	Data: 01/01/2020 a 31/12/2022; Texto integral, artigos acadêmicos, revisados por pares e com acesso aberto. Idiomas: português e inglês.

Na etapa 3 do presente estudo, foram extraídos e categorizados os artigos que resultaram da busca sistemática. A Figura 1 traz o resultado quantitativo da etapa 3.

Figura 1

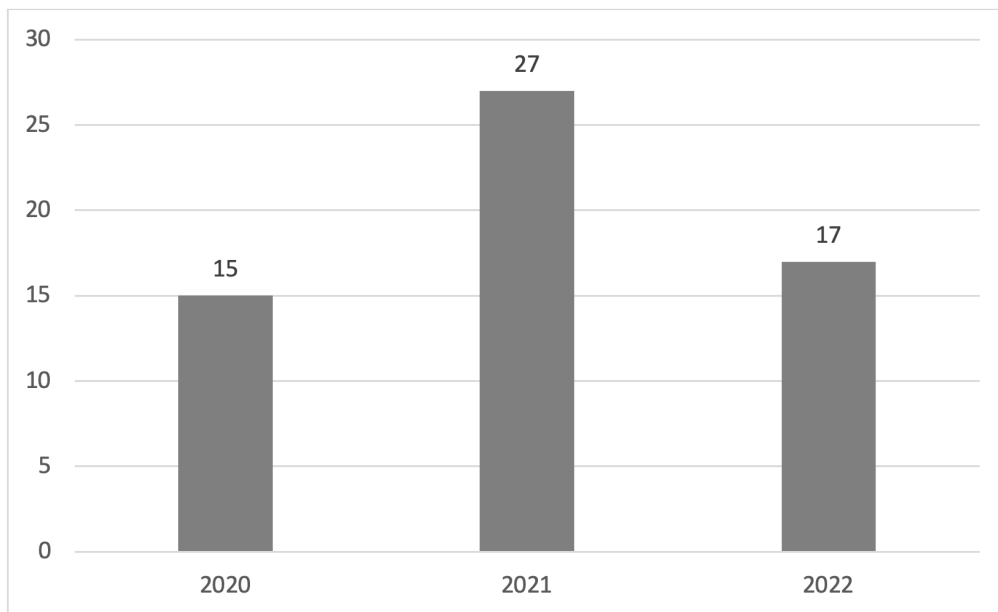
Resumo do resultado quantitativo da pesquisa sistemática.



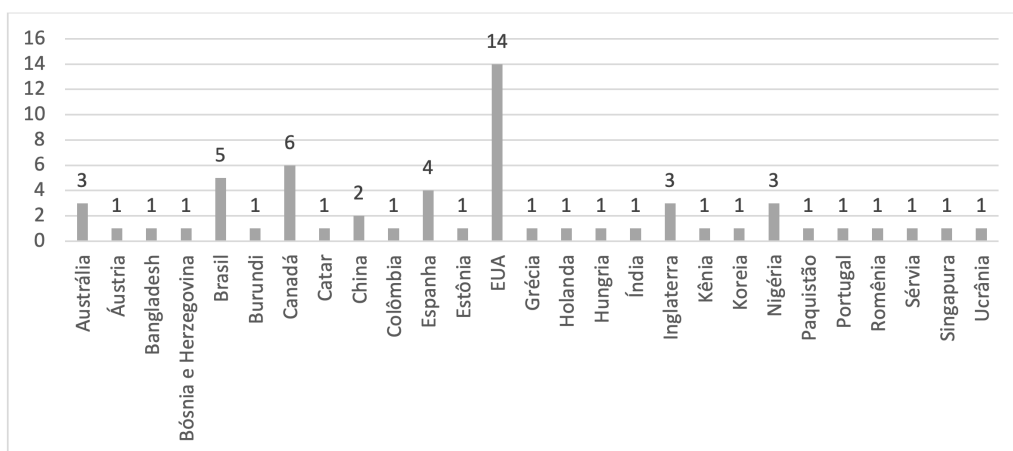
Os 59 artigos resultantes da seleção foram classificados, ainda, quanto ao ano e país de publicação, sendo que o país considerado foi o local onde o estudo foi realizado ou o local de coleta da amostra, no caso dos estudos empíricos (Figuras 2 e 3).

Figura 2

Número de artigos por ano de publicação.

**Figura 3**

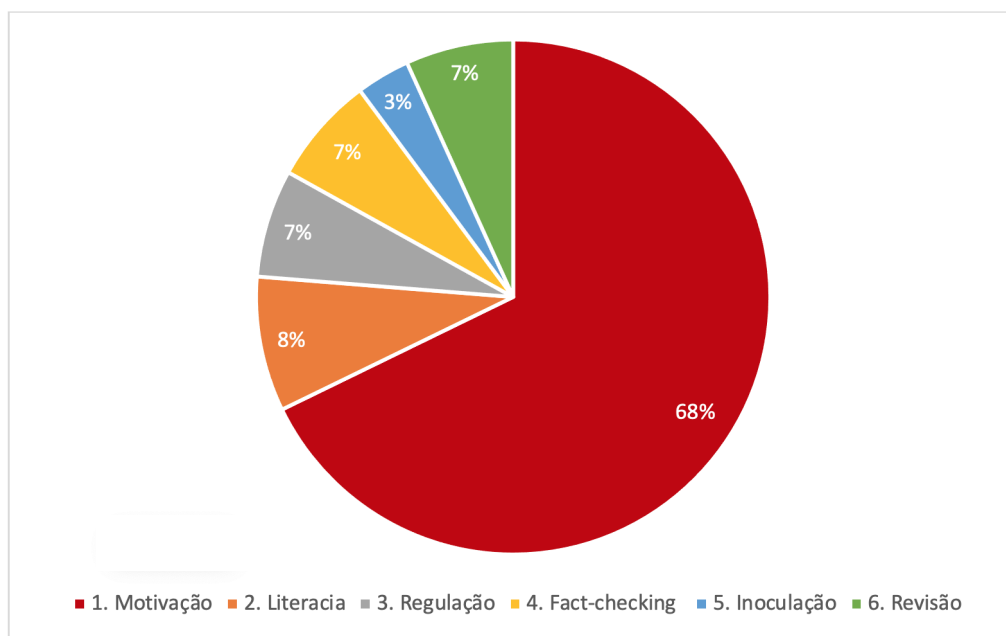
Número de artigos por país onde o estudo foi realizado ou a amostra coletada, no caso de estudos empíricos.



Na etapa 4 da presente pesquisa, foram analisados em profundidade os 59 artigos selecionados. A análise demonstrou que, no período entre 2020 e 2022, os estudos acadêmicos se concentraram em seis eixos principais: 1) motivação para consumir e compartilhar os conteúdos, 2) literacia mediática, 3) regulação das plataformas, 4) *fact-checking* e os efeitos das correções na recepção, 5) teoria da inoculação e 6) revisões de literatura. A Figura 4 mostra a incidência de cada uma destas temáticas na amostra analisada.

Figura 4

Temas encontrados nos artigos analisados.



Os artigos que tratam das motivações individuais para o consumo e compartilhamento de conteúdos inverídicos ou descontextualizados predominaram no período analisado (Figura 4). Os investigadores procuram perceber por que o indivíduo falha no julgamento sobre o nível de falsidade ou veracidade de uma informação (Eysenbach, 2020; Pennycook et al., 2020; Pennycook & Rand, 2021). O perfil psicológico do usuário mais propenso a acreditar e/ou compartilhar uma desinformação também é analisado neste eixo temático de artigos.

Os estudos em literacia mediática, por sua vez, abrangem propostas para reduzir o quadro de desinformação por meio de programas e metodologias de ensino. Já os artigos que tratam de regulação são voltados ao cenário jurídico internacional para normatização das plataformas de comunicação digital e das mídias sociais. Os textos classificados como *fact-checking* tratam dos possíveis efeitos das verificações de notícias falsas. Entre as teorias abordadas por estes artigos está o chamado ‘tiro pela culatra’, um fenômeno que explica o porquê de um indivíduo acreditar em uma notícia falsa mesmo após a correção ou desmentido da informação.

Os artigos que integram o eixo inoculação tratam de um comportamento observado pelos investigadores entre as pessoas que têm contato com uma informação verdadeira acompanhada de alertas ou exemplos de possíveis desinformações relacionadas ao mesmo tema. Nestes casos, os resultados sugerem que há um efeito positivo no sentido de reverter a desordem informativa. Por fim, os artigos classificados como ‘revisão’ são revisões estruturadas de literatura que relacionam a pandemia à desordem informativa.

A quinta e última etapa do estudo ocorreu com a interpretação dos dados coletados nos estudos científicos. Além dos 59 artigos que resultaram da busca sistemática, foram considerados os estudos complementares analisados durante a revisão narrativa.

DESORDEM INFORMATIVA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

A desordem informativa durante a pandemia de Covid-19, também chamada de infodemia (Eysenbach, 2020), contribuiu, entre outros problemas, para a resistência à vacinação por parte da população (Amarante, 2020; di Domenico, Nunan & Pitardi, 2022; Halafoff, Marriott, Fitzpatrick & Weng, 2022; Patel, Moncayo, Conroy, Jordan & Erickson, 2020; Shen & Zhou, 2021); para o aumento do discurso de ódio contra estrangeiros em alguns países, especialmente contra os asiáticos (Jang, Rempel, Roth, Carenini & Janjua, 2021; Wright & Duong, 2021); e para o agravamento de doenças psicológicas (Khan, 2021). Informações falsas, controversas, descontextualizadas e a sobrecarga de dados nos meios digitais contribuíram para o aumento no nível de estresse e ansiedade da população, que já enfrentava o isolamento social e a insegurança na saúde e economia (Borah et al., 2021; Escolà-Gascón, Dagnall & Gallifa, 2021; Khan, 2021; Pennycook et al., 2020, 2021; Pennycook & Rand, 2020).

Sempre que um indivíduo entra em contato com uma informação, ele é capaz de raciocinar e discernir sobre seu nível de falsidade ou veracidade (Eysenbach, 2020; Pennycook et al., 2020; Pennycook & Rand, 2021). No quadro de desordem informativa, as pessoas falham no julgamento sobre verdade ou falsidade porque não param para refletir suficientemente sobre seu conhecimento prévio ou têm conhecimento prévio insuficiente ou impreciso. Além disso, o uso de heurísticas ou atalhos mentais também distorcem nosso raciocínio, bem como a exposição contínua às informações inverídicas, que conduz à sensação de familiaridade. A fonte da informação é outra pista importante. Somos mais propensos a acreditar nas informações fornecidas por pessoas e instituições que consideramos confiáveis e com as quais temos prévio alinhamento de ideias (Bruns, Harrington & Hurcombe, 2020; Pennycook & Rand, 2021). Por fim, a desinformação costuma ser emocionalmente evocativa, envolvendo as pessoas em uma tempestade de sentimentos, o que contribuiu para a confusão mental (Pennycook & Rand, 2021; Wardle & Derakhshan, 2017).

No contexto digital, o desafio para o cérebro humano é ainda maior. O caráter revolucionário das novas mídias digitais altera profundamente os processos de comunicação e as condições para que o indivíduo delibere sobre o que é informação verdadeira ou não. O número de agentes e instituições disputando nossos pensamentos e sentimentos é imenso, nos confunde e desestabiliza (Amaral, Correia & Jerónimo, 2022; Amaral & Santos, 2019; Fachin, de Araujo & de Sousa, 2020; Figueira & Santos, 2019; Habermas, 2022; Han, 2022; Oji, 2022; Pennycook & Rand, 2020; van Dijk, 2017; Wardle & Derakhshan, 2017). “Existe, hoje, um quadro de overdose informacional, espetacularização e fugacidade que resulta numa dessensibilização em relação à importância da informação verdadeira” (Correia Santos, 2021, p. 134).

Esse quadro é descrito por Islam et al. (2020) por meio da teoria da fadiga social (*social media fatigue* - SMF). A sobrecarga de informações nas redes sociais exige esforço extraordinário do nosso cérebro para alcançar a compreensão. Uma resposta natural do nosso sistema cognitivo é se afastar do novo conhecimento e permanecer com informações já conhecidas, mesmo que inverídicas (Han, 2022; Islam et al., 2020; van Dijk, 2017; Wardle, 2018; Wardle & Derakhshan, 2017).

Pesquisas empíricas sobre o comportamento humano frente à desordem informativa durante a pandemia indicam que há perfis mais propensos a aceitar informações inverídicas. De uma forma geral, estão neste grupo as faixas etárias mais elevadas, os com literacia e renda mais baixas, além daqueles alinhados às ideias de lideranças políticas ou religiosas (Arcila-Calderón, Blanco-Herrero & Oller-Alonso, 2021;

Besalú, Pont-Sorribes & Martí, 2021; Bruns et al., 2020; Buturoiu, Corbu, Oprea & Botan, 2022; Das & Ahmed, 2022; Gruzd & Mai, 2020; Hansson, Orru, Torpan, Bäck, Kazemekaityte, Meyer, Ludvigsen, Savadori, Galvagni & Pigrée, 2021; Haupt, Li & Mackey, 2021; Jang et al., 2021; Javed, Usama, Iqbal, Qadir, Tyson, Castro & Gari-mella, 2022; Kim & Kim, 2020; Rajasekhar, Makesh & Jaishree, 2021; Salas-Paramo & Escandon-Barbosa, 2022; Stubenvoll, 2022; Su, 2021; Teovanović, Lukić, Zupan, Lazić, Ninković & Žeželj, 2021; Uwalaka, Nwala & Chinedu, 2021; Weil & Wolfe, 2022).

Há, ainda, outro grupo descrito por Shen & Zhou (2021) que tende ao egocentris-mo epistêmico, viés cognitivo caracterizado pela incapacidade de diferenciar entre o eu e os outros e de assumir ou perceber qualquer perspectiva diferente da própria (Shen & Zhou, 2021). Indivíduos que hesitam em se vacinar por acreditarem que há uma relação entre a vacina e o autismo, por exemplo, são enquadrados neste grupo pela literatura.

Em países com baixa literacia, as plataformas de mensageria, especialmente as que permitem o compartilhamento de áudios, facilitam a desordem informativa. O processo de criação e distribuição dos áudios é relativamente simples, as ofertas comerciais dos provedores de internet são mais acessíveis e o formato da mensagem em áudio estimula o vínculo emocional.

Os usuários experimentam um tipo de comunicação mais íntimo e um vínculo emocional que leva a uma sensação de união, algo que o uso do texto torna mais desafiador. Além disso, o áudio facilita simultaneamente a integração de uma população com níveis de alfabetização mais baixos (Cardoso, Sepúlveda & Narciso, 2022, p. 3).

Acreditar em uma informação é o primeiro momento. O segundo é a decisão em compartilhar ou não tal informação. Os motivos que levam um indivíduo a acreditar em algo falso ou impreciso podem ser diversos daqueles que o levam a compartilhar as inverdades (Apuke & Omar, 2021; Duffy et al., 2020; Hodson, O'Meara, Thompson, Houlden, Gosse & Veletsianos, 2022).

Islam et al. (2000) listam seis fatores que teriam levado as pessoas a compartilhar conteúdo falso ou equivocado nas redes sociais durante a pandemia: i) a fadiga social provocada pela sobrecarga informacional; ii) a busca por aprovação social; iii) o caráter hedônico das redes; iv) o fato de as pessoas passarem mais tempo conectadas

em casa durante a pandemia, o que permitiu que elas ficassem mais tempo nas redes sociais; v) o aumento do distúrbio conhecido como DS-R (*deficient self-regulation*), em função da dificuldade em estabelecer uma rotina durante o confinamento; e vi) a religiosidade. Pessoas religiosas seriam mais sensíveis a informações que remetam à intervenção divina e à verdade não verificável (Halafoff, Marriott, Fitzpatrick & Weng, 2022; Islam et al., 2020; Paviotti, 2021).

De uma forma geral, as pessoas preferem compartilhar informações que parecem úteis para sua realidade pessoal. Neste sentido, conteúdos que reforçam conceitos prévios acabam sendo favorecidos (Islam et al., 2020).

Quando temos uma escolha sobre com quem nos conectar ou não, tendemos a estabelecer e continuar relacionamentos com pessoas que têm pontos de vista semelhantes aos nossos. Estamos programados para gostar de passar o tempo em ‘câmaras de eco’, pois requer menos trabalho cognitivo (Wardle & Derakhshan, 2017, p. 49).

Outra característica das informações compartilhadas é o apelo emocional. Geralmente, informações exageradamente ruins ou bizarras despertam a atenção do destinatário. Essa atenção por parte do destinatário oferece certo prestígio à pessoa que compartilha o conteúdo por meio de um sistema de recompensas materializado em seguidores, cliques, *views*, *likes*, entre outros (Han, 2022).

Quando as pessoas usam a mídia social para fins de autopromoção, elas precisam equilibrar entre o que compartilhar e o que não compartilhar, a fim de manter uma imagem positiva de si mesmas. Isso pode ser cada vez mais difícil em situações como a pandemia de COVID-19, onde não é fácil conceituar qual informação é relevante e confiável (Islam et al., 2020, p. 4).

POSSÍVEIS CAMINHOS PARA MINIMIZAR A DESORDEM INFORMATIVA

Em crises de saúde pública, a apatia e a negação são os maiores desafios de comunicação. É comum instituições (governos e organizações de saúde) tentarem evitar o pânico entre a população e construírem discursos amenos sobre as possíveis ameaças

de uma crise de saúde pública (van der Meer & Jin, 2020). A preocupação deveria ser no sentido de despertar a população para os problemas e, assim, reduzir os danos causados pela desinformação (Domingues, 2021; Emojong, 2021)

Corrigir a desinformação é importante, mas é preciso cautela para não obter resultado contrário e acabar por dar mais ênfase ao erro (Fachin et al., 2020; Uwalaka et al., 2021; Wardle & Derakhshan, 2017). Apelidado de ‘tiro pela culatra’, o fenômeno pode ocorrer quando a verificação de uma desinformação desafia as visões de mundo de uma pessoa. Nesses casos, suas crenças podem, ironicamente, saírem fortalecidas apesar da evidência contrária (Cook, Lewandowsky & Ecker, 2017).

Os estudos sobre exposição a evidências corretivas apontam diferentes reações por parte da audiência. Uma mensagem curta e direta que simplesmente corrige uma informação equivocada é assimilada, mas tende a não gerar mudança no comportamento do público. Já mensagens construídas dentro de uma narrativa teatralizada, explorando recursos de *storytelling*, além de assimiladas, tendem a provocar algum nível de mudança comportamental (Hameleers & van der Meer, 2020; Malecki, Keating & Safdar, 2021; van der Meer & Jin, 2020).

Os achados corroboram com as deduções de Wardle & Derakhshan (2017) de que a comunicação vai além de uma mensagem passada de uma pessoa para outra. São, na verdade, representações de crenças compartilhadas. “Precisamos combater rumores e conspirações com narrativas envolventes e poderosas que utilizam as mesmas técnicas da desinformação” (Wardle & Derakhshan, 2017, p. 78).

Outra estratégia é aplicar a ‘teoria da inoculação’. O *pre-bunking* ou inoculação é semelhante a uma vacina e consiste em apresentar uma informação verdadeira acompanhada das possíveis desinformações relacionadas ao assunto. Assim, o contato prévio com a desinformação, mas de forma contextualizada e acompanhada da verificação, agiria como um imunizante, levando o indivíduo a um processo de questionamento e racionalização (Cook et al., 2017; van der Linden, Leiserowitz, Rosenthal & Maibach, 2017; van der Linden, Roozenbeek & Compton, 2020; Vivion, Anassour Laouan Sidi, Betsch, Dionne, Dubé, Driedger, Gagnon, Graham, Greyson, Hamel, Lewandowsky, MacDonald, Malo, Meyer, Schmid, Steenbeek, van der Linden, Verger, Witteman & Yesilada, 2022). “Verificou-se que as mensagens de inoculação são mais eficazes em transmitir resistência à desinformação do que mensagens de apoio, ou seja, mensagens que promovem informações precisas sem mencionar a desinformação” (Cook et al., 2017, p. 4).

Na busca por alternativas que minimizem os efeitos negativos da desordem informativa, há alguns caminhos complementares. As soluções passam por ajustes nos algoritmos das plataformas digitais (van Dijk, 2017); punição dos produtores de conteúdos falsos e limitação da publicidade destes conteúdos (Manganello, Bleakley & Schumacher, 2020); o silêncio estratégico em alguns casos, evitando o ‘tiro pela culatra’ (Fachin et al., 2020; Uwalaka et al., 2021); a identificação das fontes de desinformação (Messaoud, 2021); a regulação dos meios digitais de comunicação (Messaoud, 2021; Neuwirth, 2022; Polyák & Nagy, 2021; Wardle & Derakhshan, 2017) e programas de literacia (Andreatta, 2021; Musi, O’halloran, Aloumpi, Carmi & Yates, 2022; Oji, 2022; Paris, Carmien & Marshall, 2022; Puig, Blanco-Anaya & Pérez-Maceira, 2021; Trninić, 2021; Veletsianos, Houlden, Reid, Hodson & Thompson, 2022).

É preciso treinar novamente nossos cérebros para buscar pontos de vista alternativos. Algumas pessoas compararam nossa dieta informativa à nutricional, afirmando que, da mesma forma que tivemos que ser educados para ver o valor de uma dieta rica em frutas e vegetais, precisamos dar rótulos «nutricionais» às informações para compreendermos o valor de uma dieta de mídia com uma variedade de pontos de vista políticos (Wardle & Derakhshan, 2017, p. 56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura demonstrou que a comunicação durante a pandemia foi impactada negativamente pelo cenário de desordem informativa. A incerteza provocada por notícias falsas, descontextualizadas ou imprecisas prejudicou políticas públicas, especialmente em relação à vacinação. A disseminação das informações também contribuiu para o discurso de ódio e o agravamento de doenças psicológicas e do nível de estresse e ansiedade.

O *corpus* acadêmico sobre desordem informativa no contexto da pandemia de Covid-19 se mostrou bastante consistente. Os estudos sobre recepção da desinformação e as motivações psicológicas e sociais para o compartilhamento do conteúdo são vastos e bem fundamentados. A coleta de dados é uma limitação encontrada nos estudos. No caso de redes sociais abertas, a coleta é facilitada, mas em plataformas fechadas (mensageria e grupos fechados no Facebook, por exemplo), há uma limitação técnica e ética para a coleta e análise dos dados.

As investigações sobre literacia em ciência começam a despontar com propostas pedagógicas inovadoras voltadas, especialmente, para o público jovem. Há poucos estudos, entretanto, sobre literacia para o público de idade mais elevada, justamente o que apresenta vulnerabilidade à desordem informativa nos meios digitais.

No campo da Comunicação, destaque para as pesquisas sobre os resultados do trabalho realizado pelas agências de checagem, que podem ser relacionados aos estudos de receção e às teorias do ‘tiro pela culatra’, ‘inoculação’, egocentrismo epistêmico e abordagens sobre comunicação emotiva durante a pandemia. A regulamentação das plataformas e das redes sociais é tratado pelo campo do Direito, que demonstra a necessidade de uma normatização internacional, considerando as implicações econômicas e políticas para os países.

Esta revisão estruturada da literatura também encontrou um consenso acadêmico sobre o termo ‘*fake news*’ como insuficiente para descrever a complexidade do cenário informativo atual, especialmente nos meios digitais. A proposta de nomenclatura mais abrangente trazida por Wardle & Derakhshan (2017) – desordem informativa – parece mais adequada ao contexto da pandemia de Covid-19.

Para estudos futuros, há lacunas nas investigações empíricas que abordem a relação entre desordem informativa e a pandemia de Covid-19 considerando as fontes de informação e o contexto político e religioso, além de amostras significativas para inferências sobre perfil de vulnerabilidade à desinformação em diferentes realidades socioeconômicas.

REFERÊNCIAS

- Amaral, I., & Santos, S. J. (2019). Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news na era da pós-verdade. In *Fake News e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade* (pp. 63–85). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1778-7_5
- Amarante, E. (2020). The fake news pandemic on Facebook during the covid-19. *Estudos Em Comunicação*, 31, 51–68. <https://doi.org/10.25768/20.04.03.31.03>
- Andreatta, E. P. (2021). Fake news em tempos de pandemia: a urgência de novos multiletramentos na cultura digital. *Calidoscópico*, 19(1), 88–103. <https://doi.org/10.4013/CLD.2021.191.07>

- Apuke, O. D., & Omar, B. (2021). Fake news and COVID-19: modelling the predictors of fake news sharing among social media users. *Telematics and Informatics*, 56. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2020.101475>
- Arcila-Calderón, C., Blanco-Herrero, D., & Oller-Alonso, M. (2021). Trusting communication of the pandemic: The perceptions of spanish citizens regarding government information on covid-19. *Profesional de La Informacion*, 30(6), 1–13. <https://doi.org/10.3145/EPI.2021.NOV.06>
- Benito-Ruiz, E. (2009). Infocination 2.0. In *Handbook of Research on Web 2.0 and Second Language Learning* (pp. 60–79). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-60566-190-2.ch004>
- Besalú, R., Pont-Sorribes, C., & Martí, A. (2021). Perceived Credibility of Tweets by Opinion Leaders During the COVID-19 Pandemic in Spain. *International Journal of Communication*, 15, 5158–5185. <http://ijoc.org>.
- Borah, P., Irom, B., & Hsu, Y. C. (2022). ‘It infuriates me’: examining young adults’ reactions to and recommendations to fight misinformation about COVID-19? *Journal of Youth Studies*, 25(10), 1411–1431. <https://doi.org/10.1080/13676261.2021.1965108>
- Bruns, A., Harrington, S., & Hurcombe, E. (2020). ‘Corona? 5G? or both?’: the dynamics of COVID-19/5G conspiracy theories on Facebook. *Media International Australia*, 177(1), 12–29. <https://doi.org/10.1177/1329878X20946113>
- Buturoiu, R., Corbu, N., Oprea, D. A., & Botan, M. (2022). Trust in information sources during the COVID-19 pandemic. A Romanian case study. *Communications*, 47(3), 375–394. <https://doi.org/10.1515/commun-2020-0052>
- Cardoso, G., Sepúlveda, R., & Narciso, I. (2022). WhatsApp and audio misinformation during the Covid-19 pandemic. *Profesional de La Informacion*, 31(3), 1–15. <https://doi.org/10.3145/epi.2022.may.21>
- Cook, J., Lewandowsky, S., & Ecker, U. K. H. (2017). Neutralizing misinformation through inoculation: Exposing misleading argumentation techniques reduces their influence. *PLoS ONE*, 12(5), 1–21. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0175799>

- Correia, J. C., Jerónimo, P., & Amaral, I. (2022). *Disinformation Studies: Perspectives from an Emerging Field* (Vol. 1). LabCom Books.
- Correia Santos, S. (2021). Fake news: como compreender a evolução do engano mediado. *Ámbitos. Revista Internacional de Comunicación*, 54, 122–139. <https://doi.org/10.12795/Ambitos.2021.i54.07>
- Das, R., & Ahmed, W. (2022). Rethinking Fake News: Disinformation and Ideology during the time of COVID-19 Global Pandemic. *IIM Kozhikode Society & Management Review*, 11(1), 146–159. <https://doi.org/10.1177/22779752211027382>
- Di Domenico, G., Nunan, D., & Pitardi, V. (2022). Marketplaces of Misinformation: A Study of How Vaccine Misinformation Is Legitimized on Social Media. *Journal of Public Policy and Marketing*, 41(4), 319–335. <https://doi.org/10.1177/07439156221103860>
- Domingues, L. (2021). Infodemia: uma ameaça à saúde pública global durante e após a pandemia de Covid-19. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação Em Saúde*, 15(1), 12–17. <https://doi.org/10.29397/reciis.v14i4.2237>
- Duffy, A., Tandoc, E., & Ling, R. (2020). Too good to be true, too good not to share: the social utility of fake news. *Information Communication and Society*, 23(13), 1965–1979. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1623904>
- Emojong, O. (2021). Fear-arousing persuasive communication and behaviour change: Covid-19 in Kenya. *Journal of African Media Studies*, 13(2), 193–206. https://doi.org/10.1386/jams_00043_1
- Escolà-Gascón, Á., Dagnall, N., & Gallifa, J. (2021). Critical thinking predicts reductions in Spanish physicians' stress levels and promotes fake news detection. *Thinking Skills and Creativity*, 42. <https://doi.org/10.1016/j.tsc.2021.100934>
- Eysenbach, G. (2020). How to fight an infodemic: The four pillars of infodemic management. *Journal of Medical Internet Research*, 22(6), 1–6. <https://doi.org/10.2196/21820>
- Fachin, J., de Araujo, N. C., & de Sousa, J. C. (2020). Credibilidade de informações em tempos de COVID-19. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 43(3). <https://doi.org/10.17533/UDEA.RIB.V43N3ERF3>

- Figueira, J., & Santos, S. (2019). *As Fake News e a nova Ordem (DES)informativa na era da pós-verdade* (01 ed., Vol. 01). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gruzd, A., & Mai, P. (2020). Going viral: How a single tweet spawned a COVID-19 conspiracy theory on Twitter. *Big Data and Society*, 7(2), 1–9. <https://doi.org/10.1177/2053951720938405>
- Habermas, J. (2022). Reflections and Hypotheses on a Further Structural Transformation of the Political Public Sphere. *Theory, Culture & Society*, 39(4), 145–171. <https://doi.org/10.1177/02632764221112341>
- Halafoff, A., Marriott, E., Fitzpatrick, R., & Weng, E. (2022). Selling (Con)spirituality and COVID-19 in Australia: Convictions, Complexity and Countering Dis/misinformation. *Journal for the Academic Study of Religion*, 35(2), 141–167. <https://doi.org/10.1558/jasr.22810>
- Hameleers, M., & van der Meer, T. G. L. A. (2020). Misinformation and Polarization in a High-Choice Media Environment: How Effective Are Political Fact-Checkers? *Communication Research*, 47(2), 227–250. <https://doi.org/10.1177/0093650218819671>
- Han, B.-C. (2022). *Infocracia - A Digitalização e a Crise da Democracia*. Relógio D'Água Editores.
- Hansson, S., Orru, K., Torpan, S., Bäck, A., Kazemekaityte, A., Meyer, S. F., Ludvigsen, J., Savadori, L., Galvagni, A., & Pigrée, A. (2021). COVID-19 information disorder: six types of harmful information during the pandemic in Europe. *Journal of Risk Research*, 24(3–4), 380–393. <https://doi.org/10.1080/13669877.2020.1871058>
- Haupt, M. R., Li, J., & Mackey, T. K. (2021). Identifying and characterizing scientific authority-related misinformation discourse about hydroxychloroquine on twitter using unsupervised machine learning. *Big Data and Society*, 8(1), 1–15. <https://doi.org/10.1177/20539517211013843>
- Hodson, J., O'Meara, V., Thompson, C., Houlden, S., Gosse, C., & Veletsianos, G. (2022). “My People Already Know That”: The Imagined Audience and COVID-19 Health Information Sharing Practices on Social Media. *Social Media and Society*, 8(3), 1–11. <https://doi.org/10.1177/20563051221122463>

- Islam, A. K. M. N., Laato, S., Talukder, S., & Sutinen, E. (2020). Misinformation sharing and social media fatigue during COVID-19: An affordance and cognitive load perspective. *Technological Forecasting and Social Change*, 159. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120201>
- Jang, H., Rempel, E., Roth, D., Carenini, G., & Janjua, N. Z. (2021). Tracking COVID-19 Discourse on Twitter in North America: Infodemiology Study Using Topic Modeling and Aspect-Based Sentiment Analysis. *Journal of Medical Internet Research*, 23(2), 1–12. <https://doi.org/10.2196/25431>
- Javed, R. T., Usama, M., Iqbal, W., Qadir, J., Tyson, G., Castro, I., & Garimella, K. (2022). A deep dive into COVID-19-related messages on WhatsApp in Pakistan. *Social Network Analysis and Mining*, 12(1). <https://doi.org/10.1007/s13278-021-00833-0>
- Khan, A. N. (2021). A diary study of psychological effects of misinformation and COVID-19 Threat on work engagement of working from home employees. *Technological Forecasting and Social Change*, 171. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2021.120968>
- Kim, S., & Kim, S. (2020). The crisis of public health and infodemic: Analyzing belief structure of fake news about covid-19 pandemic. *Sustainability*, 12(23), 1–23. <https://doi.org/10.3390/su12239904>
- Malecki, K. M. C., Keating, J. A., & Safdar, N. (2021). Crisis Communication and Public Perception of COVID-19 Risk in the Era of Social Media. *Clinical Infectious Diseases*, 72(4), 697–704. <https://doi.org/10.1093/cid/ciaa758>
- Manganello, J., Bleakley, A., & Schumacher, P. (2020). Pandemics and PSAs: Rapidly Changing Information in a New Media Landscape. *Health Communication*, 35(14), 1711–1714. <https://doi.org/10.1080/10410236.2020.1839192>
- Messaoud, M. ben. (2021). Social media and the COVID-19 pandemic: The dilemma of fake news clutter vs. social responsibility. *Journal of Arab and Muslim Media Research*, 14(1), 25–45. https://doi.org/10.1386/jammr_00023_1
- Musi, E., O'halloran, K., Aloumpi, M., Carmi, E., & Yates, S. (2022). Developing Fake News Immunity: Fallacies as Misinformation Triggers During the Pandemic. *Online Journal of Communication and Media Technologies*, 12(3), 1–18. <https://doi.org/10.30935/ojcmr/12083>

- Neuwirth, R. J. (2022). The Global Regulation of “Fake News” in the Time of Oxy-mora: Facts and Fictions about the Covid-19 Pandemic as Coincidences or Predictive Programming? *International Journal for the Semiotics of Law*, 35(3), 831–857. <https://doi.org/10.1007/s11196-021-09840-y>
- Oji, M. (2022). Conspiracy theories, misinformation, disinformation and the corona-virus: A burgeoning of post-truth in the social media. *Journal of African Media Studies*, 14(3), 439–453. https://doi.org/10.1386/jams_00087_1
- Paris, B., Carmien, K., & Marshall, M. (2022). “We want to do more, but...”: New Jersey public library approaches to misinformation. *Library and Information Science Research*, 44(2). <https://doi.org/10.1016/j.lisr.2022.101157>
- Pariser, E. (2011). *The Filter Bubble* (2nd ed.). Penguin.
- Patel, S. S., Moncayo, O. E., Conroy, K. M., Jordan, D., & Erickson, T. B. (2020). The landscape of disinformation on health crisis communication during the COVID-19 pandemic in Ukraine: hybrid warfare tactics, fake media news and review of evidence. *Journal of Science Communication*, 19(5), 1–26. <https://doi.org/10.22323/2.19050202>
- Paviotti, A. (2021). God and covid-19 in Burundian social media: The political fight for the control of the narrative. *Journal of African Media Studies*, 13(3), 385–397. https://doi.org/10.1386/JAMS_00055_1
- Pennycook, G., Epstein, Z., Mosleh, M., Arechar, A. A., Eckles, D., & Rand, D. G. (2021). Shifting attention to accuracy can reduce misinformation online. *Nature*, 592(7855), 590–595. <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03344-2>
- Pennycook, G., McPhetres, J., Zhang, Y., Lu, J. G., & Rand, D. G. (2020). Fighting COVID-19 Misinformation on Social Media: Experimental Evidence for a Scalable Accuracy-Nudge Intervention. *Psychological Science*, 31(7), 770–780. <https://doi.org/10.1177/0956797620939054>
- Pennycook, G., & Rand, D. G. (2020). Who falls for fake news? The roles of bullshit receptivity, overclaiming, familiarity, and analytic thinking. *Journal of Personality*, 88(2), 185–200. <https://doi.org/10.1111/jopy.12476>
- Pennycook, G., & Rand, D. G. (2021). The Psychology of Fake News. *Trends in Cognitive Sciences*, 25(5), 388–402. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2021.02.007>

- Polyák, G., & Nagy, K. (2021). Regulating health communication in the post-truth era. *Intersections East European Journal of Society and Politics*, 7(3), 120–138. <https://doi.org/10.17356/ieejsp.v7i3.813>
- Puig, B., Blanco-Anaya, P., & Pérez-Maceira, J. J. (2021). “Fake News” or Real Science? Critical Thinking to Assess Information on COVID-19. *Frontiers in Education*, 6. <https://doi.org/10.3389/educ.2021.646909>
- Rajasekhar, S., Makesh, D., & Jaishree, S. (2021). Assessing media literacy levels among audience in seeking and processing health information during the covid-19 pandemic. *Media Watch*, 12(1), 93–108. <https://doi.org/10.15655/mw/2021/v12i1/205461>
- Salas-Paramo, J., & Escandon-Barbosa, D. (2022). The moderating effect of fake news on the relationship between behavioral patterns and vaccines. *Cogent Social Sciences*, 8(1), 1–16. <https://doi.org/10.1080/23311886.2022.2103900>
- Shen, L., & Zhou, Y. (2021). Epistemic Egocentrism and Processing of Vaccine Misinformation (Vis-à-vis Scientific Evidence): The Case of Vaccine-Autism Link. *Health Communication*, 36(11), 1405–1416. <https://doi.org/10.1080/10410236.2020.1761074>
- Stubenvoll, M. (2022). Investigating the Heterogeneity of Misperceptions: A Latent Profile Analysis of COVID-19 Beliefs and Their Consequences for Information-Seeking. *Science Communication*, 44(6), 759–789. <https://doi.org/10.1177/10755470221142304>
- Su, Y. (2021). It doesn't take a village to fall for misinformation: Social media use, discussion heterogeneity preference, worry of the virus, faith in scientists, and COVID-19-related misinformation beliefs. *Telematics and Informatics*, 58. <https://doi.org/10.1016/j.tele.2020.101547>
- Tandoc, E. C., Lim, Z. W., & Ling, R. (2018). Defining “Fake News”: A typology of scholarly definitions. *Digital Journalism*, 6(2), 137–153. <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>
- Teovanović, P., Lukić, P., Zupan, Z., Lazić, A., Ninković, M., & Žeželj, I. (2021). Irrational beliefs differentially predict adherence to guidelines and pseudoscientific practices during the COVID-19 pandemic. *Applied Cognitive Psychology*, 35(2), 486–496. <https://doi.org/10.1002/acp.3770>

- Trninić, D. (2021). Manner of usage and evaluation of information on the COVID-19 pandemic by citizens of Bosnia and Herzegovina within the context of five core concepts of media literacy. *Media Studies*, 12(23), 57–77. <https://doi.org/10.20901/ms.12.23.4/SUBMITTED>
- Uwalaka, T., Nwala, B., & Chinedu, A. C. (2021). Social media, fake news and fake covid-19 cures in Nigeria. *Journal of African Media Studies*, 13(3), 435–449. https://doi.org/10.1386/JAMS_00058_1
- van der Linden, S., Leiserowitz, A., Rosenthal, S., & Maibach, E. (2017). Inoculating the Public against Misinformation about Climate Change. *Global Challenges*, 1(2), 1600008. <https://doi.org/10.1002/gch2.201600008>
- van der Linden, S., Roozenbeek, J., & Compton, J. (2020). Inoculating Against Fake News About COVID-19. *Frontiers in Psychology*, 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.566790>
- van der Meer, T. G. L. A., & Jin, Y. (2020). Seeking Formula for Misinformation Treatment in Public Health Crises: The Effects of Corrective Information Type and Source. *Health Communication*, 35(5), 560–575. <https://doi.org/10.1080/10410236.2019.1573295>
- van Dijk, J. (2017). In data we trust? The implications of datafication for social monitoring. *MATRIZES*, 11(1), 39–59.
- Veletsianos, G., Houlden, S., Reid, D., Hodson, J., & Thompson, C. P. (2022). Design Principles for an Educational Intervention Into Online Vaccine Misinformation. *TechTrends*, 66(5), 748–759. <https://doi.org/10.1007/s11528-022-00755-4>
- Vivion, M., Anassour Laouan Sidi, E., Betsch, C., Dionne, M., Dubé, E., Driedger, S. M., Gagnon, D., Graham, J., Greyson, D., Hamel, D., Lewandowsky, S., MacDonald, N., Malo, B., Meyer, S. B., Schmid, P., Steenbeek, A., van der Linden, S., Verger, P., Witteman, H. O., & Yesilada, M. (2022). Prebunking messaging to inoculate against COVID-19 vaccine misinformation: an effective strategy for public health. *Journal of Communication in Healthcare*, 15(3), 232–242. <https://doi.org/10.1080/17538068.2022.2044606>
- Wardle, C. (2018). The Need for Smarter Definitions and Practical, Timely Empirical Research on Information Disorder. *Digital Journalism*, 6(8), 951–963. <https://doi.org/10.1080/21670811.2018.1502047>

- Wardle, C., & Derakhshan, H. (2017). *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. www.coe.int
- Weil, A. M., & Wolfe, C. R. (2022). Individual differences in risk perception and misperception of COVID-19 in the context of political ideology. *Applied Cognitive Psychology, 36*(1), 19–31. <https://doi.org/10.1002/acp.3894>
- Wright, C. L., & Duong, H. (2021). COVID-19 Fake News and Attitudes toward Asian Americans. *Journal of Media Research, 14*(1 (39)), 5–29. <https://doi.org/10.24193/jmr.39.1>

A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

Catarina Magalhães

Universidade de Coimbra, FLUC - catarina-magalhaes1999@hotmail.com

Resumo

A morte de Ihor Homenyuk não invadiu as manchetes dos jornais portugueses. A pandemia era o tema central do espaço público, que tornava a agenda mediática praticamente monotemática (Lopes et al., 2021). Desta forma, o presente estudo pretende debruçar-se sobre a cobertura que dois dos principais jornais de referência nacionais, *Expresso* e *Público*, fizeram do caso em dois períodos fulcrais: 28 de março a 11 de abril de 2020, coincidente com a divulgação do caso, e 26 de setembro a 10 de outubro de 2020, quando foi deduzida a acusação. A pesquisa guiou-se pelas seguintes questões: 1) Qual o princi-

pal foco nos agentes envolvidos no crime?; 2) Como foi representado o cidadão ucraniano? e 3) Como pode ser descrita a cobertura da imprensa de referência nacional do caso?. Através de uma análise quantitativa, a par de uma análise qualitativa de duas peças representativas do *corpus*, percebeu-se que houve uma diminuição da atenção mediática ao caso entre os dois períodos. Verificou-se uma tentativa de ir além de uma cobertura episódica, procurando saber quem era o cidadão ucraniano, morto nas instalações do aeroporto de Lisboa, em março de 2020.

Palavras-Chave: Ucraniano, pandemia, cobertura mediática, vítima, SEF.

The Mediatic Coverage of the Death of Ihor Homenyuk: The Case of *Expresso* and *Público*

Abstract

The death of Ihor Homenyuk did not make the headlines of Portuguese newspapers. The pandemic was the central theme of the public space, which made the media agenda mainly monothematic (Lopes et al., 2021). In this way, the present study intends to focus on the coverage that two of the main reference national newspapers, *Expresso* and *Público*, made of the case in two key periods: March

28 to April 11, 2020, coinciding with the case going public, and September 26 to October 10, 2020, when the indictment was brought. The research was guided by the following questions: 1) What is the main focus on the actors involved in the crime?; 2) How was the Ukrainian citizen represented? and 3) How can the national reference press coverage of the case be described?. Through a quantita-

tive analysis, complemented with a qualitative analysis of two representative pieces of the *corpus*, it was noticed that there was a decrease in media attention to the case, between both

periods. Besides that, the press attempted to go beyond an episodic coverage, seeking to know who the Ukrainian citizen was, killed on the Lisbon airport, in March 2020.

Keywords: Ukrainian, pandemic, mediatic coverage, victim, SEF.

INTRODUÇÃO

Era março de 2020 e os casos de infeção por COVID-19 proliferavam na Europa e nos destaques dos *media*. A 11 de março, a Organização Mundial de Saúde decretou oficialmente o surto como uma pandemia. Aproximadamente às 18H40 do dia 12 de março, foi declarado o óbito de Ihor Homenyuk, após a entrada de três inspetores numa sala do aeroporto de Lisboa - pertencente ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) - e um deles ter pedido para os seus nomes não serem registados (Poiares, 2021). Mais de duas semanas depois, a 29 de março, a *TVI* tornou pública a morte de um cidadão ucraniano nas instalações do SEF. No dia seguinte, foi anunciada a detenção dos três inspetores.

Portugal foi e continua a ser um país com forte tradição emigratória. Contudo, foi a partir da década de 60 do século passado que a imigração passou a ser uma realidade mais presente no país. Nessa década, os imigrantes cabo-verdianos começaram a chegar à nação portuguesa em força, como recorda Cunha (2003), devido à falta de mão de obra. Relembrando o passado colonial, a investigadora sublinha que “(...) por quatro séculos sempre nos relacionamos com um *Outro* no seu território de origem” (Cunha, 2003, p. 1). Agora, mais de sete décadas depois, dados do *Relatório de Imigração de Fronteiras e Asilo* revelam que, em 2020, viviam, em Portugal, 662 095 cidadãos estrangeiros. Segundo o mesmo documento, 4,3% dessa população (ou seja, 28 629 pessoas) é de nacionalidade ucraniana (SEF/GEFP, 2021, p. 21). Essa relação passou a ser também, então, no território de chegada.

Um caso como o da morte de Ihor Homenyuk consagra-se, desta forma, como um acontecimento de intenso relevo, que capta a atenção dos meios de comunicação social. Apesar de, com a pandemia, não ter conquistado grande destaque nas páginas dos *media* informativos nacionais (Poiares, 2021), o seu estudo e análise são de extrema importância, pelos contornos da violência, bem como pelo facto de os seus

A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

culpados serem membros de um serviço policial sob a alçada do Estado: o SEF. Não esquecendo também de frisar que, não obstante “(...) o caso não tenha sido classificado como um crime de ódio” (Casquilho-Martins et al., 2022, p. 6), não é de ignorar a sua pertinência para o estudo da representação do *Outro* - neste caso, um cidadão estrangeiro -, no discurso mediático.

Desta feita, pretende-se analisar a cobertura mediática feita pelo jornal *Expresso* e pelo jornal *Público*, durante dois períodos: divulgação do caso (28 de março a 11 de abril de 2020), bem como a dedução da acusação por homicídio qualificado (26 de setembro a 10 de outubro de 2020). Através da análise quantitativa de um *corpus* constituído por 30 peças, complementada com uma breve análise crítica do discurso de duas pequenas reportagens representativas sobre as agressões a Ihor Homenyuk, pretende-se dar resposta às seguintes questões de pesquisa: 1) Qual o principal foco nos agentes envolvidos no crime?; 2) Como foi representado o cidadão ucraniano? e 3) Como pode ser descrita a cobertura da imprensa de referência nacional do caso?.

Após a introdução à temática, segue-se o enquadramento teórico e a explanação dos vários temas inerentes à cobertura mediática da morte trágica de um ser humano ao cuidado do Estado português. De seguida, foca-se a caracterização do objeto de estudo, a par da descrição metodológica. Posteriormente, a necessária discussão dos resultados da análise quantitativa, bem como uma análise qualitativa de duas unidades de estudo desse mesmo *corpus*. Por fim, as considerações finais que pretendem responder às questões de pesquisa formuladas e desvendar as principais características da cobertura mediática da imprensa de referência portuguesa.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“A construção de notícias tem consequências diretas nas representações” (Bolsen, 2011, p. 144). Neste sentido, é imperioso refletir, no contexto do caso em análise, sobre a relação entre os *media* e o Direito, a par da relação entre a imigração e a criminalidade e como se estabelecem as representações que alimentam o discurso do *Outro* como uma ameaça (Gomes, 2011; Nata, 2011; Rodrigues, 2010). Afinal, os *media*, como “agentes operadores do Direito”, são responsáveis por, nalguns casos, “estereotipar criminosos e condenar antecipadamente acusados” (Alves, 2011, p. 190). Uma espécie de crónica de uma condenação anunciada, parafraseando a célebre obra de Gabriel García Márquez.

Gil Nata (2011) investigou a problemática associação de imigrantes e minorias étnicas à criminalidade. Na sua opinião, o facto de os termos imigrante e estrangeiro (que não implica um movimento migratório e/ou uma estadia mais ou menos permanente associada) serem utilizados como sinónimos, também no discurso político, alimenta “o imaginário coletivo, que tende a associar a criminalidade dos estrangeiros (...) à criminalidade dos imigrantes” (Nata, 2011, p. 18). Dá o exemplo dos “correios da droga” que, grande parte das vezes, são cidadãos estrangeiros, mas não imigrantes, estando apenas de passagem pelo território nacional (Nata, 2011).

A área do Direito que mais atrai a atenção mediática é a de Processo Penal, pela sua natureza (por regra) pública, a par da ligação permanente com valores conflituantes que captam a atenção do público (Guimarães, 2016). A justiça é, na visão da autora, “matéria que deve ser esclarecida de forma a torná-la compreensível para o cidadão comum” (Guimarães, 2016, p. 999) e esse é o papel dos *media* jornalísticos, que se servem do discurso jurídico e tentam simplificá-lo e torná-lo inteligível para as pessoas comuns. No entanto, não deixa de salvaguardar os abusos que alguns órgãos de comunicação social e jornalistas cometem ao violar o segredo de justiça, daí que sugira a criação de uma estrutura de comunicação da justiça com o exterior, além dos meios de comunicação social (Guimarães, 2016).

A temática da criminalidade tem um “potencial dramático e emotivo” intrínseco e, por conseguinte, o público é convidado a envolver-se nas histórias, pois sentimentos como, nomeadamente, a raiva, tristeza, e frustração são (sob)alimentados (Gomes, 2011, pp. 4-5). Uma das conclusões a que a autora chegou foi a de que, nos anos 2008 e 2009, o crime mais representado na imprensa era o “crime contra pessoas”. Em contraposição, nas estatísticas oficiais, o crime mais praticado eram os delitos “contra o património”, o que denuncia o apelo ao “espetáculo” (Gomes, 2011). Uma tendência presente também no estudo de Pedro Rodrigues que versa sobre a presença da criminalidade no *Correio da Manhã*, entre 2000 e 2007, uma vez que os “crimes contra a vida” são os que têm maior presença nas páginas dos jornais, denunciando “uma preferência para ocorrências de natureza violenta” (Rodrigues, 2010, p. 166).

O foco de Sílvia Gomes (2011) eram, por sua vez, também os imigrantes e a comunidade cigana que, no fundo, eram retratados “(...) como grupos que ameaçam os valores e interesses da sociedade portuguesa, a partir do momento em que são noticiados como transgressores” (Gomes, 2011, p. 18). O que, em última instância, pode desencadear reações exageradas e violentas, bem como os membros dos grupos retratados passarem, a longo prazo, a ser enquadrados como inimigos (Gomes,

A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

2011). Além de que esta associação permanente alimenta a associação dos indivíduos e da sua materialização como bodes expiatórios (Batista & Bonomo, 2017).

As representações sociais são, afinal, extremamente complexas (Hall, 1997; Hall, 2016; Jodelet, 2008). No caso da representação do estrangeiro ou do imigrante, do *Outro*, a representação da diferença “(...) envolve sentimentos, atitudes, emoções e mobiliza os medos e a ansiedade do espectador em níveis mais profundos do que podemos explicar de uma forma simples, com base no senso comum” (Hall, 2016, p. 140).

Os *media*, enquanto “meios de reprodução simbólica da comunicação” (Silveirinha & Peixinho, 2004, p. 120), são instâncias por excelência de construção das representações sociais (Jodelet, 2008). No fundo, refletem também estereótipos que “emergem de um processo de simplificação e de categorização da complexidade social” (Pires, 2002, p. 248) – aquilo que Hall (2016) apelida de ‘estereotipagem’. É frequente os jornalistas recorrerem a estes processos reducionistas, que diminuem a complexidade do *Outro*, e, ao mesmo tempo, fixam imagens sociais (Pires, 2002). Vive-se uma (des)construção perpétua de estereótipos no seio das representações mediáticas.

No ano de 2004, por exemplo, a imagem dos cidadãos de leste era associada à criminalidade (Santos, 2004). Dados que desmascaram a estereotipagem (Hall, 2016) e a associação dos estrangeiros, imigrantes e minorias étnicas à criminalidade e contribuem para um clima de insegurança, não raras vezes combustível para a violência contra estes grupos.

Isabel Ferin Cunha (2007), ao refletir sobre os estudos que marcaram o início do século XXI, apesar de reconhecer os “padrões em evolução” (2007, p. 57), reforça que a cobertura mediática continuou “a incidir, numa perspetiva quantitativa (...) sobre as temáticas crime e violência” (2007, p. 51). E, no que se refere ao caso particular da comunidade ucraniana, esta assume, por sua vez, uma presença relevante em Portugal. Embora, como se observa na *Tabela 1*, a sua presença tenha vindo a diminuir ligeiramente nos últimos cinco anos:

Tabela 1*População ucraniana residente em Portugal nos últimos cinco anos*

Ano	População ucraniana residente em Portugal	Porcentagem (no total de população estrangeira residente)
2017	32.453	7,7%
2018	29.218	6,1%
2019	29.718	5,0%
2020	28.629	4,3%
2021	27.195	3,9%

Fonte: Elaboração própria, com base nos relatórios do SEF dos anos acima identificados.

Como tal, são também estas representações que afetam o processo de acolhimento e integração destes cidadãos – quer seja nos países de chegada e/ou passagem. “A hostilidade para com os imigrantes deriva não só de condições objetivas (...), como de condições subjetivas” (Cunha, 2007a, p. 200), pelo que a representação mediática destes cidadãos, independentemente do estatuto jurídico, se repercute no espaço público *on/offline*, que vive proliferado de violência e discursos de ódio.

A tendência para generalizações é perniciososa para o quotidiano destes cidadãos e reflete-se na sua interação com os cidadãos nacionais. O persistente binómio que opõe um *Nós* a um *Eles* sustenta os estereótipos que alimentam discursos extremistas e populistas que se veem reproduzidos nos *media*. Ainda assim, as representações estão inseridas em contextos políticos, sociais e culturais mutáveis (Hall, 2016), pelo que, embora difíceis de ser combatidas, são potencialmente contestáveis. Trata-se de uma construção progressiva (Cunha, 2007a, p. 191).

No caso dos refugiados, há exemplos de coberturas que contrariam esta tendência negativa. Através da humanização da sua imagem, “os *media* portugueses assumem claramente uma posição favorável ao acolhimento de refugiados” (Marques & Ramos, 2020, p. 24). Ainda assim, como chegaram à conclusão Dora Santos-Silva e Débora Guerreiro, os refugiados são frequentemente despossosados da sua individualidade e reduzidos a um grupo homogéneo e sem voz (2020, p. 123), não lhes dando a possibilidade de se autorrepresentarem.

A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

No artigo de Nuno Poiares, o autor conclui que os “órgãos de comunicação social contribuem para a priorização dos factos e exercem uma influência na velocidade da decisão política, em contraponto à velocidade da justiça” (2021, p. 115). O autor criticou a ausência de “acompanhamento mediático” (Poiares, 2021), pelo facto de a imprensa se focar sobremaneira num evento judicial e, nalguns casos, não comunicarem o desfecho final. Ou seja, a atenção mediática conferida às várias etapas dos processos jurídicos é desproporcional, não alcançando a mesma audiência e obliterando-a de todas as informações disponíveis sobre o caso, havendo uma seleção daquilo que é mais ou menos importante, na visão do/a jornalista.

Poiares (2021) analisou concretamente a influência dos *media* no discurso público e político sobre a morte de Ihor Homenyuk, bem como a relação das instâncias do Direito com os meios de comunicação social. O autor percebeu que o discurso político acompanhou a cobertura mediática, embora, a seu ver, não tenha tido influência no tempo da justiça: “aquando do abrandamento da incidência pandémica, os *media* reorientaram para este facto e o Governo (...) intensificou a apresentação de evidências de ação” (Poiares, 2021, p. 128).

O autor frisa que a pandemia relegou para segundo plano outras temáticas, como a morte de Ihor Homenyuk. Contudo, reforça a ideia de que o mesmo não deveria ter sucedido com o discurso político, uma vez que “nove meses após a morte (...), nem o SEF, nem qualquer representante do Estado português contactaram a família do cidadão ucraniano” (Poiares, 2021, p. 131). Além de recordar a instalação do botão de pânico que, na sua visão, “reforça a imagem negativa que paira em torno do SEF” (Poiares, 2021, p.134).

“Tem havido um crescimento da xenofobia e do racismo em Portugal” (Casquilho-Martins, Belchior-Rocha & Alves, 2022, p. 1). No contexto pandémico, “(...) o uso do termo “vírus chinês” (...) causou reações xenófobas contra a comunidade chinesa” (Andringa, 2020, p. 74) um pouco por todo o mundo. Nos dados avançados pelo *Eurobarómetro Especial 469* (2017), 52% dos cidadãos portugueses consideraram que os assuntos relacionados com a imigração são retratados de forma objetiva pelos *media* e 17% classificam esse retrato como demasiado negativo. Apesar de o resultado ser aparentemente animador, é sobremaneira importante analisar o papel dos *media* na representação destes grupos, bem como as consequências dessas mesmas representações, que conectam “sentido e linguagem à cultura” (Hall, 1997, p. 1).

OBJETO DE ESTUDO

Como referido no introito, o objeto de estudo corresponde às peças recolhidas das edições impressas do jornal diário *Público* e do semanário *Expresso*, durante dois períodos que marcaram a cobertura mediática da morte de Ihor Homenyuk. A escolha destes dois órgãos prende-se com o seu papel e importância na sociedade portuguesa, visto incluírem-se na apelidada imprensa de referência (Cunha, 2007b; Santos-Silva & Guerreiro, 2020; Santos, 2005), além de fazerem parte dos mais vendidos em Portugal, a par do *Correio da Manhã*, que não foi incluído na análise e que se enquadra na definição de “imprensa popular” (Batista & Bonomo, 2017; Cunha, 2003; Cunha, 2007b; Santos, 2005).

O *corpus* é, desta feita, constituído por 30 (T=30) artigos – de teor informativo e opinativo - publicados entre 28 de março a 11 de abril de 2020 (n=18), que corresponde ao período em que o caso foi tornado público, e entre 26 de setembro a 10 de outubro de 2020 (n=12), aquando da acusação de homicídio qualificado por parte do Ministério Público aos três agentes do SEF. O *corpus* inclui-se nas 36 edições recolhidas no escopo temporal definido para estudo.

METODOLOGIA

A análise quantitativa fez-se com base numa grelha de análise adaptada da original desenvolvida para os estudos promovidos pelo Observatório da Imigração e da autoria de Isabel Ferin Cunha, Maria João Silveirinha, Ana Teresa Peixinho e Clara Almeida Santos (2004). Os dados foram organizados e codificados numa folha de *Google Sheets*, para posterior análise estatística, que será discutida na secção seguinte.

Como proposto pela grelha original, há uma divisão na análise entre: forma, conteúdo e discurso. No aspeto formal das peças, analisaram-se os seguintes parâmetros: jornal, data, autoria, produção, género da autoria, espaço, secção, tipo de peça, fotografia e o tipo de imagem (caso presente).

No que respeita ao conteúdo, o foco foram os atores da peça e o papel desempenhado. Assim, tentou-se perceber quem era o ator principal, a par do secundário, bem como as respetivas idades e géneros, caso fossem referidos no texto. Por sua vez, tentou-se desvendar qual o papel maioritariamente desempenhado pelo cidadão ucraniano nos artigos, além do foco que foi dado - no título - aos vários agentes

A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

envolvidos no crime. Também se incluiu a referência ao visto, por se tratar de uma dimensão jurídica de potencial relevo, o foco na nacionalidade (mais uma vez, no título), a par do foco no crime ser principal ou secundarizado.

Por último, na dimensão discursiva, a análise debruçou-se sobretudo no enquadramento, no tom e na argumentação dominante das peças. Além da referência às cinco principais fontes citadas nos artigos, independentemente de serem pessoas ou corresponderem a documentos ou até outros órgãos de comunicação. Optou-se por classificar apenas as primeiras cinco pelo facto de, no *corpus*, serem diminutos o número de peças com mais do que três fontes, sendo até frequente, no caso do *Expresso*, o recurso a apenas uma ou duas fontes.

A breve análise crítica do discurso, de natureza qualitativa, vai debruçar-se sobre o conteúdo de duas pequenas reportagens selecionadas do *corpus*, uma de cada órgão de comunicação social. Em comum, têm o facto de pretenderem descrever Ihor Homenyuk e saber quem era o cidadão e pertencerem à subsecção ‘Crime’ (a secção é Sociedade em ambas). O objetivo é, assim, tentar desvendar como foi representado o cidadão ucraniano pelos dois jornais, em notícias cujo foco era saber mais acerca da sua vida e da sua família. Não ignorando, como é óbvio, o contributo das outras unidades de análise para a representação do cidadão ucraniano, consideram-se estas duas como exemplos a destacar, tendo em conta o objetivo do próprio jornalista – dar a conhecer Ihor Homenyuk.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS ANÁLISE QUANTITATIVA

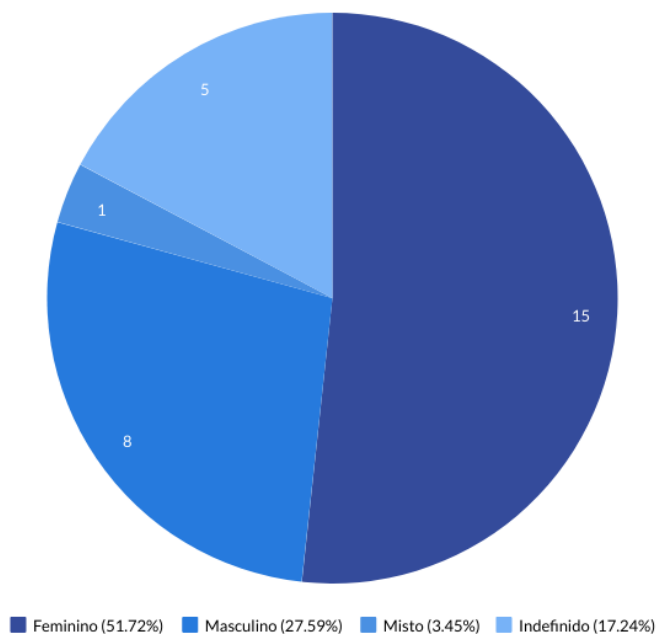
Forma

Mais de metade das peças do *corpus* (n=19) pertencem ao jornal *Público*, enquanto as restantes se incluem no semanário. Uma das tendências comuns aos dois jornais é a diminuição relativamente significativa do número de artigos publicados no primeiro período de análise em comparação com o segundo. Entre março e abril, *Expresso* e *Público* publicaram 6 e 10 peças, respetivamente. Em setembro e outubro, houve uma diminuição para 4 e 8 artigos publicados, respetivamente.

No que se refere à autoria, observa-se uma prevalência do género informativo, excetuando o editorial e as peças de análise, dado que 22 peças do *corpus* foram redigidas por ‘Jornalistas’. As restantes 5 dizem respeito a ‘Colunistas’ (regulares e pon-

tuais), a par de 2 cartas de leitores enviadas à redação do *Público* ('Outro'). Destaca-se a ausência da *Lusa* na autoria dos artigos analisados.

Figura 1
Género da Autoria



Fonte: Produção própria.

No *Figura 1* é possível observar que a maioria das peças foram redigidas por indivíduos do 'género feminino'. No entanto, é necessário salientar que a tendência não é a mesma em ambos jornais. No caso do *Expresso* mais de metade dos artigos possuem uma autoria 'masculina'. Por sua vez, a tendência no *Público* é inversa.

Uma das explicações para esse resultado reside no facto de a maioria das notícias e reportagens sobre o tema serem da autoria da jornalista Joana Gorjão Henriques (n=9). Frisa-se esta aposta na mesma profissional para a redação de artigos sobre o caso, o que permite uma maior dedicação à temática, bem como uma investigação mais prolongada e sustentada. Uma tendência nas redações que Isabel Ferin Cunha descreve nos seus estudos iniciais (Cunha, 2003) sobre a temática: "(...) há progressivo interesse e a especialização dos jornalistas da imprensa de referência no tema

A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

imigração e minorias” (Cunha, 2007b, p. 50).

Em relação ao espaço ocupado, significativa parte das peças (n=13) ocupa ‘1 a 2 parágrafos’, o que corresponde sobretudo a referências em artigos de análise e opinião, bem como breves e apenas a 3 chamadas de capa. Além disso, 7 artigos ocupam ‘1 página’, 3 ocupam ‘½ página’ e outras 3 ‘¾ de página’, além de 1 que ocupa o correspondente a ‘⅛ de página’. Apenas 1 artigo ocupa ‘2 páginas’.

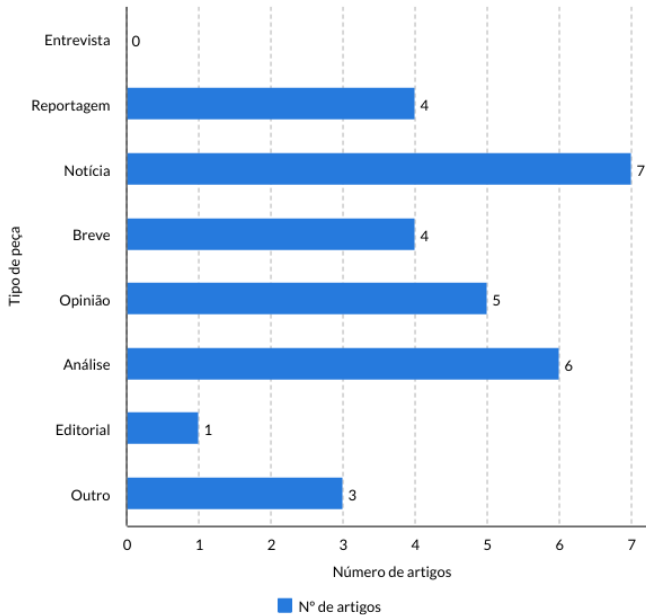
A secção em que mais surgem as peças do *corpus* é a ‘Sociedade’ em ambos (n=12), a par das ‘Rubricas de Opinião/Análise’ (n=12). Uma tendência que acompanha o resultado de estudos anteriores (Cunha, 2007b) e cujo subtema ‘Crime’ está identificado graficamente pelos jornais em 4 artigos.

A ligação da imigração à temática do Crime é, aliás, sublinhada em diversos estudos sobre a imprensa portuguesa, britânica, brasileira, italiana e espanhola (Batista & Bonomo, 2017; Cunha, 2007b; Hall, 2016; Santos, 2005; Sousa, 2020). O caso da morte de Ihor Homenyuk nas instalações do SEF configura um exemplo claro de que, “nos discursos sobre o Crime, (...) os imigrantes e as minorias tendem a surgir como vítimas e não como agressores” (Santos, 2005, p. 971). Apesar de outros critérios de noticiabilidade e valores-notícias estarem em causa no tratamento noticioso do tema, o cidadão ucraniano é claramente identificado como vítima.

Em relação à presença do tema na primeira página, numa altura em que a pandemia invadia os *media* e respetivas manchetes, apenas surge como ‘Chamada’ em 3 edições: na edição de 4 de abril de 2020 do *Expresso*, e nas edições de 7 de abril de 2020, com referência à reação do ex-ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, e de 26 de setembro de 2020 do *Público*, quando foi deduzida a acusação do Ministério Público. Os restantes 3 artigos pertenciam à secção ‘Destaque’ (n=2) e de ‘Política’ (n=1).

A *Figura 2* revela que o *corpus* é relativamente representativo dos diferentes tipos de peças, notando-se, porém, uma ausência clara de ‘Entrevistas’.

Figura 2
Tipo de peça



Fonte: Produção própria

Assim, é possível observar que 7 unidades de análise *docorpus* são ‘Notícias’ e 6 correspondem a textos de rubricas de ‘Análise’ elaboradas por jornalistas, como “A Semana” ou “Altos e Baixos” do jornal *Expresso*. De seguida, a ‘Opinião’ conta com 5 artigos do *corpus*, que é também constituído por 4 ‘Breves’ e 4 pequenas ‘Reportagens’. Sublinha-se apenas a presença de 1 ‘Editorial’ no jornal *Público*. Na variável ‘Outro’ encaixam-se as duas cartas de leitores (uma delas identificava Ihor como “cidadão romeno”), bem como uma caixa de texto incluída numa das peças.

A fotografia está presente em 18 artigos do *corpus*. Contudo, verificou-se a necessidade de adicionar uma categoria que ajudasse a perceber que tipo de imagem estava presente nas páginas dos jornais. Assim, nos artigos de opinião a imagem que aparece é a do/a autor/a (n=5). Ihor Homenyuk aparece em 3 artigos, sendo que, no *Expresso* a sua família aparece identificada, enquanto o *Público* identifica visualmente apenas o cidadão ucraniano, no período analisado. As restantes imagens correspondem a representações ‘Genéricas’ ou referem-se a outro ‘Protagonista’ das peças – nomeadamente, a ex-diretora do SEF, Cristina Gatões.

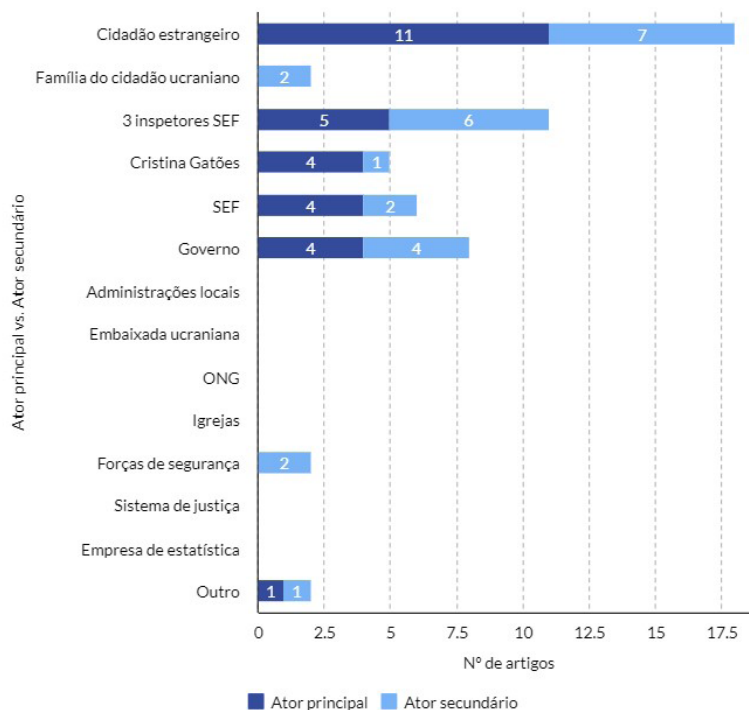
A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

Conteúdo

Perceber quem são os atores e como são caracterizados foi uma das dimensões que a análise quantitativa do conteúdo do *corpus* permitiu. Estabeleceu-se a divisão entre ‘Ator Principal’ e ‘Ator Secundário’, cuja presença é possível observar na *Figura 3*.

Figura 3

Ator principal versus Ator secundário



Fonte: Produção própria.

Assim, observa-se que o ‘Cidadão Estrangeiro’ – neste caso, o cidadão ucraniano Ihor Homenyuk – desempenha o papel de ‘Ator Principal’ ou de ‘Ator Secundário’ na larga maioria das unidades de análise (n=17). Nas 11 vezes em que um cidadão estrangeiro aparece como ator principal, uma delas diz respeito a um artigo do jornal *Público*, cujas fontes eram dois cidadãos brasileiros que, alegadamente, teriam estado presentes no dia das agressões ao cidadão ucraniano.

De seguida, os ‘3 agentes do SEF’, que agrediram Ihor Homenyuk, surgem também como ‘Ator Principal’ ou ‘Ator Secundário’ em 11 peças. Ou seja, o ator central

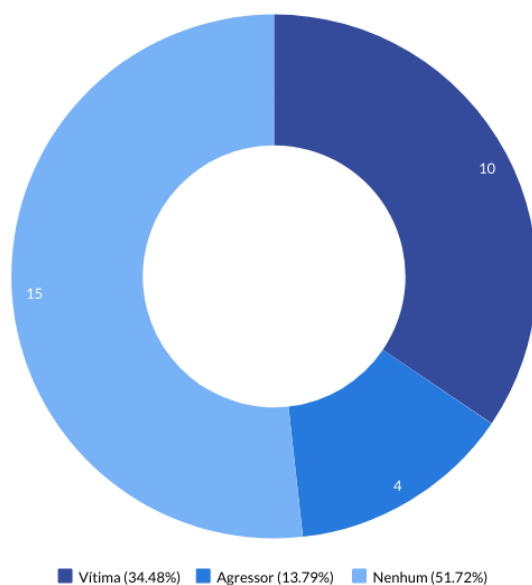
do *corpus* foi a vítima do crime. Ressalva-se também a parca presença mediática da família do cidadão – a mulher e um amigo –, que apenas surge em duas peças e apenas como ‘Ator Secundário’.

Em relação ao género e à idade, o predomínio é a de atores do ‘género masculino’, quer como atores principais (n=19) ou secundários (n=16). Em relação à idade, a grande maioria dos artigos não refere a idade de nenhum dos agentes dos artigos, quer sejam atores principais (n=19) ou secundários (n=15). Quando vem referida, é à categoria ‘Adulto’ que pertencem os atores.

Como já adiantado anteriormente, o papel desempenhado pelo ‘Cidadão Estrangeiro’ foi o de vítima (n=28). Já no que diz respeito ao foco nos agentes envolvidos no crime, desta feita, no título, como indica o *Figura 4*, a maioria não destaca nem a vítima, nem os agressores. No entanto, é possível observar que a vítima surge em maior destaque nos títulos do que os agressores (por exemplo, “o voo sem retorno de Ihor Homenyuk” (*Expresso*, 2020)). Ou seja, o cidadão ucraniano ocupa um lugar de maior destaque.

Figura 4

Foco no agente do crime



Fonte: Produção própria.

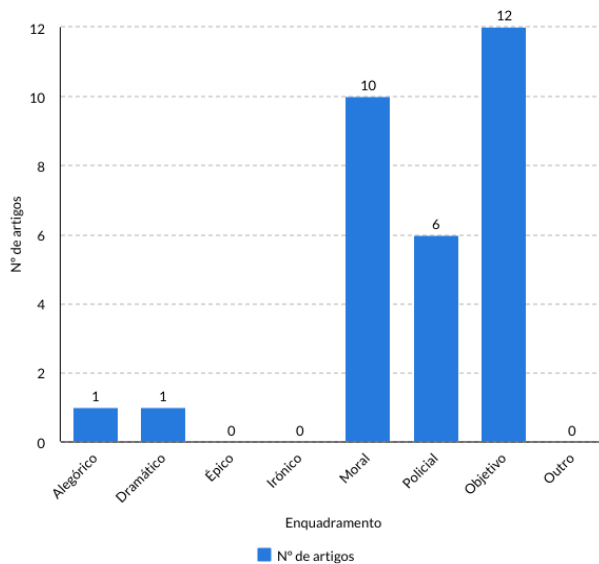
A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

A dimensão jurídica do visto também foi um dos parâmetros analisados, dado que é passível de ser referida em temáticas que envolvam cidadãos de outras nacionalidades. Contudo, o ‘Visto’ (ou a sua alegada ausência – “não tinha o visto obrigatório” (*Expresso*, 2020)) é apenas referida em 4 artigos do *corpus*. Uma informação que também estava ausente na cobertura mediática da imigração e minorias étnicas, no ano de 2004 (Santos, 2005).

A nacionalidade, “vínculo político que liga uma pessoa a um determinado Estado” (Macedo, 2006, p. 3), foi um dos elementos utilizados para caracterizar o cidadão. No entanto, apenas aparece em destaque, no título, em 5 artigos do *corpus*. Ao contrário d’ “os jornais populares (...) [que] identificam claramente as nacionalidades (Santos, 2005, p. 971), mas que, neste caso, está bastante presente no corpo do texto da maioria das peças dos jornais de referência. Quanto ao destaque dado ao tema, o Crime, ou seja, o homicídio de Ihor Homenyuk, foi tema ‘Principal’ em 24 peças do *corpus*, ‘Secundário’ em 5 e apenas brevemente referido como exemplo num artigo de opinião.

Discurso

Figura 5
Enquadramento



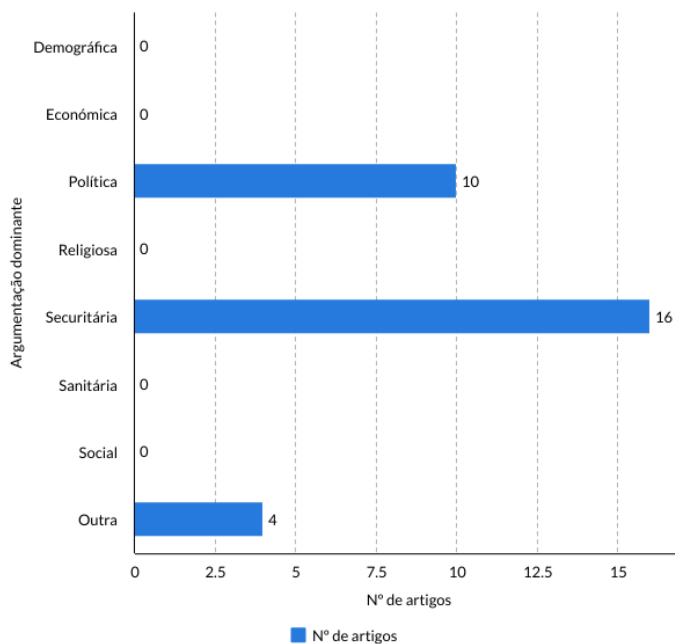
Fonte: Produção própria.

A *Figura 5* revela que, na análise do discurso das unidades que constituíam o *corpus*, o enquadramento principal foi o ‘Objetivo’ (n=12), o que está relacionado com a prevalência do género informativo. Além do ‘Moral’ (n=10), que diz respeito aos artigos de pendor opinativo e analista. Por sua vez, o enquadramento ‘Policial’ foi atribuído aos artigos que descreviam o caso e as agressões ao pormenor, como se de um enredo se tratasse (n=6) ou que analisavam a ação das forças do SEF ao pormenor.

Por sua vez, o tom dominante foi o ‘Neutro’ presente em 17 peças analisadas, o que confirma uma tendência identificada nos estudos de Cunha (2007) e Santos (2005). Contudo, o tom ‘Negativo’ também adquire alguma expressão (n=12), enquanto o ‘Positivo’ está associado somente a 1 artigo.

O *Figura 6* ilustra a argumentação dominante do *corpus*, uma das categorias que resulta de uma grande subjetividade por parte de quem investiga, a par do enquadramento.

Figura 6
Argumentação Dominante



Fonte: Produção própria.

A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

Assim, pelos resultados acima descritos, é possível observar que a argumentação dominante foi a ‘Securitária’, por se tratar de um caso que envolve a agressão e morte de um cidadão estrangeiro às mãos de uma entidade de segurança e controlo nacional. A segunda tipologia é a ‘Política’, devido à relação temática e aos atores envolvidos em muitos dos artigos do *corpus*, bem como à reflexão política e análise das consequências por parte dos autores.

Nas fontes, como assinalado, escolheram-se analisar as primeiras cinco citadas. Assim, é de ressaltar que só há um cidadão estrangeiro a ser citado (o caso do cidadão de nacionalidade brasileira). Ou seja, aos imigrantes e estrangeiros é muitas vezes negada a voz nas notícias, até através das associações que os representam – que, no estudo, também aparecem ausentes. “(...) Participação essa [dos estrangeiros e imigrantes] silenciada pelo enquadramento discursivo dominante que promove o apagamento da pluralidade de vozes” (Sousa, 2020, p. 126).

Desta forma, as principais fontes citadas são documentos, quer seja a ‘Carta Anónima’¹ que colocou o caso a público, quer documentos judiciais e médicos, que permitiram a descrição das agressões. Além disso, fontes associadas ao Governo também são citadas, bem como do sistema de justiça – o exemplo do advogado da família. Resultados semelhantes aos estudos anteriores que destacavam a prevalência de fontes oficiais e institucionais (Batista & Bonomo, 2017; Cunha, 2007b; Santos, 2005; Santos-Silva & Guerreiro, 2020; Sousa, 2020). A família de Ihor Homenyuk – a mulher e um amigo – é citada apenas em duas peças analisadas (e selecionadas para análise qualitativa). O cônsul ucraniano, numa fase inicial, também surge como fonte noticiosa.

A análise quantitativa pretende, assim, ser uma das chaves para responder às questões formuladas na introdução. Além de pretender estimular uma reflexão acerca da cobertura mediática da chamada “imprensa de referência” sobre um caso que, “(...) face ao contexto pandémico, não mereceu o destaque que seria natural num cenário normalizado” (Poiares, 2021, p. 133). Uma ideia espelhada no reduzido número de artigos (T=30) que constituem o *corpus*, num período total de quatro semanas.

1 Cf. Franco, H.; Gustavo, R. & Moleiro, R. (4 de abril de 2020). “Carta anónima identificou suspeitos de assassinar imigrante”, *Expresso*, p. 46. <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2475/html/primeiro-caderno/sociedade/carta-anonima-identificou-suspeitos-de-assassinar-imigrante->.

ANÁLISE QUALITATIVA

A “representação é a produção do sentido dos conceitos da nossa mente pela linguagem” (Hall, 1997, p. 3). Assim, a breve análise crítica do discurso patente em dois artigos representativos do *corpus* pretende refletir acerca da linguagem, “prática socialmente determinada” (Silveirinha & Peixinho, 2004, p. 121), utilizada para descrever Ihor Homenyuk e de que maneira essa descrição se repercute na representação do cidadão.

O primeiro artigo² data do dia 4 de abril de 2020 e é da autoria de Joana Gorjão Henriques do jornal *Público*. O título é uma pergunta que convida a refletir sobre o “cidadão ucraniano” – nacionalidade em evidência - que “terá sido morto por agentes do SEF” – uma formulação verbal no futuro do presente composto, que remete à presunção de inocência dos agentes do SEF. A imagem que aparece é apenas a do cidadão.

O texto começa com uma referência à mulher e caracterização de Ihor Homenyuk como “marido”, o que humaniza a sua figura e aproxima o leitor da sua história comum: marido e pai de “dois filhos menores”. A situação é agravada pelo uso do termo com forte pendor de violência - “suspeitos de assassinares o marido” -, bem como pela pandemia ter condicionado os voos, que não permitem que “a mulher, filhos, irmã, pai e amigos” possam “velá-lo”.

De seguida, é referida a situação do visto que, segundo o *Público*, o “SEF, (...) não acreditou no seu visto de turista”. A informação é acompanhada de várias questões, um recurso retórico que pretende alimentar reflexões sobre o que se está a ler: “E quem era este homem antes de ser morto?”. A jornalista aponta que a Polícia Judiciária, à época, ainda não tinha a investigação terminada, mas foi “suficiente para deter os três inspetores do SEF com 42, 43 e 47 anos” – cujo nome e identidade foram inicialmente divulgados no *Expresso*. Além de que, numa fase inicial, o SEF “comunicou ao IML que a causa de morte tinha sido epilepsia”, ocultando as agressões.

Através do relato de um amigo, que é identificado sob um nome fictício, a jornalista conta então a “história” para além das “informações oficiais [que] revelam pouco”. Ou seja, recorre a uma fonte próxima do cidadão morto, o que contribui para a humanização da sua representação. Ihor Homenyuk é descrito como um homem

2 Cf. Henriques, J. G. (1 de abril de 2020). “Quem era o ucraniano que terá sido morto pelos agentes do SEF?”, *Público*, p. 22. <https://www.publico.pt/2020/04/01/sociedade/noticia/ihor-homenyuk-ucraniano-tera-morrido-maos-inspectores-sef-1910392>

A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

à procura de trabalho, em vários países da Europa: “trabalhador na construção civil, com 40 anos, pai de uma rapariga de 14 e de um rapaz de 8”. O objetivo da sua viagem continua a ser descrito - Portugal seria apenas um ponto de passagem, para chegar ao seu destino final, a Bélgica, onde iria trabalhar. Outra estratégia que apela à sensibilidade do leitor é a referência à despedida de Ihor Homenyuk: “com pouca bateria no telemóvel, despediu-se a última vez da mulher no aeroporto”. A imagem do aeroporto fica, desta feita, associada a dois momentos tristes e trágicos – a partida e a despedida da família, bem como o local onde acabou por falecer, na sequência das agressões.

O amigo continua a descrever a reação da família: “está em choque”. Acrescenta a informação da morte recente da mãe de Ihor Homenyuk, o que agudiza a tragédia da família. Descreve-o de forma positiva: “Todos os que o conheciam tinham boa opinião dele”. Posteriormente, também é sublinhada a ideia de que não haveria “agressividade” da sua parte, contrariando versões em notícias anteriores, onde se referia uma suposta revolta e violência por parte do cidadão estrangeiro nas instalações do aeroporto de Lisboa.

A questão do visto é reforçada na parte final do artigo: “o cônsul da embaixada ucraniana, Volodymyr Kamarchuk, conta que foram informados pelo SEF a 11 de março de que Ihor tinha sido barrado porque não tinha documentos que provassem que vinha como turista”. A entidade oficial, quando recebeu a informação da morte, não desconfiou da causa apontada, uma vez que “não havia indícios de que alguma coisa estivesse errada”. Ou seja, havia confiança na autoridade e papel do SEF, pelo que foi através dos meios de comunicação social que o cônsul soube a verdade.

O artigo termina com a resposta à pergunta “quem era Ihor?”. A utilização do nome próprio convida a uma maior proximidade com a vítima. O amigo destaca-o como “dedicado à família”. A jornalista acrescenta pormenores como o gosto pela bricolagem ou o facto de jogar futebol. Banalidades que o aproximam de uma “pessoa normal” e que fomentam a identificação do leitor com o cidadão – um *outro* que é igual a um *eu*.

No caso do *Expresso*³, a breve reportagem é construída com recurso a apenas uma fonte humana: a “viúva de Ihor Homenyuk”. O contexto do artigo é diferente, uma vez que é publicado na semana em que foi proferida a acusação de homicídio aos três inspetores do SEF. Além disso, a imagem que acompanha o artigo identifica Ihor

3 Cf. Cabral, L. P. (3 de outubro de 2020). “O voo sem retorno de Ihor Homeniuk”, *Expresso*, (2501), p. 38. <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2501/html/primeiro-caderno/sociedade/o-voo-sem-retorno-de-ihor-homeniuk>.

Homenyuk, bem como a sua mulher e filhos. É dado um rosto à sua família, sendo, de certa maneira, mais fácil a identificação, pois associa-se agora a imagem a entidades que antes eram apenas ‘nominalizadas’ – a mulher e os dois filhos.

A peça começa por descrever a tragicidade do crime – “longa agonia”; “chegava tragicamente ao fim”. Uma dramaticidade agravada pelo facto de, “como se fosse num planeta distante, (...) uma família tinha ficado desfeita”. É utilizada uma linguagem com forte pendor negativo e emotivo para descrever o homicídio, bem como o contexto familiar.

O jornalista, Luís Pedro Cabral, regressa à infância do cidadão, para tentar contar a sua história completa:

Ihor Homenyuk era um rapaz da cidade. Nasceu em Novoiavorivsk, numa família humilde, cristã. A mãe era vendedora de balcão numa loja de comércio, o pai era motorista. Uma família que ganhava para o que comia, o que já era considerado um luxo. (...) “A família contava que ele era bom estudante e nunca na vida tivera queixa sobre o seu comportamento. Era muito tranquilo”, conta Oksana Homenyuk, 37 anos, viúva de Ihor, mãe dos seus filhos. (*Expresso*, 3 de outubro de 2020)

Desta maneira, o jornalista aproxima a vida de Ihor Homenyuk da de um cidadão comum. A utilização do nome próprio, mais uma vez, aproxima quem lê. Além desta descrição, é contada a história de como conheceu a sua mulher Oksana Homenyuk, num autocarro. É descrito como “trabalhador” e um pai extremoso e preocupado com os filhos. A viúva, com quem estava casado desde 2005, também contraria o discurso que o classificava como agressivo, pois caracteriza-o como “uma pessoa muito calma, pacífica. E, com a família, sempre carinhoso”. No fundo, é contrariado o discurso negativo em torno da figura de Ihor Homenyuk.

Posteriormente, é referida a acusação do Ministério Público, onde é mencionado que “Ihor terá sido barrado à entrada de Portugal sob o pretexto falso de ter declarado que vinha trabalhar e não tinha o visto obrigatório”. Na sequência da sua reação, os “inspetores do SEF Laja, Sousa e Silva (...) acabaram por matá-lo à pancada”. A viúva também contraria a versão de que o destino final era a Bélgica: “O meu marido tinha ido a Portugal a convite de um amigo. Tinha intenção de ver como era o país e da possibilidade de encontrar um trabalho”. Ou seja, mais uma vez, a imagem do cidadão ucraniano é associada à de alguém que procurava um trabalho para sustentar

A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

a família, mesmo que a imigração (ou a fixação em Portugal) não fosse o seu objetivo final. No final, o jornalista termina o artigo com a descrição da reação dos filhos à morte do pai, o que imprime emotividade, e termina com a dramaticidade associada ao luto: “nós ainda não acreditamos que nunca mais o vamos reencontrar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUEM FOI, ENTÃO, IHOR HOMENYUK?

Atualmente, com o cenário de guerra vivido na Ucrânia, provocado pela invasão russa, Portugal tem acolhido milhares de refugiados ucranianos. Há mais de um ano, em março de 2022, o *Público* avançou que a família de Ihor Homenyuk, espancado e morto à guarda do Estado Português, pediu proteção a Portugal, caso fosse necessário abandonar a sua pátria.

Através do estudo elaborado, confirmou-se a tendência de descrever o estrangeiro (independentemente do estatuto jurídico) numa dualidade: como vítima ou como agressor (Cunha, 2003; Hall, 2016). Ihor Homenyuk, cidadão de nacionalidade ucraniana, foi, claramente, uma vítima. No entanto, a sua representação é dual, pois nalgumas notícias alega-se um suposto carácter violento e agressivo, que terá levado à reação por parte dos três agentes do SEF, mas que contrasta com as descrições de amigos e familiares. Os títulos dos jornais, na sua maioria, não destacaram em concreto nenhum dos agentes do crime, mas, quando optaram por fazê-lo, foi a vítima a aparecer em 34,48% das peças do *corpus*.

Por sua vez, apesar de uma diferença residual, frisa-se uma diminuição de artigos publicados entre o primeiro e o segundo período de análise, o que pode ser parcialmente explicado pelo contexto pandémico. No entanto, é de destacar que, ao longo dos meses, os *media* foram repescando o assunto, não o deixando totalmente esquecido (Poiars, 2021). Não obstante, os dados quantitativos sobre o espaço ocupado são reveladores de trabalhos relativamente breves e com pouca profundidade, pois existe apenas um artigo com duas páginas.

A secção prevalente é a de Sociedade. Por se tratar de jornais ditos de referência, de cariz não popular, mesmo os artigos identificados com o subtema ‘Crime’ estavam enquadrados nesta secção, o que permite um tratamento mais abrangente da temática. A argumentação dominante foi, assim, a securitária, mas com uma mudança: o cidadão estrangeiro foi a vítima à guarda de uma autoridade como o SEF, que foi

caracterizada e representada como seu agressor.

Por outro lado, verificou-se que o tom ‘Neutro’ é a marca da maioria dos discursivos e prevalece um enquadramento ‘Objetivo’ do caso, embora alguns artigos apresentem um enquadramento mais próximo do ‘Policial’, que são menos frequentes. Em relação às fontes, confirma-se o permanente recurso a fontes institucionais e oficiais, sejam elas pessoas ou documentos, e a voz dos cidadãos comuns estrangeiros é praticamente apagada – exceção feita aos artigos com os cidadãos de nacionalidade brasileira e com a família de Ihor Homenyuk.

Destarte, a fim de responder às questões de pesquisa que guiaram a presente pesquisa, foi possível concluir que o foco (no título), quando dado a um agente do crime, foi ao cidadão ucraniano e só depois aos seus agressores. Através da análise qualitativa pode-se inferir uma tentativa de humanizar a figura de Ihor Homenyuk, que se contrapõe ao discurso de agressividade e violência, que lhe era muitas vezes associado, nas restantes peças do *corpus*. Assim, ao recorrer a fontes próximas da vítima, como um amigo e a sua viúva (com a carga negativa acoplada à própria palavra), Ihor Homenyuk foi descrito como “trabalhador”, “carinhoso” e “dedicado à família”. No fundo, uma personagem que incorpora o mito do cidadão que busca melhores condições de trabalho, para proporcionar uma melhor qualidade de vida à sua família.

Um dos elementos de distinção entre os dois jornais foi a identificação dos atores e das fontes. No *Público* percebeu-se uma preocupação em proteger a identidade da família da vítima (ocultando-a das fotos ou colocando o amigo sob um nome fictício), bem como, na maior parte do período de análise, os agressores foram somente identificados pela idade. Já o *Expresso* mostrou uma abordagem diferente. Começou por identificar, nas primeiras peças, os apelidos dos agentes, e, posteriormente, o nome próprio também, além de até ter entrevistado a viúva de Ihor Homenyuk.

No fundo, o que o *corpus* nos revela é que a pandemia afetou a cobertura mediática do tema, sobretudo, o seu destaque. No entanto, concluiu-se que, não obstante os constrangimentos que poderiam afetar a atividade jornalística, os meios de comunicação social procuram, numa primeira fase, perceber os pormenores do caso, bem como as causas que culminaram na morte do cidadão ucraniano no aeroporto de Lisboa. Nalgumas peças, a descrição das agressões alimentou uma maior desconfiança e imagem negativa do SEF, que foi agudizada pela atuação política de governantes, como o caso de Eduardo Cabrita, ex-ministro da Administração Interna, ou de Cristina Gatões, ex-diretora nacional do SEF (Poiares, 2021).

A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk: O Caso do *Expresso* e do *Público*

Por outro lado, os artigos analisados qualitativamente podem ser entendidos como uma estratégia de humanizar a figura do *outro*. Através do recurso a estratégias discursivas mais ou menos emotivas, as peças em questão foram além da descrição episódica – o relato do crime – ou a análise das consequências políticas do caso – como o anúncio da reestruturação do SEF (que ainda não se viu concretizada, em 2023). Assim, são exemplos de uma cobertura que procurou ir além do acontecimento pontual e permitiu aos seus leitores uma maior proximidade com aquele que terá sido, segundo a sua família e amigos, Ihor Homenyuk.

Em suma, o estudo sobre o caso alcançaria maior robustez com um maior período de análise, bem como uma abrangência a um maior e diverso número de órgãos de comunicação social. Além de uma análise qualitativa mais alargada e sustentada num maior número de peças. É necessário ressaltar também que nenhuma das análises deve permitir estabelecer padrões e generalizações acerca da cobertura, uma vez que se trata de uma análise de um curto período, bem como de um *corpus* bastante limitado e de apenas dois órgãos.

Salvaguarda-se, no entanto, que investigações como esta alertam para o necessário investimento na literacia e numa educação para saber ler os *media* criticamente, a fim de ser possível ir além das representações veiculadas pela imprensa. Ou serem, pelo menos, cidadãos conscientes desse poder. Por outro lado, é importante a formação, bem como a especialização de jornalistas que tratem temas que envolvam o *outro* na sua alteridade. Além do urgente investimento em investigações académicas que sustentem e apontem direções possíveis ao discurso mediático, público e até político.

REFERÊNCIAS

- Alves, L. (2011). A mídia como agente operador do direito. *Fides*, 2(1), pp. 190-203. Disponível em <http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/70>
- Andringa, D. (2020). As Palavras Significam . Em J. Reis (Coord.), *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise*, p. 74.
- Batista, R. R., & Bonomo, M. (2017). Representações sociais de imigração e imigrantes em mídia espanhola, italiana e portuguesa. *Quaderns de Psicologia*, 19(3), pp. 211-227. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1357>

- Bolsen, T. (2011). The construction of news: Energy crises advocacy messages, and frames toward conservation. *International Journal of Press/Politics*, 16(2), pp. 143-162. <https://doi.org/10.1177/1940161210392782>
- Casquilho-Martins, I., Belchior-Rocha, H., & Alves, D. R. (2022). Racial and Ethnic Discrimination in Portugal in Times of Pandemic Crisis. *Social Sciences*, 11(184). <https://doi.org/10.1177/1940161210392782>
- Comissão Europeia [CE]. (2017). *Eurobarómetro Especial 469 - Integração de imigrantes na União Europeia*. Disponível em https://data.europa.eu/data/datasets/s2169_88_2_469_eng?locale=pt
- Cunha, I. F. (2003). A Imigração e as Minorias na imprensa e na televisão. Disponível em <http://bocc.ufp.pt/pag/cunha-isabel-ferin-imigracao.pdf>
- Cunha, I. F. (2007a). Identidade e reconhecimento nos media. *Matrizes*, 1(1), pp. 187-208. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143017362011>
- Cunha, I. F. (2007b). Imigrantes nos portugueses: representações das minorias no início do milénio. *Comunicação & Educação*, 12(2), pp. 49-58. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v12i2p49-58>
- Gomes, S. (2011). Crime na imprensa - Representações sobre Imigrantes e Ciganos em Portugal. *CICS ComTextos*. Disponível em <https://hdl.handle.net/1822/13674>
- Guimarães, A. P. (2016). Os meios de comunicação social e a narração dos casos criminais em Portugal. Em R. Mancinas-Chávez (Ed.) *Actas del Congreso Internacional Comunicación y Pensamiento*, pp. 995-1007. Disponível em <http://repositorio.uportu.pt/xmlui/handle/11328/1696>
- Hall, S. (1997). The Work of Representation. Em S. Hall (Ed.), *Representation: cultural representations and signifying practices*.
- Hall, S. (2016). O espetáculo do “outro”. Em W. Oliveira, & D. Miranda (Edits.), *Cultura e Representação* (pp. 139-231). Apicuri.
- Jodelet, D. (2008). Social Representations: The Beautiful Invention. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 38(4), pp. 411-430. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5914.2008.00383.x>

**A Cobertura Mediática da Morte de Ihor Homenyuk:
O Caso do *Expresso* e do *Público***

- Lopes, F., Santos, C. A., Peixinho, A. T., Magalhães, O. E., & Araújo, R. (2021). Covid-19: uma pandemia que reconfigura o jornalismo?. *Media & Jornalismo*, 21(39), pp. 57-75. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_3
- Macedo, R. (2006). Nacionalidade. *II Encontro de Iniciação Científica e I Encontro de Extensão Universitária*, 2. Disponível em <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1228>.
- Marques, M. A., & Ramos, R. (2020). Discursos migrantes: estratégias de construção de nós e os outros em discursos jornalísticos de opinião. *Comunicação e Sociedade*, 38, pp. 17-39. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2594](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2594)
- Nata, G. (2011). Imigrantes e o Sistema de Justiça em Portugal: Factos e Preconceitos. Em G. Jóluskin, & A. Sacau (Edits.), *A justiça em análise: aspectos jurídicos, sociais e psicológicos do cumprimento das penas*, pp. 17-26. Disponível em <http://hdl.handle.net/11328/1142>
- Pires, S. (2002). Fórum: A etnicização da imigração na imprensa portuguesa. *Revista Antropológicas*(6), pp. 247-263. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/892/698>
- Poiars, N. (2021). Justiça, Governança e Media. O caso de Ihor Homenyuk. *Politeia - Revista Portuguesa de Ciências Policiais*, pp. 115-141. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/37613>
- Ribeiro, F. P., & Torkington, K. (2019). As palavras mapeiam conceitos: representações dos migrantes na imprensa digital portuguesa. *Estudos em Comunicação*, 1(28), pp. 151-172. <https://10.25768/fal.ec.n28.a08>
- Ribeiro, R. (2020). Representações e Práticas. Em J. Reis (Coord.), *Palavras para lá da pandemia: cem lados de uma crise*, p. 92.
- Rodrigues, P. (2010). Criminalidade na imprensa: Análise do Correio da Manhã, 2000-2007. *Sociologia, Problemas e Práticas*(64), pp. 149-172. Disponível em <https://journals.openedition.org/spp/338>
- Santos, C. A. (2005). Imagem da imigração e minorias étnicas. *Livro de Actas - 4º SOPCOM*, (pp. 967-975). Aveiro. Disponível em https://www.academia.edu/59131222/Imagem_da_imigra%C3%A7%C3%A3o_e_minorias_%C3%A9tnicas_nos_media

- Santos-Silva, D., & Guerreiro, D. (2020). Media and forced migrations: social representations of refugees in the Portuguese media in two mediatic peaks (2015 and 2019). *Comunicação e Sociedade*, 38, pp. 123-137. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2606](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2606)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras [SEF]. (2021). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Disponível em <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=92>
- Silveirinha, M. J., & Peixinho, A. T. (2004). A construção discursiva dos imigrantes na imprensa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, pp. 117-137. <https://10.4000/rccs.1343>
- Sousa, M. C. (2020). Como falar de imigração sem ouvir os imigrantes? *Migrações transnacionais, interculturalidade, políticas e comunicação*, pp. 123-132. Disponível em <https://incom.uab.cat>

Smart City as Participatory Environment: An Archaeological Exercise on How to Build a Political Community

Catarina Patrício

CICANT - Centro de Investigação em Comunicações Aplicadas, Cultura e Novas Tecnologias,
Universidade Lusófona - catarina.patricio@ulusofona.pt

Carlos Smaniotto Costa

Department of Architecture and Urban Planning, Universidade Lusófona -
smaniotto.costa@ulusofona.pt

Abstract

A certain frenzy is still felt around the idea of what a Smart City is: for some, it is a concern, for others it is an open field of huge possibilities. Stemmed from the ubiquitousness of immersive computing in urban environments, and implemented by the coalescence between several media, a Smart City seems to promise aggregated efficiency among equipment, structures and individuals. On the flip side, a Smart City simultaneously appears to limit citizenship to a series of pre-established, induced or monitored movements, announcing a kind of voluntary surveillance. Inspired by some works, this paper attempts to provide a reflection upon the complex apparatus that a Smart City can be. Making use of an archaeological

exercise, it addresses the community and its engagement in placemaking. As a network of people, architectures, tools and programmes a city has always been an informational field and the susceptible environment for commands, therefore of control. A Smart City might not be an invention, but rather the transformation of the old structures with new means and materialities. It is emerging as a result of the diffusion of digital technology in the physical space. Hence the question does not relay on the technology deployed, but rather in the programmatic character of the systems it installs. After all, in technology may lie the way to raise a politically active and sensitive community.

Keywords: Smart Cities, media archaeology, functional transformation, archive, digital curation.

A Cidade Inteligente como Ambiente Participativo: Um Exercício Arqueológico Sobre como Construir uma Comunidade Política

Resumo

Existe ainda uma certa agitação em torno da ideia do que é uma Cidade Inteligente: para alguns, é uma preocupação, para outros é um campo aberto de enormes possibilidades. Originada na ubiquidade da computação imersiva em ambientes urbanos e implementada pela convergência entre vários meios de comunicação, uma Cidade Inteligente parece prometer eficiência agregada entre equipamentos, estruturas e indivíduos. Por outro lado, uma Cidade Inteligente parece simultaneamente limitar a cidadania a uma série de movimentos pré-estabelecidos, induzidos ou monitorados, anunciando uma espécie de vigilância voluntária. Inspirado em alguns trabalhos, este artigo tenta fornecer uma reflexão sobre o complexo dispositivo que uma Cidade Inteligente pode

ser. Utilizando um exercício arqueológico, aborda a comunidade e o seu envolvimento na criação de lugares. Como uma rede de pessoas, arquiteturas, ferramentas e programas, uma cidade sempre foi um campo informativo e um ambiente suscetível a comandos, portanto de controle. Uma Cidade Inteligente pode não ser uma nova invenção, mas sim transformação de estruturas antigas com novos meios e materialidades, emergindo como resultado da difusão da tecnologia digital no espaço físico. Portanto, a questão não se baseia na tecnologia implantada, mas sim no caráter programático dos sistemas que ela instala. Afinal, na tecnologia pode residir o caminho para criar uma comunidade politicamente ativa e sensível.

Palavras-chave: Cidades inteligentes, arqueologia dos media, transformação funcional, arquivo, curadoria digital.

1. INTRODUCTION

The most shared meaning of a «Smart City» sketches out an urban environment where the use of information and communication technologies (ICT) help the promotion of the quality and cost-effectiveness of services, material supplies and energy resources, as defined by the EC (n.d.). The increasing commodification and privatization of economic activities, the management of information flows and the sustainability of the natural and social environment are key contemporary issues, in urban development and placemaking – understood here as the engagement of citizens

Smart City as Participatory Environment: An Archaeological Exercise on How to Build a Political Community

in the production of their own environment (Toomey et al., 2020; Smaniotto et al., 2023). Moreover, the apparent dissolution of the buffer mechanisms of the welfare state makes it urgent to emphasize the relevance of the cities for the future. Cities play a major role for building networks, both of information (e.g. postal system, radio or telephone, and more recently internet) and of energy (as the case of water supply, power, or even roads and highways, which enable the circulation of people and goods, providing thus the energy of a state apparatus. In a Smart City no less is expected. Ideally, it grants a technology-driven response to governance, fostering the harmonization of the most competitive industry with local communities in a decision-making process where citizens are expected to be better informed. The social practices that have stemmed from digital tools, especially with the rise of mobile and ubiquitous technologies that have penetrated every single aspect of our lives, seem to promise something new (Smaniotto et al., 2019). But how effective is this? Does a smart city go beyond the application of media technology? How to understand the transformation of the city out of the linear perspective of history, which is based on continuity and homogeneity of its technical evolution? Therefore one should start from the beginning, where an ontogenetic question must be solved: what is a city?

Thus, this paper is an attempt, backed by modern authors' views, to provide a reflection on the usefulness of the concept of smart cities to enhance the connections between citizens, places and heritage.

2. THE APPROACH OF THIS STUDY

As the main goal of this paper is to reflect on the notion of a Smart City from a humanistic standpoint, a literature review was designed to address engagement in placemaking and heritage communication. It does not seek to carry out an in-depth revision of literature, but it focuses on publications on which the debate about media, urban development and participatory processes, are meant to improve a kind of “urban smartness”. The literature review is thus, narrative and confined to few relevant authors who in our opinion provided reflections and evidences to reason and to give foundation to the archaeological exercise that is in the core of our research. Despite being complex, this embedded design allows a richer understanding of the technology and media in the debate of the digital urban future.

3. METHOD: AN ARCHAEOLOGICAL EXERCISE

According to Kittler (1996), «the city is a medium», and it always has been. The method for understanding the historic traces and their impact on the present is media archaeology, and this hermeneutic enterprise is the methodology we follow. Parikka recognizes the centrality of Michel Foucault and of Friedrich Kittler for the widening of archaeology to media archaeology (Parikka, 2012, p.6). Made evident in Foucault's *Discipline and Punishment* (1975) is a governmentality that reveals an apparatus producing its subjects in order to function, i.e., its subjectivation process – here disclosed with Agamben's approach to Foucault's dispositive, thus stating that

The term 'apparatus' designates that in which, and through which, one realizes a pure activity of governance devoid of any foundation in being. This is the reason why apparatuses must always imply a process of subjectivation, that is to say, they must produce their subject. (Agamben, 2009, p. 11)

Rodriguez (2019), while tracing a political genealogy to the communicational, recognises the centrality of Foucauldian archaeology in the analysis of cybernetics – and this paper will not deviate from that. Nevertheless, our archaeological exercise is centred on Friedrich Kittler's «The city is a Medium» (1996, pp. 717-729) which, with the materialism that characterises his approach to media, gives another consistency to the analysis of the material traces of cities. For a start, and entailing a cybernetic analogy, Kittler grants the capital (*Hauptstadt*) its centrality as the head of a State (Kittler, 1996, p. 717). However «*we have forgotten that a City, as an event or data, once existed on its own apart from the state*» (Kittler, 1996, p 723). The author distils from the city its seven components: (1) the technological networks, which can be an information and materialized in infrastructures, or as the information that circulates on networks; (2) the graphical systems that depict the networks as pure translation of topology, visible in the way maps from their very origin covered the network of rivers, or roads; (3) the supply networks such as the aqueducts or the postal system; (4) the intersection points or nodules of a web that converted, or better, *rendered* a city into a state (the case of the Roman Empire is paradigmatic); (5) data and its formatting perceived as unit of memory, such as addresses, as information terminal which further permit other data to emerge; (6) commands as instruments of governance; and (7) media, such as coins and the vowel alphabet, which are granted by Kittler (1996, p. 720) as the oldest form of media.

Smart City as Participatory Environment: An Archaeological Exercise on How to Build a Political Community

All these media are still effective: some remain visible in cities, as the importance of the aqueducts in the case of Lisbon, now made more accessible via its digital twin (Gorgoglione et al., 2023), other are replaced, and yet others have incorporated into new materialities and new visibility regimes. The Roman Empire's medial archaeology reveals well how it depended on these *media landscapes*, from mapping to reterritorialization («all roads lead to Rome»), in the aqueducts or roads that irrigated the State with energy and resources, or furthermore in the legal system of ancient Rome that are the basis for the *jus commune*.

The city is still the origin of the «political structure of civilization into which we were thrown» about 6000 years ago (Flusser, 2002, p. 173), claims Flusser, to whom the role of architecture in the organisation of labour force is crucial for this assumption, and it runs in an underlying cybernetic principle because its operational structure was largely, if not totally, determined by the architectures to be built:

Geometers (intellectuals) stand in the marketplace, to formulate the commands, and the 'Big Man' on the hill evolves from a guard into legislator, king, high priest, and finally God. This is the political structure of civilization into which we were throw. (Flusser, 2002, pp. 173)

This is how, both in architecture and in the settling of cities, «*human society became the chief consumer of humans, through violence or through work*» (Leroi-Gourhan, 2005, pp. 184-185). An analysis based on this work, along with Flusser's understanding of technics, allows a deeper consideration on the nature of the environment that has been fostered with the implementation of commands, and therefore of control and governance upon people, environments, tools and machine-architectures, which are the concrete constituents of a city.

With the dawn of architecture, the mobilization of the labour force into collective constructions, that embodied the glory of gods, pharaohs, emperors or kings, suspended the Palaeolithic magic. As a visible consequence, with the arrival of the Neolithic Period, the quality of the Palaeolithic painting is dissolved, both in its technical quality and aesthetical language – and this is precisely coincident with the formation of the civilization structure Flusser criticizes. It was too in a moment of medial transformation, on the threshold of a media change made evident in Walter Benjamin's Arcades project, that photography and cinema would come to inflict on art and on the world a generative wound, that would lay the aesthetic experience of the city

consummated collectively, in a state of *distraction* – and the play of novelty in such a state of distraction:

The circumstance of the new is perhaps nowhere better illuminated than in the figure of the flâneur: His thirst for the new is quenched by the crowd, which appears self-impelled and endowed with a soul of its own. (Benjamin, 2002, p. 345)

A medial reason is intertwined in the city. Genealogically, we noticed how the city has already been event and information, already granting the source to computation concepts such as gates, ports, circuits:

Circuit's own pre-history, presuppose (no less municipal here) a built-in memory. When the World War II mathematician John von Neumann laid down the principles for sequential working-off computation for almost all present day computer 'architectures,' he bestowed the fitting name 'bus' on the parallel channels between hard drive, gate and memory, and thus extended the Biedermeier tradition of metropolitan traffic. (Kittler, 1996, p. 720)

Long after the *mnemotechnics* that built and organized the first cities – with its theorems, simple machines like levers, laws and networks, whose traces can still be found in the contemporary cities – the emergence *mnemotechnologies* that materialize the audio-visual industry (photography and phonography, cinema and radio, television) would strike subjectivation processes. Basically, the individuation of *mnemotechnics* into *mnemotechnologies* has exposed a «symbolic misery» – Bernard Stiegler's thesis of an aesthetic emptiness as a symptom of marketing and of the commodification of every aspect of life, which compromises enacting a community of affects through «*the loss of participation in the production of symbols*» (Stigler, 2014, p. 10). It seems that Smart Cities have fallen into the fetishism of commodities, innovating discursive structures. As we will see next, the question concerning marketing follows largely strategies of re-newing old technologies into novelty.

4. DISCUSSING THE NATURE OF SMART CITIES: FIRST AN UNCANNINESS, THEN A TRANSPARENT UTILITY

A Smart City is an eruption of novelty, but it is basically a modified continuation of the medial event that emerged into the actual city. In «Re-newing old technologies: astonishment second nature and the uncanny in technology from the previous turn of the century», Tom Gunning shows how astonishment renders possible the renovation of commodity fetishism. First uncanniness, the strangeness of a dazzling appearance of novelty as an event, then a *transparent utility*, where novelty ceases to be and through habit becomes a «second nature». Indeed, this process deals with a certain instability, which prompts a discursive historical treatment, because «History deals not only with events but, primarily, and some would claim exclusively, with the discourses they generate and which record them» (Gunning, 2003, p. 39). The author shows how the discourse of Modernity «is not only one of innovation, but precisely one of novelty, maximizing the dazzling experience of the new» (Gunning, 2003, p. 43).

These ingredients have entered the composition of the dazzlement for Smart Cities. Gunning further argues that the discourse on futurity is present in the Universal Expos in the transition of the nineteenth to the twentieth century, and how rhetoric tropes and visual displays are agents of innovation, or *influencers* to take a recent concept of digital marketing. Some lines and vectors were thus established – and they have not only produced modern commodities, but also created new subjectivities. Disney's Epcot Center, a post-modern Luna Park that in its time presented alluring possibilities of medial experiences, such as screen-based practices, has exalted a future of high-medial cities too. The entertainment industry, as *astonishment*, is «inherently an unstable and temporary experience» (Gunning, 2003, p. 41) and, as in the case of Smart Cities, despite the «consistent scenario» of novelty, once an accustomed familiarity arises, a «second nature» is at play through governance and business. Maybe when novelty discourse is worn out, the «second nature» of a Smart City will reveal the «iron cage» (*Stahlhartes Gehäuse*), as Weber (2005) warned. Resulting from the rationalization and secularization of knowledge, or how by the logics of production, work and consumption led to a psycho-politics of habituation – or domestication of individuals in a teleological system installed by the discourse of efficiency.

Herein what Flusser (2002) identified in the short essay called «Designing cities» is that both «village and city are factories for the masks with which people identify themselves. In the village, the masks are still material. In the city, they become in-

creasingly immaterial and thus increasingly numerous» (Flusser, 2002, p. 178). So it is with Smart Cities, whose immateriality is underlined. As a relational field, if utterly consummated collectively in a state of distraction, there are no citizens but spectres. Flusser claims that the only concrete thing that remains

[...] is to be seen as a network of relations, and the threads of this network become tangled without connecting anything concrete. The only concrete thing is the relations themselves, whereas everything related or in relation (all objects and subjects of relations) are abstractions. (Flusser, 2002, p. 174)

From Flusser's perspective, culture and civilization are violent techniques to connect intersubjectiveness in a relational field. *AH-c*Culture is indeed characterized by the will to control the passages between the possible and the actual, hence installing strategies for production, storage, and distribution of information that accommodate intrahuman relationships. Hence the importance of Virilio, who emphasizes how state control still *confuses social relations with traffic control*:

The State's political power, therefore, is only secondarily 'power organized by one class to oppress another.' More materially, it is the polis, the police, in other words highway surveillance, insofar as, since the dawn of the bourgeois revolution, the political discourse has been no more than a series of more or less conscious repetitions of the old communal poliorcetics, confusing social order with the control of traffic (of people, of goods), and revolution, revolt, with traffic jams, illegal parking, multiple crashes, collisions. (Virilio, 2006, p. 39)

In a Smart City these issues are clearly aggravated, all more because each individual seems to be a node in a network to where signals converge and, consequently, at stake are not only the surveillance of movements but also the control of actions. Reminiscences of the regimes of exclusion experienced with the *Ausweis* conditions of the cities under *siege* of military security. But if such control happens it is because the streets are still the *locus* of protest.

5. OLD, NEW AND TO COME: THE CITY AS A PROMISE OF POLITICS

So far, we have undertaken an archaeological exercise that brought the «old» to the present. We realize how the city is a palimpsest of networks, some dormant, others still effective, and some others being the same networks but with new consistencies. We have also understood how discourses concerning the «new» is a strategy of *re-mediation* through an industry of astonishment which seeks to invoke a futurity into the present.

As the site of revolution, but also of the maintenance of powers and systems, the city is still one of the most fetishized media – made evident in the rhetoric of Smart Cities strategies. The original *arché* of cities shows, genetically, the anthropological need for organizing the collective through both the division of labour and in keeping records of events, property and exchange. It is by doing an archaeological exercise that Hannah Arendt recognizes how politics begins with the elementary, pre-political fact of biological necessity, and politics will remain the ultimate end of human destiny (Arendt, 2005, p. 83). Acknowledging that the order of survival and of social attachment are Gift and Debt – as shown in the anthropology of Marcel Mauss' *Essay sur le don: Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques* (1924) or in David Graeber's *Debt: The First 5000 Years* (2011), we can state that both gift and debt are basic constituents of collective organization, and hence both the origin and the destiny of a political community.

The discussion about what politics can do has been historically centred at a very particular centre: on the public space, which is born from the agora of the polis, from the will of free men debating their common destiny:

This city, which offers a permanent abode for mortal men and their transient deeds and words, is the polis; it is political and therefore different from other settlements (for which the Greeks had a different word: *asté*), because it is purposefully built around its public space, the agora, where free men could meet as peers on any occasion. (Arendt, 2005, p. 123)

With the so-called post-modernity, cities have become fragmented. Edward Soja perceives it in L.A.; in the multiplicity of its centres that disperses identity. This loss of centrality in the postmodern city looms in Smart Cities because it is the structure beneath it. As informational thin film, or *pellicula*, Smart Cities adhere to the physi-

cal structures of the postmodern cities without ever annulling them. As a method of returning to the centre, the seminal model of the agora should be held. It is decisive that political action is indeed a spatial construct. Through the objective relations built by previous struggles for recognition amongst classes and groups, the city is still the place of transformation of public and collective life, that is, the space of the «game» where action and speech are at play:

Just as there exists no human being as such, but only men and women who in their absolute distinctness are the same, that is, human, so this shared human sameness is the equality that in turn manifests itself only in the absolute distinction of one equal from another [...]. If, therefore, action and speech are the two outstanding political activities, distinctness and equality are the two constituent elements of bodies politic. (Arendt, 2005, p. 61-62)

Action and speech become the material sources of further individuations, thus the process of subjectivation within an apparatus. Subjectivation means also leading others to participate as players of the city. Human freedom and dignity can only be attained by a plural project of human beings acting politically. For a Smart City to be such a promise, one must return to the city *arché*, to the *polis*.

In an attempt to clarify the meaning of the political as a collective experience, freedom of choice plays a basic principle in the citizens' ability to judge. Hence, if «*Politics is the art of securing the unity of the state in its desire for a common future*», as Stiegler puts it, «we need to return to the question of aesthetics, particularly regarding its connection with the question of politics, in an appeal to the art-world to recover a political understanding of its role» (Stigler, 2014, pp. 101-102). By way of conclusion, we shall now see how participation can be stimulated.

6. BE AN INDIVIDUAL AND DIY: USER'S GUIDE ON HOW TO BUILD A POLITICAL COMMUNITY

In a brief essay written shortly after the First World War, Walter Benjamin realizes that technics embraces the way to a planetary relationship (Benjamin, 1979). However, war has betrayed all promises, and technics, thus involved in the conflicts, can do nothing about it, nor be blamed for it, because war requires human decisions, and it

Smart City as Participatory Environment: An Archaeological Exercise on How to Build a Political Community

is ultimately the continuation of politics by other means a political – as in Clausewitz aphorism. The means used for destruction are, as they always have been, made in the resemblance of the means of production. So the technical tools of every age include both the promise and the treat. In our time there are exceptional technical conditions to fulfil the essential promises of what a city, as a political field, can be. A failed relationship with technics will however lead to the failure of those promises. Hence, one can only appeal to the effectiveness of citizens' political decision-making. Essential is also the place for citizens as participants of the city building. This implies, as we will see, in taking a position within technics. For our argumentative purposes, we shall now inquire about a seminal essay that calls for the intervention and activism of artists and poets in order to activate new networks. Walter Benjamin in «The Author as Producer», an essay written in 1934, delivers the framework:

An author who teaches writers nothing teaches no one. What matters, therefore, is the exemplary character of production, which is able, first, to induce other producers to produce, and second, to put an improved apparatus at their disposal. And this apparatus is better, the more consumers it is able to turn into producers – that is, readers or spectators into collaborators. (Benjamin, 2005, p. 777)

It is decisive that the production attains a model character and not a character of a work centered in individual experiences. The works capable of being models, i.e., capable of both driving others into production while improving the production device, are able to liberate of the means of production and build a political community. Besides proposing a radical «politicization» of arts and literary activities, Benjamin detects in the medial character of technics the possibility of transforming the conditions of production. To the censoring and controlling machines, Benjamin counterposes the revolutionary character of the reproduction: each reproduction (either of a work of art, of a book, or of any industrial product) is not only a copy, but furthermore it is a new object introduced on the constant flow of information. It is the reproduction's generative expansion that is revolutionary. Technologies are still central, it is by means of the technical procedures, such as cutting, editing, reproduction and reassembling imagery, text, and sound, that the discourse of controlling machines is undermined. This means that more than a production character, Benjamin calls for a production-to-connect pro-gram. At stake is the constitution of an ideal fraternal

future community, inseparable from action and speech, the bestowed components of the polis. For this community to be made, Benjamin uses an important concept introduced by Bertold Brecht – that of «functional transformation»:

To signify the transformation of the forms and instruments of production in the way desired by a progressive intelligentsia – that is, one interested in freeing the means of production and serving the class struggle – Brecht coined the term *Umfunktionierung* [functional transformation]. (Benjamin, 2005, pp. 773-774)

Brecht was interested in the liberation of the means of production, and thus for him, an engaged citizen is someone who plays a larger and effective role in the improvement of cities, more than merely rehashing or replicating those who wander lost in the haze of virtual stimuli. Just as Benjamin had presented the Brechtian strategies of «functional transformation», today we have technological tools that create unprecedented opportunities to share, to cooperate, and to transform collective action. Given that the transformation of the city happens through the materialization of human practices in technical procedures, as we have seen with Kittler's archaeological exercise, can smart cities go beyond the application of media technology and actually become the participatory environment we embrace? Changing the quality of civic participation might be the key. It is an operation that throws back the political: hence understanding that politics is the field of intersubjective recognition and the place where plurality of cooperation towards a common goal is lived. This brings us to politics, and to an understanding that it is the field of intersubjective recognition and the place where plurality of cooperation towards a common goal is lived.

The intrahuman relationships, which are for Flusser (2002) the promise of the cities to come, are to be fostered in the complex tangle of the new technical relationships between humans and their built environments. This could lead to the participatory environment of a Smart City, as it should embody a model character for designing cities:

The city to be designed would be a result of the following connection plan for intrahuman relationships: All humans are to be connected in such a way that the currently available information must be subsumed in more and more new fields and entered into the computations. (Flusser, 2002, p. 178)

Smart City as Participatory Environment: An Archaeological Exercise on How to Build a Political Community

Coming back to Flusser's proposal, that understands the transformation of the city outside of the linear perspective of history, and rather in the nature of the intra-relations generated therein. It is the complexity of cities that require a larger-scale political project in which all citizens can be active networked elements of an open and accessible city. If at an increasing pace, cities tend, like any other system, toward entropy, the answer for its design has to ensure conditions and a new meaning to the «connection plan for intrahuman relationships». In short, one should understand theory no longer as the discovery of truth, but as the projection of meaning. From Flusser's perspective, this provides a theoretical space, where information is simultaneously and completely accessible at every place in the network, to every builder of cities, where science (and its technology) is the starting point.

This network is a political promise of an open city, born out of the desire to engage in and with creativity, for all. What could be this «theoretical space»? Where can it be located? Crucial for Hannah Arendt was the specific meaning of an event, which as happened in the past and could remain potentially active in the reproductive imagination. Media archaeology, as a relational methodology, activates the past in the present. A city is such a legacy, and

By means of its storage facilities (buildings, vaults, archives, monuments, tablets, books), the city became capable of transmitting a complex culture from generation to generation, for it marshaled together not only the physical means but the human agents needed to pass on and enlarge heritage. That remains the greatest of the city's gifts. (Mumford, 2005, p. 569)

Such a structure of inheritance and transmission is the very ground of the archive. Hence to build a political community entails a «functional transformation» of the archive. For it is the archive, an open archive, that sets the foundations of the political promise of an open city. As de Certeau puts it

The archive substitutes our product to a received past. It gradually makes us forget what it is supposed to represent. It erases the genealogical interrogation from which it was born, to become the tool of a production. In the system that generalizes this metamorphosis, the archive is an operator that perverts time and turns it into a space to be constructed. This machine has a first role on our theatres of operations. (Certeau, 1986, p. 5)

Thus, as an element to respond to the proposed exercise, which was to trace a solution for a Smart City as a participatory environment, we propose that the archive should be the place to be made anew. The solution might be to leave the archive open, to give the contributors the possibility to get the material ground – from technical knowledge to philosophical and ethical considerations – for the collective constructions to come. From a much-needed renewal of the encyclopaedic revolution, an emancipated and conscious citizen will emerge, superseding the oppositions between stake-holders – as users, industries and police makers. Imagine the immense possibilities of DIY as «Each individual capable of reading and of understanding possesses the vault of the world and society» – claimed Simondon (2017, p. 112), underlying the significance of a technical encyclopedism as a new force for social dynamism.

7. CONCLUSION

Despite a long-standing prominence in the discourse, achieving a Smart City remains as elusive as ever. The lure of Smart Cities in the eyes of their citizens, our main audience, depends on effective collaboration and communication, also to legitimate policy implementation. Evidently, as with other issues of urban/global importance (i.e. sustainability, inclusiveness, etc), smartness in urban development depends on the disciplinary perspective and its goals. From the social, cultural and humanistic standpoints, Smart Cities are empty shells, if citizens, those who practise meaning-making of smartness values, are not the prime beneficiary of our measures. Collaborative ventures, as pledged here, create agile and sustainable communities able to address societal challenges.

The arguments here are based on a literature review on different issues that brings the concept of a Smart Cities back to networks (of people, architectures, tools and programmes). It is a contribution to the debate on building a political community – one able to take the stake towards a digital-driven society. We conclude that an essential and indispensable agent to trace a solution for Smart Cities as a participatory environment will be the *archontes* of the archive, i.e., its digital curators. Digital curators will transform the archive from inside, from analog to digital, operating combinatory possibilities of media, assuring its inter-operability, and leading others to participate in the construction and dissemination of the archive – and hence of the cities to come. The basis of shifts and formulation of material solutions in DIY

Smart City as Participatory Environment: An Archaeological Exercise on How to Build a Political Community

is the re-reading of the common heritage – human, technical and natural. It is an aesthetic affection that underlies the consummation of collective identity and common memory. And as Smaniotto et al. (2019) pose, in urban development, engaging citizens, particularly in the production of public open spaces, play an important role for urban sustainability and resilience. Improving public participation in planning and decision-making practices, encourages citizen's stewardship.

A Smart City is not a radical new idea since it builds on long established planning principles. New could be if it uses these principles to promote and achieve a bottom-up, inclusive and participatory framework. It could propose an alternative way to think about networks and resources allocation, embedded in a space-community interplay.

Acknowledgements - The reflection presented in this paper is partially funded by the Erasmus + Project DCBox Digital Curator and Toolbox. Agreement n° 2021-1-IT02-KA220-HED-000032253.

REFERENCES

- Agamben, G. (2009). What is an apparatus? In Kishik, D. and Pedatella, S. (Eds), *What is an apparatus? and other essays* (pp. 1-23). Stanford: Stanford University Press.
- Arendt, H. (2005). *The Promise of Politics*. New York: Schocken Books.
- Benjamin, W. (2002) *The Arcades Project*. Cambridge: Belknap Press.
- Benjamin, W. (2005). The Author as Producer. In *Selected Writings 1931-1934*, (2)2, Cambridge: Belknap Press.
- Benjamin, W. (1979). To the Planetarium. In *One way street and other writings*. London: New Left Books, 103-104.
- Certeau, M. (1986). L'espace de l'archive ou la perversion du temps, *Traverses*, 36.
- EC - European Commission (n.d.) Smart cities -Cities using technological solutions to improve the management and efficiency of the urban environment. https://commission.europa.eu/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/city-initiatives/smart-cities_en

- Flusser, V. (2002). *Designing Cities*. In *Writings* (pp. 172-180). Minneapolis/London: University of Minnesota Press.
- Gorgoglione, L., Malinverni, E. S., Smaniotto Costa, C., Pierdicca, R., & Di Stefano, F. (2023). Exploiting 2D/3D Geomatics Data for the Management, Promotion, and Valorization of Underground Built Heritage. *Smart Cities*, 6, 243-262. <https://doi.org/10.3390/smartcities6010012>
- Gunning, T. (2003). Re-newing Old Technologies: Astonishment, Second Nature and the Uncanny in Technology from the Previous Turn-of-the-Century. In D. Thorburn, & H. Jenkins (Eds.), *Rethinking media change: the aesthetics of transition* (pp. 39-59). Cambridge: Mit Press.
- Kittler, F. (1996). The City is a Medium. *New Literary History* (27), 717-729.
- Leroi-Gourhan, A (1993). *Gesture and Speech*. Cambridge: Mit Press.
- Mumford, L. (1961). *The city in History: Its Origins, its transformations and its Prospects*. New York: Harcourt.
- Parikka, J. (2012). *What is media archaeology?* Cambridge: Polity Press.
- Rodriguez, P. (2019). *Las Palabras en las Cosas: Saber, Poder y Subjektivación entre algoritmos y biomoléculas*. Buenos Aires: Editorial Cactus.
- Simondon, G. (2017). *On the Mode of Existence of Technical Objects*. London: Univocal.
- Smaniotto Costa, C., Šuklje Erjavec, I., Kenna, T., de Lange, M., Ioannidis, K., Maksymiuk, G., de Waal, M. (Eds.) (2019). *CyberParks – The Interface Between People, Places and Technology - New Approaches and Perspectives*. Cham: Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-13417-4>
- Smaniotto Costa, C., Volzone, R., Ruchinskaya, T., del Carmen Solano Báez, M.; Menezes, M., Ercan, M.A., & Rollandi, A. (2023). Smart Thinking on Co-Creation and Engagement: Searchlight on Underground Built Heritage. *Smart Cities*, 6, 392-409. <https://doi.org/10.3390/smartcities6010019>
- Stiegler, B. (2014). *Symbolic Misery. The Hyper-Industrial Epoch*. Cambridge: Polity Press.

**Smart City as Participatory Environment:
An Archaeological Exercise on How to Build a Political Community**

- Toomey, A. H., Strehlau-Howay, L., Manzolillo, B., & Thomas, C. (2020). The place-making potential of citizen science: Creating social-ecological connections in an urbanized world. *Landscape and Urban Planning*, 200. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2020.103824>
- Weber, M. (2005). *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. London: Routledge.
- Virilio, P. (2006). *Speed and Politics*. Los Angeles: Semiotexte.

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

Felipe Moura Oliveira

Universidade Federal do Ceará, Brasil - felipe.moura.o@hotmail.com

Joseane de Carvalho Leão

Universidade Estadual do Piauí, Brasil - joseane@ccsa.uespi.br

Resumo

Os Blockchain games ou jogos de tokens não-fungíveis (jogos NFT) são representações de mundos reais, em contexto digital, que têm o propósito de gerar uma concentração econômica para os usuários. Dessa forma, eles rompem o conceito clássico de jogos – finalidade diversão – e passam a representar, até mesmo, uma fonte de renda para seus jogadores. Porém, percebe-se que, devido aos mecanismos usados nesses mundos e à velocidade que pretendem crescer devido à concorrência, eles se tornam insustentáveis, não passando de pirâmides financeiras. Para isso, questiona-se de que forma pode-se implantar mecanismos

de jogos tradicionais nos blockchain games para maximizar a sua entrega de valor aos seus usuários. A metodologia para solucionar este problema é indutiva, tendo abordagem qualitativa, natureza básica e finalidade exploratória e explicativa, sendo apoiada pelo uso de questionários com perguntas semiestruturadas para usuários desses games. Por fim, concluiu-se que a sugestão proposta por este trabalho atua de forma eficaz para solucionar os principais problemas destes mundos virtuais que se apresentam como uma realidade para a economia global.

Palavras-chave: Jogos NFT, pirâmides financeiras, sustentabilidade.

No Camels nor Tunics, Just Pyramids: Perspectives of Sustainability in NFT Games from the Perspective of Users

Abstract

Blockchain games or non-fungible token games (NFT games) are representations of real-world scenarios in a digital context, aimed at generating economic concentration

for users. In this way, they break the classical concept of games as purely for entertainment and become a potential source of income for players. However, it is observed that due to

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

the mechanisms used in these virtual worlds and the speed at which they aim to grow, driven by competition, they become unsustainable and nothing more than financial pyramids. Therefore, the question arises as to how traditional game mechanisms can be implemented in blockchain games to maximize their value delivery to users. The methodology employed to address this problem is inductive, with a

qualitative approach, basic nature, and exploratory and explanatory purpose, supported by the use of questionnaires with semi-structured questions for users of these games. Finally, it was concluded that the suggestion proposed in this work effectively addresses the main issues of these virtual worlds, which are emerging as a reality for the global economy.

Keywords: NFT games, financial pyramids, sustainability.

1. INTRODUÇÃO

Camelos, túnicas e pirâmides são elementos comumente encontrados no Egito, um país que liga o nordeste da África ao Oriente Médio. Porém, o título deste trabalho é uma ironia sobre estes elementos, tendo cada um uma representação. Segundo a Bíblia, o camelo é “o mais valioso de todos os animais nas desertas regiões do oriente”, além de ter a serventia de “levar pessoas” (Bíblia Sagrada: Nova Almeida Atualizada, 2017, 1 Sm 30, 17), “para transportar cargas, e para puxar carros” (Bíblia Sagrada: Nova Almeida Atualizada, 2017, Is 21, 7). A túnica, por sua vez, representa o pudor e o senso de viver em sociedade, sendo uma roupa comprida e folgada que as pessoas antigamente usavam. Por fim, há a explicação da pirâmide que, para este trabalho, é vista, em seu sentido metafórico, como um esquema cuja base é larga e o topo é estreito, no qual os participantes vão expandindo atuação, elevando a sua participação, resultando em poucas pessoas no topo. Nesse contexto, as pirâmides financeiras são insustentáveis.

O título retrata uma atividade comercial que prospecta pessoas para entrarem em um sistema financeiro insustentável. Apesar de terem o conhecimento dessas ações fraudulentas, essas pessoas que iniciam os esquemas financeiros não têm o pudor (túnica) perante a sociedade da inicialização desses negócios. Elas prospectam, transportam (camelos). Pessoas para os seus esquemas financeiros (pirâmides) e, geralmente, obtém lucros. Finalmente quando a pirâmide não se sustenta mais, esses criadores somem e deixam os prejuízos para os usuários.

Este trabalho tem como objetivo estudar a relação entre a economia digital e os

impactos para a população global, utilizando o Brasil como uma fonte de pesquisa. De acordo com uma pesquisa no site *Google Trends* (2022)¹, podemos observar que as buscas na internet por criptomoedas surgiram, de forma global, a partir de 2009, tendo um topo de buscas em 2021. No Brasil, o início das buscas se deu em 2017, tendo o seu pico coincidido com o global. A pandemia da doença do coronavírus (COVID-19) impulsionou os investimentos e permitiu que outros fatores fossem criados. Cada criptoativo possui seu próprio protocolo de criação e operacionalização. O criptoativo é uma representação de valores que só existe em mundo virtuais, geralmente, sem elo com o mundo real.

Antes de prosseguir, é necessário introduzir os principais conceitos abordados por este estudo. Um criptoativo se comporta como um bem digital que cada usuário (habitante ou jogador do mundo virtual) recebe como forma de premiação (mecanismo de jogo). Dessa forma, gerando uma motivação intrínseca e extrínseca (outro mecanismo, eles são a felicidade e a remuneração respectivamente). Além disso, o *Blockchain* se comporta como uma rede, extremamente transparente, de contratos inteligentes. Os jogos NFT operam em redes de contratos inteligentes (*blockchain*). Elas possibilitam que o usuário tenha acesso a ativos digitais (*assets*).

Este estudo analisa a sustentabilidade dos jogos baseados em *blockchain*. Destacamos que o estudo do *blockchain* não é o foco do trabalho, pois ele atua com uma rede transparente e extremamente segura e confiável. Porém, a estratégia dos jogos mencionados coloca em risco os investimentos realizados por seus usuários. O foco deste estudo é sobre as estratégias adotadas pelos desenvolvedores desses jogos que adotam o livro-razão inteligente (*blockchain*) para gerar produtos únicos e não substituíveis. A sustentabilidade, neste caso, se comporta como um meio para se manter no mercado, gerando lucros e obtendo vantagens competitivas.

Partindo disso, a economia passou por alterações e incorporou elementos do mundo digital. O mundo real abriu espaço para o mundo virtual (Jogos NFT). A economia digital refere-se às atividades econômicas que utilizam tecnologias de computação, ou seja, produtos e serviços baseados em um ambiente virtual. Aumentando progressivamente, interações e trabalhos estão migrando para o ambiente digital.

1 O Google Trends é uma ferramenta de avaliação de dados que permite que os usuários personalizem as pesquisas por termos e frases relevantes e monitorem as tendências de SEO em qualquer período definido. A pesquisa de palavras-chave é a etapa para descobrir quais tipos de palavras e frases geram o maior interesse do público, cliques internos e tempo de permanência para melhorar o posicionamento do site. O link da pesquisa está disponível em <<https://trends.google.com.br/trends/explore?date=all&geo=BR&q=criptomoeas>>, acessado em 06/03/2022.

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

Com as novas relações sociais, principalmente catalisadas com a internet, há a necessidade de entender que os conceitos básicos da economia precisam ser utilizados nos novos mundos digitais (o mundo dos *blockchain games*). Por se tratar de um mundo, precisa-se levar em conta as suas formas, bens e obrigações, pois cada mundo tem suas particularidades. No mundo real existem os ativos, bens e obrigações. A moeda é um ativo e ela tem funções de meio de troca, reserva de valor e unidade de conta. O Banco Central realiza a política monetária, ou seja, controla a quantidade de moeda na economia. A grande problemática para o fracasso dos jogos NFT (pressuposto principal deste estudo) pode ser a falta de controle dos seus ativos. Isso ocasiona, por muitas vezes, a falência dos mundos e prejuízos para os usuários.

Não devemos confundir os termos desta pesquisa. Os jogos NFT não são jogos tradicionais, muito menos mecanismos de jogos (gamificação). Os *blockchain games* se referem aos jogos que operam em rede de criptomoedas, permitindo os jogadores/usuários a terem posse de seus ativos digitais. Enquanto jogos são apenas um sistema que coloca o jogador em uma espécie de lapso temporal de fluxo por meio de regras e define um vencedor e ganhador. Por outro lado, os mecanismos de jogos referem-se aos padrões adotados pelo jogo em sua utilização, não se limitando apenas a jogos, mas também estando presentes no mundo real, como por exemplo, em um sistema de cartão de crédito que usa milhas ou até mesmo em programas de fidelização de clientes.

Voltando aos mundos digitais, eles possuem características próprias, mas todos possuem seus métodos de pagamentos, ativos, passivos e subclassificações. Estes elementos são classificados e denominados de contabilidade dos jogos NFT. A contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade, dessa forma, o objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio. A contabilidade digital não é diferente, mas ela vai pesquisar as relações com os patrimônios digitais de uma pessoa ou organização específica.

Ressaltamos que as transações financeiras em mundos digitais acontecem por meio de criptomoedas, ou seja, as moedas digitais. No entanto, surge a questão se elas realmente podem ser classificadas como moedas. A moeda é o objeto de uso geral, utilizado na troca de bens e serviços, tendo uma pseudo estabilidade para que garanta seu valor de compra mediante o mercado externo. As criptomoedas, porém, não possuem garantia. Elas variam de forma instantânea e podem perder até mesmo seu

valor total² de formas inesperadas, além de poder ganhar valor de forma imprevisível. Pode-se perceber que os ativos digitais possuem um grande problema quanto a sua estabilidade, mas ainda são investimentos, classificados como de alto risco.

Este estudo tem importância para a sociedade em geral, tanto acadêmica quanto para o mercado. A importância para a sociedade se dá por meio do acesso à informação de qualidade que alerte sobre os riscos deste investimento, além de fornecer fontes científicas para pesquisas futuras sobre este tema que ainda é pouco difundido com os moldes científicos, passando por análise em critérios técnicos. Por outro lado, para o mercado, é mister o aprimoramento do conhecimento por meio de uma criteriosa análise de jogos NFT já disponíveis no mercado, identificando a incorporação de mecanismos de jogos para que sua sustentabilidade seja atingida sem que haja a falência de seu sistema, nem ele se transforme em uma pirâmide financeira, por meio de estudo científico sobre o fato.

A pirâmide é uma figura arquitetônica típica do Egito Antigo, ela é larga em sua base e vai se estreitando na medida em que vai crescendo. Atualmente, os jogos NFT necessitam de uma grande quantidade de novos usuários (pessoas que ficam na base) para que os antigos sejam remunerados. Geralmente, os mundos virtuais que utilizam criptoativos cobram uma taxa de aquisição para o sistema, possivelmente a compra de um token não fungível³, um ativo virtual. Com esse dinheiro, eles remuneram os jogadores mais antigos, que vão vendendo seus bens e saindo dos mundos, dessa forma, o valor dos bens e das moedas nos jogos NFT vão perdendo valor até se tornar insustentável, em outras palavras, inviável.

Este estudo tem o Objetivo Geral de analisar jogos de tokens não fungíveis sob a ótica de sustentabilidade e entrega de valor. Auxiliando o objetivo geral, foram adotados os seguintes objetivos específicos: (1) diferenciar, com base na literatura, os jogos de entretenimento para os jogos NFT; (2) identificar na perspectiva de usuários riscos e benefícios de *blockchain games*; (3) identificar pontos de melhoria para sua sustentabilidade.

2 Na data 12/05/2022 a criptomoeda Terra (LUNA) perdeu 100% do seu valor de mercado, saindo de 120,00 dólares para 00,0001 dólares, de forma repentina e rápida, causando incômodo em investidores, abalando assim, todo o mercado desta economia digital, forçando a criação do sentimento de desconfiança e desencorajando a entrada de novos investidores neste ramo.

3 O termo significa que aquela coisa não pode ser substituída, nem trocada, porque tem propriedades ou características exclusivas. <https://direitodigitalcast.jusbrasil.com.br/artigos/1267679411/o-que-e-nft-non-fungible-token#:~:text=Se%20dissermos%20que%20uma%20coisa,tem%20propriedades%20ou%20caracter%C3%ADsticas%20exclusivas.>

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

Este trabalho está estruturado de acordo com uma sequência lógica dos fatos e objetos de estudo. A primeira seção diz respeito a introdução do trabalho, apresentando a pergunta de pesquisa, os objetivos e a relevância deste trabalho para a academia, sociedade e mercado. A segunda seção é referente ao referencial teórico e ela está dividida em subseções. Na terceira seção tratamos da metodologia da pesquisa, em resumo, este trabalho se comporta como uma pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas. Na quarta seção realizamos a análise de resultados, temos a análise do discurso dos entrevistados e a análise da sustentabilidade de jogos NFT, para este feito é utilizado o Quadro de Modelagem Gamificada (Oliveira & Farias, 2020). A quinta e última seção é referente às considerações finais do trabalho, apresentando as suas delimitações e propostas de trabalhos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Economia na era digital

Esta subseção foca em meios externos à economia tradicional, optando por entregar valor à sociedade por meio do Sistema Defi (*decentralized finance*) cujas características podemos apontar: instabilidade por não possuir lastro de garantia (Coutinho & Tabak, 2003), economia descentralizada (Sarai & Gueiros, 2021), maior segurança na transação (Teixeira, Yamashita & Batista, 2022), manutenção por código fonte. Além disso, existe a *Blockchain*, ela é um livro-razão inalterável e compartilhado por todos em uma rede. É como se ela fosse uma parte de um cubo mágico perfeito, coloca-se essa parte no cubo e não pode ser retirada, além disso, todos que possuem acesso a ele podem verificar se está correto. De acordo com Ferreira, Pinto e Santos (2017), o *blockchain* também pode operacionalizar com direitos autorais, imagens, músicas, terrenos virtuais, entre outros tokens não-fugíveis. Em primeiro momento, foca-se em estudos sobre os parâmetros econômicos no meio digital. Os principais conceitos a serem abordados e discutidos são: (1) escassez; (2) deflação e inflação dos criptoativos; (3) poder de compra; (4) oferta e demanda; (5) lastro aparente.

Tokens não-fungíveis são, portanto, classificados como um item digital que não pode ser substituído, trocado, destruído ou copiado. Mesmo que existam cópias daquele produto, o NFT original é o único que atesta, justamente, uma originalidade.

Em alguns casos, o artista ou dono do NFT pode criar mais de uma unidade de sua obra, mas geralmente só existe uma versão para a maioria dos NFT.

Para organizar e metodizar o estudo dos principais conceitos de economia, que devem ser estudados na era digital, houve uma divisão que respeita a sistematização de ideias, facilitando a leitura e compreensão para o leitor.

2.2 Conceitos de economia na era digital

Em primeiro momento, precisamos entender como ocorre a escassez em um mundo virtual, haja vista que ele (o mundo) não está vinculado a nenhum bem do meio físico, tendo uma infinidade de possibilidades para recursos. De todos os investimentos, os investimentos no meio virtual são os mais voláteis e inseguros (Lazo, Medina, Almeida & Talavera, 2021), pois representam novas possibilidades de mundo não explorados e sem conexões com o mundo fixo. Por exemplo, as ações são pedaços de empresas (Antunes & Procianoy, 2003), os fundos imobiliários são pedaços de imóveis (Scolese, Bergmann, Silva & Savoia, 2015), o tesouro direto representa a crença no Estado brasileiro (Aranha & Sacramento, 2013). Então, a escassez na era digital é entendida como um desafio a ser entendido na atual concepção da criação de valor e sustentabilidade em mundos digitais (Lima, 2005).

Outro ponto a ser abordado é a ideia de deflação e inflação. Nas palavras de Cardoso (2019), elas podem ser entendidas como o ganho de valor em massa dos ativos digitais (*assets* digitais) ou a perda de valor inesperada, respectivamente. É sempre importante entender por outros vieses os conceitos tradicionais discutidos amplamente na economia.

De acordo com o conhecimento popular, baseado em Bouoiyour, Selmi, Tiwari & Olayeni (2016), em meados de 2010, um programador húngaro comprou duas pizzas por 10.000,00 *Bitcoins*. Na época, o *bitcoin* não possuía poder de compra para absolutamente nada, a quantidade de unidades necessárias para realizar essa transação explica isso. O *bitcoin* já chegou a valer 70.000,00 dólares em 2021, isso mostra um rápido poder de compra.

Por fim, há a necessidade de entender conceitos de oferta e demanda no meio digital e lastro aparente. Para Camacho e Silva (2019), no meio digital a demanda pode chegar a números extremamente expressivos. Para acompanhar isso, a oferta pode se manter inabalável (provocando o aumento do valor dos ativos digitais) ou ela pode ser emitida e lançada no mercado (causando queda em seu valor). Esse problema é

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

muito comum em moedas que não possuem um lastro para medir e assegurar seu valor, como por exemplo, ativos no mundo real como ouro ou dólar (Ferrarezi, 2020).

2.3 Jogos, *blockchain games* e mecânicas de jogos

Após entender sobre a economia global e suas inovações, principalmente na era digital, faz-se necessário explorar o conceito de Jogos NFT (*non-fungible tokens*⁴). Esses são **jogos**⁵ que não almejam apenas a diversão, mas também oferecem uma oportunidade de remuneração de seus jogadores, participando, dessa forma, da nova economia global (Lacerda, 2022). O conceito de jogo pode ser obtido a partir da discussão entre Kapp (2012) e Salen e Zimmermam (2004), chegando à conclusão de que jogo é um sistema em que os jogadores se envolvem em um desafio abstrato, definido por regras, interatividade e feedback, resultando em uma saída quantificável e frequentemente provoca uma reação emocional, ou seja, a diversão.

Desse modo, é necessário entender conceitos inerentes a este estudo, principalmente sua abordagem histórica. No ano de 2008 d.C., o mundo tomou conhecimento sobre o surgimento do primeiro projeto da criptomoeda primogênita da história, a *bitcoin*.

Por outro lado, é importante falar sobre a gamificação dos NFTs. Primeiramente, nas palavras de Pesserl (2021), um NFT vem do inflês *non-fungible token*. São tokens não fungíveis, ativos virtuais únicos que levam um código exclusivo em sua criação. Bens fungíveis têm seu valor determinado e podem ser substituídos por outros da mesma espécie, quantidade e qualidade, como o dinheiro impresso. A gamificação (Alves, 2015), gamification (Deterding, Dixon, Khaled & Nacke, 2011) ou gameficação (Araújo, 2012) corresponde ao uso de mecanismos de jogos orientados ao objetivo de resolver problemas práticos ou de despertar engajamento entre um público específico (Vianna, Vianna, Tanaka & Medina, 2013).

No universo das criptomoedas, a gamificação é utilizada como recurso financeiro e vem se destacando no atual mercado digital, sendo referência para a nova economia digital. A mecânica de jogo mais utilizada é a *'play-to-earn'*, ela consiste na compra em massa de ativos ligados a determinado mundo virtual e após isso, os usuários têm acesso aos jogos NFT (Boonparn, Bumrungsook, Sookhnaphibarn & Choensawat, 2022). NFT quer dizer token não fungível, ou que não pode ser trocado ou substituído em virtude de suas características exclusivas ou propriedades. Por outro lado, fungível significa algo que pode passível de ser substituído por outra coisa de mesma espécie, qualidade, quantidade e valor. Acessado em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>, na data 14/05/2022.

5 Porém, são diferentes dos tradicionais como já explicado anteriormente no texto.

2022). No entanto, esta não é a única mecânica utilizada nos jogos para a sua captação de clientes e gerar receita.

A utilização da gamificação no mercado financeiro não é novidade. Segundo Oliveira e Graças (2020), os cartões de crédito, com objetivo de fidelizar seus clientes, utilizam mecanismos de jogos como, por exemplo, os sistemas de pontuação ou até mesmo *cashback* que funciona como sistema de recompensas. Atualmente, existem cartões que oferecem o sistema de *cashback* em cripto, mostrando que a gamificação dos tokens não fungíveis já é realidade.

Os jogos baseados em tokens não-fungíveis, contudo, são insustentáveis e acabam quebrando. Comportando-se como enormes esquemas de pirâmides. Eles se sustentam apenas quando possuem uma grande base de novos usuários que servem para remunerar os antigos usuários. Por essa razão, a maioria dos mundos virtuais acabam falindo o jogo e descumprindo com obrigações para clientes (Sallaberry, Silva, & Flach, 2019).

Em outras palavras, o sistema de contratos inteligentes é de extrema importância para os jogos NFT, pois permite que seus usuários tenham acesso a itens únicos, não replicáveis (Momo, 2019). A *blockchain* é extremamente segura e não é alvo deste estudo, por outro lado, a maneira como estão sendo feitas as estratégias dos jogos é questionável. A *blockchain* permite que os usuários tenham posse de seus ativos digitais (Araki, Silva, Gomes & Brandão, 2018).

A regra dos Jogos NFT pode ser explicada por Souza e Amaral (2022) como: jogar e ganhar, negociar se puder (dentre as negociações podem-se observar os ativos digitais disponíveis na plataforma). Dessa forma, eles conceituam a mecânica *play to earn*. O *Blockchain* revolucionou os jogos e eles se tornaram meios de ganhar ou perder dinheiro.

2.4 Pirâmides financeiras

A pirâmide financeira já é conhecida em departamentos de polícia e até em lei (Lei 1.521/51). Ela é um esquema comercial que pode envolver ou não algum produto para venda. As vítimas são atraídas com a promessa de uma remuneração elevada, mas existem regras. Elas precisam aderir e levar novos membros para o negócio (Faria, 2009). Começou a ser chamada de pirâmide, pois as primeiras pessoas que entram estão em uma base. À medida que convencem outras pessoas a entrarem, elas vão se elevando e deixando a base mais larga, parecendo realmente com uma pirâmide

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

(Santos, Spers & Cremonesi, 2017). Esse crime está previsto em lei, no fragmento abaixo pode-se perceber a preocupação legal com essa prática:

Art. 2º. São crimes desta natureza:

(...)

IX - obter ou tentar obter ganhos ilícitos em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas mediante especulações ou processos fraudulentos (“bola de neve”, “cadeias”, “pichardismo” e quaisquer outros equivalentes). (BRASIL, 1951, [s/p])

Dentre os principais perigos que os jogos NFT apresentam, podemos destacar, nas palavras de Almeida, Rall e Almeida (2011), o *Scam*, que é um projeto criado para atrair investidores e quando ele está com um alto valor de mercado, os criadores, ou baleias (pessoas com grande quantidade monetária), realizam a puxada de tapete, ou o *rug and pull*. Vendem a sua moeda, de acordo com a Lei da Oferta e da Procura. Quando há muitas moedas vendidas no mercado sem que haja demanda suficiente, ocorre uma queda em seu valor. A queda pode ser imensa e o token pode perder seu valor por completo, prejudicando outros usuários.

Outro perigo que podemos citar são as fraudes, elas podem ocorrer em todos os sistemas financeiros, não apenas em jogos NFT, todos estão suscetíveis a falhas. Ela pode ocorrer em jogos NFT por meio de cliques em botões intuitivos gerados por hackers em utilização de pop-ups de computadores, dessa forma, a vítima clica e possui suas senhas vazadas para eles. Isso é chamado por Silveira, Realan e Amaral (2017), como *phishing*. Podemos citar que o *phishing* é comum ao receber *e-mails* falsos e a vítima, ao clicar, pensando que eram verdadeiros, tem seus dados clonados, até mesmo, os dados de sua carteira virtual.

Mas há um questionamento importante acerca do tema. Esse questionamento é sobre a validade de provas jurídicas em meios de *blockchain*. Sobre isso, podemos relatar que, nas palavras de Lucon (2022), é chamado de descentralização. Ele consiste em reduzir custos e ainda diminui o risco de falha e interferência de motivações humanas, como corrupção.

Somado a isso, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em decisão inédita, permitiu o registro de autenticidade de documentos que constituíam meios de prova, por meio da plataforma *blockchain*.

2.5 Moedas e criptomoedas

O conceito de moeda já é amplamente discutido em aspectos econômicos e legais. Para a economia, nas palavras de Keynes (2017), moeda é elemento em que os contratos e contratos de preços são cancelados, e na forma em que o estoque de poder de compra geral é mantido. Então, a economia prevê uma pseudoestabilidade nas dotações monetárias para que um ativo seja considerado uma moeda.

Já no viés legal, para que uma *criptocurrency* (criptomoeda) venha a ser considerada moeda, é necessário que seja instituída por lei, o que atualmente não existe no país em estudo até a data desta pesquisa, sendo a oficial do Brasil o Real, nos termos do art.1º da Lei 9.069/95.

Art. 1º A partir de 1º de julho de 1994, a unidade do Sistema Monetário Nacional passa a ser o REAL (Art. 2º da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994), que terá curso legal em todo o território nacional.

§ 1º As importâncias em dinheiro serão grafadas precedidas do símbolo R\$.

§ 2º A centésima parte do REAL, denominada «centavo», será escrita sob a forma decimal, precedida da vírgula que segue a unidade. (BRASIL, 2013, [s/p])

Por outro lado, podemos estudar as definições de moedas eletrônicas relatadas no art. 6º, inciso VI da Lei 12.865/2013. Dessa forma, esse mecanismo eletrônico possibilita ao usuário finalístico a efetuação da transação de pagamento.

Art. 6º Para os efeitos das normas aplicáveis aos arranjos e às instituições de pagamento que passam a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), nos termos desta Lei, considera-se:

(...)

V - instrumento de pagamento - dispositivo ou conjunto de procedimentos acordado entre o usuário final e seu prestador de serviço de pagamento utilizado para iniciar uma transação de pagamento. (BRASIL, 2013, [s/p])

Não se confundem com as criptomoedas, uma vez que estas, de acordo com o

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

BACEN, no item 5 do Comunicado 31.379/2017, “não são referenciadas em reais ou em outras moedas estabelecidas por governos soberanos.”

Diante de todo o exposto, percebe-se que as moedas virtuais (...), muito embora não sejam consideradas como moeda nos termos do marco regulatório atual, (...) podem ser equiparadas a um ativo financeiro (Brasil, 2016). Essa distinção representa uma grande vitória para os meios acadêmicos e mercadológicos.

Saindo dessa perspectiva de distinção, existe a necessidade de conceituar o ativo digital o art. 5º, inciso I, disposto na Instrução Normativa nº 1.888, de 3 de maio de 2019, em sua redação trouxe a seguinte definição sobre criptoativo:

[...] a representação digital de valor denominada em sua própria unidade de conta, cujo preço pode ser expresso em moeda soberana local ou estrangeira, transacionado eletronicamente com a utilização de criptografia e de tecnologias de registros distribuídos, que pode ser utilizado como forma de investimento, instrumento de transferência de valores ou acesso a serviços, e que não constitui moeda de curso legal. (BRASIL, 2019, [s/p])

Esta subseção entrega o conhecimento científico e legal acerca das distinções da definição de moeda e criptomoeda. Apesar de eles serem sistemas de troca, o primeiro é tratado como um sistema mais seguro para a fixação de preços, o segundo deve ser considerado como um ativo digital. Partindo disso, entendemos que criptomoe-das não podem ser considerados como moedas (Zumas, 2020).

3. METODOLOGIA

Este trabalho é uma pesquisa indutiva de raciocínio lógico que parte dos efeitos para a definição das causas e se comporta como uma pesquisa de natureza aplicada (Gil, 2008), abordagem qualitativa (Moresi, 2003), finalidade exploratória e descritiva (Lakatos & Marconi, 2001) e contém entrevista com perguntas semiestruturadas (Sampieri, Collado & Lucio, 2013). O estudo é de natureza aplicada, pois visa encontrar soluções para problemas reais, direcionado para um problema prático, que é a insustentabilidade dos mundos NFT. Atualmente eles funcionam como grandes esquemas de pirâmides.

A primeira etapa deste trabalho se refere aos (meios de pesquisa) procedimentos bibliográficos e documentais. O primeiro, nas palavras de Ruiz (2002), se refere à

busca em fontes que tenham um tratamento científico de dados, como por exemplo, artigos e livros, já o segundo pode ser abstraído por meio de sites, jornais, fontes que não tenham passado por um crivo científico em sua formação, mesmo assim, elas não são menos importantes para esta pesquisa em ocasião.

Sobre a abordagem qualitativa, podemos informar que este trabalho, por se tratar de uma pesquisa com a intenção de entender as dores de usuários de *Blockchain Games*, ela não se preocupa com a quantidade de dados coletados, mas sim, com a qualidade das informações obtidas.

A finalidade deste trabalho é exploratória, por se tratar de uma temática nova e pouco discutida, além de possibilitar uma maior flexibilidade do pesquisador, sem a necessidade de seguir todos os rigores científicos. A finalidade também é descritiva, pois irá elencar e descrever os elementos destacados pela população da pesquisa, apresentando uma proposta de sustentabilidade ao final do estudo.

Partindo disso, podemos entender como os procedimentos metodológicos ocorreram neste trabalho acadêmico. Então, a próxima subseção vai apresentar detalhadamente os passos dados neste trabalho como um todo, desde a população de pesquisa, passando pela confecção dos questionários e chegando à metodologia aplicada para gerar conhecimento para solucionar a problemática de pesquisa e de mercado.

3.1 Procedimentos metodológicos

O primeiro passo é a pesquisa bibliográfica. Nesta etapa, foi realizada uma busca apurada de artigos disponíveis na íntegra em bases confiáveis, respeitando a temporalidade de 2000-2022. Como se pode perceber, a literatura é recente e isso gera maior confiabilidade e apresenta o tema como uma inovação para a sociedade em geral.

O passo seguinte é referente à escolha da população de estudo. Foi delimitado que os participantes seriam brasileiros natos, ou seja, necessariamente nascidos no Brasil. Sobre a moradia, foram escolhidos 5 (cinco) participantes, um de cada região do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Entre os participantes não houve distinção de raça, nem sexo. Os participantes foram contactados por meio de uma rede social muito utilizada para a realização de postagens de fotos. O número de entrevistados foi determinado pela saturação das respostas, uma vez que outros entrevistados não contribuíram com respostas inéditas.

Em seguida, foi necessário elaborar um questionário semiestruturado de perguntas abertas para a obtenção de respostas para orientar os resultados desta pesquisa. O

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

questionário foi escrito baseado na literatura estudada na etapa referente aos meios de pesquisa, ou seja, a fase de pesquisa bibliográfica e documental. Ao ler o questionário, pode-se notar a presença dos autores que foram utilizados como base para a confecção da pesquisa.

Após a obtenção das respostas, houve a necessidade de estruturá-las e entender as necessidades de usuários dos Jogos NFT. Para isso, utilizou-se o *framework* QMG (Oliveira & Farias, 2020), que é o Quadro de Modelagem Gamificada. Esse *framework* é uma metodologia visual que estuda e apresenta soluções gamificadas para a utilização em diversos setores da sociedade. Neste caso, em específico, foi escolhido o ambiente de mundo virtual dos *Games* NFT.

3.2 Análise e discussão dos dados

Esta seção refere-se à análise dos dados obtidos por meio da pesquisa, tendo o seu foco na análise das entrevistas com 5 (cinco) pessoas que habitam diferentes regiões do Brasil (no caso, todas as regiões foram contempladas com uma pessoa). Todos os participantes com um ponto em comum, terem sido lesados por esquemas financeiros envolvendo *Blockchain Games*. Cada um dos participantes foi denominado por sua regionalidade, essa medida foi tomada para preservar as suas identidades. Por exemplo, o participante que habita na região norte, será referido neste estudo como “Norte”, assim como o participante que reside na região nordeste será chamado de “Nordeste”.

Para facilitar a organização de ideias e, conseqüentemente, a leitura deste trabalho, este estudo foi dividido em 3 (três) subseções. A primeira subseção aborda o mapeamento de jogos NFT falidos, com a exposição de seus *assets* digitais, além do motivo de seu declínio. A segunda subseção analisa a entrevista semiestruturada aplicada aos entrevistados. Por fim, a terceira subseção aborda as melhorias sugeridas para a sustentabilidade dos mundos em *Blockchain*, usando a metodologia do Quadro de Modelagem Gamificada.

3.3 Sobre os principais jogos nft insustentáveis

Antes de analisar as entrevistas, é importante entender os principais criptogames que emergiram, obtiveram um sucesso, mas logo se apresentaram insustentáveis e causaram prejuízos em seus usuários. Os principais exemplos podem ser observados

na Tabela 2 – Principais exemplos de Criptogames insustentáveis. A tabela se encontra no apêndice do trabalho. Nela, são apresentados os principais Jogos NFT para esta pesquisa, com a exposição de seus ativos digitais, além do motivo de seu fracasso.

Os ativos digitais representam imagens, apresentações, vídeos, textos, códigos de software, templates, blogs, perfis em redes sociais, avatares, roupas para avatares, acessórios virtuais, entre outros. Como se trata de meio digital, eles não apresentam componentes físicos, mesmo assim representam componentes de pessoas e devem até mesmo ser declarados no Imposto de Renda, na categoria Bens e Direitos, com fulcro na Instrução Normativa Nº 1.880, de 3 de maio de 2019, que institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (Brasil, 2019).

3.4 Sobre as entrevistas

A seguir, serão apresentados os fragmentos das declarações dos entrevistados agrupados a partir dos núcleos de sentido e temas. Esses grupos serão organizados de acordo com as perguntas disponíveis no Apêndice, podendo ser visualizado na íntegra na aba Questionário Aplicado.

A partir da exposição das declarações dos participantes, usuários de jogos NFT que foram lesados, foi possível estabelecer um parâmetro para estudo e análise. Esses parâmetros são de fundamental importância para a confecção do conhecimento científico acerca da sustentabilidade da economia digital dos jogos que rodam em redes *blockchain*.

3.4.1 *Blockchain games* mencionados

Esta subseção corresponde às respostas das 04 (quatro) primeiras perguntas respondidas pelos entrevistados (P1: Quais os *Blockchain games* você é ou já foi usuário?; P2: Qual(is) jogo(s) você acompanhou a queda?; P3: Você foi afetado?; P4: Quais os *assets* digitais você possuía?). Dentre as respostas, podemos destacar que os 5 (cinco) entrevistados começaram a responder sobre os Jogos em plataforma *Blockchain* que faliram e eles tiveram acesso, eles são: Plant vs Undead, Coin to Fish, Claim Dogs, Rise City, Fish Tank, Criptoblades e Criptocars.

Além disso, eles afirmam ter acompanhado a queda de seus investimentos realizados nessas plataformas de jogos (segunda questão disponível no formulário). Essa parte apresenta uma grande preocupação para o mercado em relação ao retorno que

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

o investimento proporcionará aos usuários, já que eles ingressam com a promessa de grandes lucros.

A terceira questão é ainda mais preocupante, pois revela que os usuários investiram quantias financeiras que não podiam arcar, como pode ser observado em suas declarações.

Sim, coloquei um valor que eu não poderia em Cryptocars e não consegui recuperar a tempo o valor que investi. A moeda do jogo foi desvalorizando até não valer mais nada e a plataforma do jogo foi fechada. Sobre o Rise City, o investimento foi pequeno e não usufruí completamente do que o jogo tinha a oferecer, mas em síntese, não consegui recuperar o que investi em nenhum dos jogos (Norte).

Sim, eu fui afetado, tive que arcar com um empréstimo que eu contrai para conseguir acessar as plataformas dos jogos. Fui atraído pela promessa de investimento certo e rápido por parte de desenvolvedores e influenciadores digitais. Após a queda eu sofri diversos problemas financeiros (Sul).

Em resumo, podemos notar o posicionamento dos outros entrevistados, como por exemplo, Sudeste: “Sim, por hackers mais nunca por queda ou por erro da *blockchain*” Centro-Oeste “Sim, perdi dinheiro em alguns desses jogos” e Nordeste “Sim, fui afetado, não gostaria de comentar sobre, foi um erro que cometi”. Dessa forma, podemos concluir que todos foram afetados pela queda do mercado.

Para finalizar esta série de questões sobre os *Blockchain Games* apresenta-se a questão 4 (quatro). Ela informa que os investidores compraram ativos digitais (*assets*). Os ativos digitais correspondem às obrigações que os mundos *blockchain* assumem em relação aos usuários e representam direitos dos usuários.

Os entrevistados expressaram diversas opiniões acerca do entendimento sobre a forma como eles foram afetados, além de deixarem claro que possuíam ativos digitais. De acordo com a literatura estudada, Pesserl (2021) assevera que é importante obter ativos digitais para obtenção de respeito em mundos digitais. Confiando nessa perspectiva, os usuários investiram nesses jogos.

Além disso, eles mencionaram semelhança nos jogos que tiveram contato, o que indica que esses jogos foram amplamente difundidos e tiveram sucesso na sua fase de lançamento. Sallaberry, Silva, & Flach (2019) asseveram que os jogos *blockchain* ne-

cessitam de uma grande difusão em suas estreias, mas o mais importante é se manter competitivo.

3.4.2 Percepção de golpe financeiro

Esta subseção corresponde às respostas das questões 05 (cinco) e 06 (seis). A quinta questão (P5: Você acha que caiu em algum golpe financeiro?) do formulário apresenta uma disparidade de ideias. Por exemplo, os participantes do Nordeste, Norte e Centro-Oeste confirmam que caíram em golpes financeiros, enquanto os do Sul e Sudeste afirmaram que não acreditam nessa hipótese. O participante do Norte afirmou: “sim, esses jogos são claramente esquemas de pirâmides”, enquanto o do Sul mencionou que “Não, eu já tinha conhecimento do alto grau de risco que este investimento apresenta”.

A sexta pergunta (P6: Mesmo com isso, você ainda sente vontade de investir em Jogos NFT?) diz respeito à vontade dos participantes de investir novamente nesses jogos. Todos os entrevistados informaram que, nas condições atuais desses jogos, não sentem vontade de investir novamente. Portanto, hoje não há condições para determinado feito. Em vez disso, preferem investir em outras modalidades virtuais, como assevera Sudeste “somente em criptomoedas”.

A maioria dos usuários acredita que caiu em golpes financeiros. O que é uma preocupação de diversos pesquisadores e órgãos, como por exemplo, Tribunal de Contas da União (2020) e Lacerda (2022). Eles afirmam que os esquemas financeiros dos jogos NFT são marcados pela promessa de altos retornos financeiros em curto espaço de tempo sem esforço, apenas jogando.

Os usuários expressaram a crença de que caíram em esquemas financeiros e que não se sentem confortáveis em voltar a investir novamente nessa modalidade. Nas palavras de Faria (2009), isso é preocupante, pois apresenta uma fragilidade do público-alvo que foi explorada com a finalidade de obtenção de ganhos financeiros por parte dos formuladores de estratégias.

Os usuários também mencionaram que um dos principais meios que contribuem para a insustentabilidade dos Jogos NFT pode ser a falta de um controle sobre a quantidade de moeda inserida nos mundos virtuais, conteúdo abordado por Lima (2005), tirando então a ideia de falta de escassez do mundo virtual. Outro ponto discutido foi a ideia da oferta e procura, ela pode ser a explicação dos efeitos de desvalorização e valorização das moedas e dos ativos digitais (Camacho & Silva, 2019).

Também foi discutida a necessidade de garantias tangíveis para os mundos vir-

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

tuais, ou seja, discussão acerca do lastro aparente para que os mundos digitais pudessem ter uma garantia no mundo real, minimizando o risco de falência e maximizando a possibilidade de sua sustentabilidade. O lastro é uma garantia física que dá valor aos bens (Ferrarezi, 2020).

3.4.3 Perspectiva de melhora

Esta subseção corresponde às respostas das questões 07 (sete) e 08 (oito). Nesta parte houve uma maior interação dos entrevistados, eles apontaram pontos a serem melhorados nessas plataformas (P7: Qual (is) sugestão (ões) de melhoria você daria para a maximização da entrega de valor por parte dos desenvolvedores de jogos em plataforma *blockchain*?; P8: Você acredita que NFT é o futuro para soluções do mundo atual?). Dentre os pontos, podemos destacar nas falas de Norte:

Uma economia mais sustentável, sem depender apenas da entrada de novos jogadores para sustentar os antigos, além de dificultar os saques disponíveis no aplicativo, gerar uma fonte de gastos interessante nos jogos.

Nesta mesma perspectiva, Sul informou:

Existe a possibilidade de criar comunidades para os jogos, nas quais os players possam se comunicar e interagir de forma mais direta, além de diminuir os lucros e aumentar a utilidade dos tokens, tanto no meio virtual quanto no mundo real.

Centro-Oeste sugeriu:

Gerar transparência da equipe de desenvolvedores, criar meios de auditorias privadas, parcerias com marcas consolidadas no mercado e a entrada de empresas do ramo de jogos tradicionais (Nintendo), por exemplo.

Nordeste completou:

Criar meios que tornem o uso da moeda interessante dentro da própria plataforma, podendo sacar apenas uma pequena porcentagem do real ganho obtido. Para organizar a primeira sugestão, explico utilizando o exemplo do Hotel Ha-

bbo, ele era um jogo normal no qual simulava um hotel, as pessoas possuíam avatares que eram hóspedes do hotel, as pessoas se sentiam motivadas a gastarem o dinheiro do mundo real para usufruir lá.

Sudeste sugeriu investir em marketing. Após a construção das sugestões de melhoria dos mundos que rodam em plataforma *blockchain*, houve a última pergunta do questionário da pesquisa. O pesquisador indagou aos entrevistados se eles acreditam que os jogos NFT são soluções para o mundo real que Norte asseverou “cryptomoe-das sim, os cryptojogos não”, Sul afirmou “sim”, Sudeste relatou “não, mas criptomoe-da sim”, Centro-Oeste informou:

Talvez seja uma ferramenta complementar às soluções, por se tratar de uma tecnologia extremamente nova, existem algumas barreiras e um longo caminho a percorrer.

Para finalizar a análise, Nordeste não se sentiu confortável em responder e relatou “não sou capaz de opinar”.

Nesta sessão foram encontrados pontos de melhoria para os mecanismos estudados. Esta parte é de extrema importância para este estudo, pois entrega valor à comunidade acadêmica e possibilita novas pesquisas sobre o tema. Silveira, Realan e Amaral (2017) informam que existe a necessidade de melhoria constante dos meios adotados nos jogos. Dentre a metodologia utilizada na análise desta melhoria, foi utilizada a QMG, ela foi desenvolvida por Oliveira e Farias (2020), ela permite a análise minuciosa das estratégias de crescimento para a sustentabilidade dos jogos NFT.

3.5 Sobre o QMG para jogos *blockchain*

O quadro de modelagem gamificada é um framework que facilita e possibilita a confecção de estratégias lúdicas (uso da gamificação, formulação de jogos tradicionais ou jogos NFT). O framework apresentado é validado tanto na comunidade científica quanto acadêmica e possui 8 (oito) quadrantes que juntos representam todos os passos fundamentais para a confecção ou melhora da estratégia de jogos. Além disso, entrega valor por meio da simplicidade da formulação de estratégias para esse meio.

Outrossim, ela acompanha os autores no processo de planejamento e possibilita um protótipo mais assertivo e com menos gargalos operacionais. Para os meios vir-

**Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides:
Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários**

tuais, mundos que rodam em plataforma *blockchain*, esse framework é a oportunidade de sistematização do pensamento dos entrevistados. As sugestões obtidas por meio das entrevistas foram alocadas nas principais categorias do quadro.

Figura 1
QMG de Jogos NFT

Como Ganhar? <i>Click to Earn</i>	Regras Gastar na plataforma; Saque Limitado; Gastar com a Comunidade	Dor do Negócio Funciona como Esquemas de Pirâmide	Autor Desenvolvedores
	Elementos de Jogos Ativos Digitais		Players Usuários
Custos Lastro no Mundo Real		Benefícios Esperados Sustentabilidade	

Após a explanação dos resultados obtidos, existe a necessidade de explicar os dados relatados no QMG (Figura 1 – QMG de Jogos NFT). Os autores Oliveira e Farias (2020) entendem Autores como o personagem que elabora a estratégia, Players como o beneficiário da estratégia, Dor do Negócio como o objeto a ser solucionado, Regras como um agente regulador da plataforma, Como Ganhar? como a mecânica do jogo, Elementos de jogos como os recursos disponíveis, Custos como os gastos e Benefícios esperados como soluções para a implantação da estratégia.

A leitura do resultado obtido pode ser feita da seguinte maneira: O *framework* foi desenvolvido para auxiliar os desenvolvedores a entregarem um produto mais completo e sustentável para os usuários, pois os jogos NFT de hoje funcionam como uma espécie de pirâmide financeira (BRASIL, 1951). Eles precisam entregar mecanismos para que os usuários gastem dinheiro na plataforma, que o saque seja limitado, que gaste com a comunidade, além de continuar funcionando com a mecânica *click to earn*. Dentre os principais custos teríamos o Lastro (Ferrarezi, 2020) com o mundo real, dessa forma, possibilitando a sua sustentabilidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os jogos NFT apresentam um pensamento triplo. Primeiro aspecto, é formado pela mídia que apresenta a novidade em modalidade de aplicação como grande feitos das últimas décadas e promete ganhos surreais para quem se interessar em entrar nesses negócios lucrativos. O segundo pensamento tem origem na literatura, pois esta apresenta uma grande preocupação com a formulação desses ambientes e os mostra como grandes esquemas de pirâmides, sendo necessária a captação de muitos novos clientes para sustentar os mais antigos. E para concluir essa tríade, observamos a terceira visão que deriva dos usuários, revelando profundo arrependimento por terem sido atraídos por promessas de ganhos elevados em curto período e tiveram suas expectativas frustradas.

Todos os objetivos desta pesquisa foram atingidos. O Objetivo Geral foi relatado na análise dos resultados, com a presença das falas dos entrevistados. O Objetivo Específico 1 foi relatado no referencial teórico, o Objetivo Específico 2 foi apresentado e discutido nas falas dos usuários e por fim, o Objetivo Específico 3 foi exposto com a formulação do Quadro de Modelagem Gamificada dos Jogos NFT.

Com a análise das entrevistas foi possível concluir que alguns jogadores entram nesses jogos com a esperança de conseguir dinheiro de forma rápida e fácil, mas se esquecem de estudar para entender a proposta do *Blockchain* game e sua perspectiva de futuro (sustentabilidade). Partindo disso, este trabalho colocou uma discussão em meio a todos os pontos levantados, o questionamento é sobre a veracidade de informações que estão disponíveis. Como este tema é direcionado, não exclusivamente, mas predominantemente, para o meio jovem, há a preocupação de suas fontes de coleta de informações, como por exemplo: Youtube, Instagram, Blogs, Influencers e até mesmo amigos.

Dentre as limitações desta pesquisa, podemos citar a baixa quantidade de textos tratados cientificamente sobre o tema (revisão por pares, publicados em revistas de renome, revisão às cegas). Dessa forma, podemos tratar essa dificuldade como uma oportunidade, pois o conhecimento gerado nesta pesquisa se apresenta como algo inovador, haja vista que transformou uma variável externa negativa em positiva. Em outras palavras, o que era uma ameaça para a confecção do trabalho se tornou uma oportunidade. Nem a pesquisa dos entrevistados, nem o tempo de resposta deles foi uma dificuldade, pois eles foram solícitos e aceitaram participar da pesquisa de forma rápida e ágil, eles colaboraram na integridade desta pesquisa.

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

Entende-se que este trabalho serve de base para diversas outras pesquisas que venham a surgir no meio acadêmico. Dessa forma, como proposta de trabalhos futuros, temos a aplicação desta proposta em diversos segmentos e empreendimentos da sociedade (que utilizam e remediam transações financeiras), não apenas em jogos NFT, como por exemplo: supermercados, empresas de companhia aérea, jogos, startups e fintechs. A sustentabilidade financeira para esses meios foi considerada como o seu fim supremo, haja vista que ela visa à continuidade do negócio por meio do uso racional de seus recursos, sempre atendendo às necessidades da organização e dos usuários que os jogos *blockchain* possuem, sem que ele se comporte como uma pirâmide financeira (base larga, cheia de usuários, topo fino, com poucos usuários, no qual o topo é alimentado financeiramente pela base).

Como proposta de estudos futuros, sugere-se a aplicação de uma pesquisa quantitativa dividida em regiões do Brasil, a fim de entender os padrões comportamentais de usuários dos jogos NFT (*blockchain games*). Além disso, existe a necessidade de validar a proposta gerada neste estudo junto com desenvolvedores desses mundos digitais, visando um maior posicionamento estratégico e possibilitando a sua sustentabilidade no mundo real (físico), haja vista que este trabalho é uma pesquisa científica, na qual ela é um conjunto de ações que visam a descoberta de novos saberes em uma determinada área.

REFERÊNCIAS

- Almeida, I. N., Rall, R., & de Almeida, O. C. P. (2011). Estudo da vulnerabilidade à coleta de informações por meio da técnica de phishing e scam na fatec botucatu. *Tekhne e Logos*, 2(3), 19-21.
- Alves, F. (2015). *Gamification: como criar experiências de aprendizagem engajadoras*. DVS editora.
- Andrade, M. D. (2017). Tratamento jurídico das criptomoedas: a dinâmica dos bitcoins e o crime de lavagem de dinheiro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, 7(3), 43-59.
- Antunes, M. A., & Procianoy, J. L. (2003). Os efeitos das decisões de investimentos das empresas sobre os preços de suas ações no mercado de capitais. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, 38(1).

- Araki, M. E., Silva, P. V. J., Gomes, L. L., & Brandão, L. E. T. (2018). Modelo de equilíbrio para lançamento de certificados de energia renovável na blockchain. *Cadernos de Gestão e Empreendedorismo*, 6(2), 66-83.
- Aranha, A. B. J., & Sacramento, F. J. S. (2013). Tesouro direto: Estudo com os professores da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque. *Revista Eletrônica Gestão e Negócios, São Roque*, 4(1), 2-27.
- Araújo, C. A. G., & Tenório, L. E. F. (2012). Proposta de um processo de Gamification utilizando redes sociais como ferramenta. *Proceedings of SBGames' 2012*, 12-15.
- Bíblia Sagrada: *Nova Almeida Atualizada* (J. Ferreira de Almeida, Trad.). (2017). Sociedade Bíblica do Brasil.
- Bitcoin Pizza Day: Saiba o que é e porque foi tão marcante!* (s.d.). Mercado Bitcoin - Economia Digital. <https://blog.mercadobitcoin.com.br/o-que-e-pizza-day#:~:text=Foi%20em%20meados%20de%202010,em%20troca%20de%202%20pizzas>
- Blockchain Academy*. (s.d.). Catálogo - Blockchain Academy. <https://blockchainacademy.com.br/bitcoin-p2p-x-exchanges>
- Boonparn, P., Bumrungsook, P., Sookhnaphibarn, K., & Choensawat, W. (2022). Social data analysis on play-to-earn non-fungible tokens (NFT) games. In *2022 IEEE 4th Global Conference on Life Sciences and Technologies (LifeTech)* (pp. 263-264). IEEE.
- Bouoiyour, J., Selmi, R., Tiwari, A. K., & Olayeni, O. R. (2016). What drives Bitcoin price. *Economics Bulletin*, 36(2), 843-850.
- Brasil. *L1521*. (s.d.). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l1521.htm
- Brasil. *L5172*. (s.d.). PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm
- Camacho, T. S., & Silva, G. J. C. (2019). Criptoativos: Uma Análise do Comportamento e da Formação do Preço do Bitcoin. *Revista de Economia*, 39(68).
- Cardoso, B. C. (2019). Algoritmos como “máquinas de cultura”: Notas sobre política e produção de consenso no sistema peer-to-peer Bitcoin. *Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*, 4(4).

**Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides:
Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários**

- Carvalho, C. E., Pires, D. A., Artioli, M., & OLIVEIRA, G. C. D. (2017). Bitcoin, Criptomoedas, Blockchain: Desafios analíticos, reação dos bancos, implicações regulatórias. *Fórum Liberdade Econômica*.
- Castello, M. G. (2019). Bitcoin é moeda? Classificação das criptomoedas para o direito tributário. *Revista Direito GV*, 15.
- Coutinho, P., & Tabak, B. M. (2003). Gestão Descentralizada de Carteiras. *Brazilian Review of Finance*, 1(2), 243-270.
- Deterding, S., Dixon, D., Khaled, R., & Nacke, L. (2011). From game design elements to gamefulness: defining "gamification". In *Proceedings of the 15th international academic MindTrek conference: Envisioning future media environments* (pp. 9-15).
- Fardo, M. L. (2013). KAPP, Karl M. The gamification of learning and instruction: game-based methods and strategies for training and education. San Francisco: Pfeiffer, 2012. *CONJECTURA: filosofia e educação*, 18(1), 201-206.
- Faria, L. A. E. (2009). O colapso da pirâmide financeira. *Indicadores Econômicos FEE*, 36(4), 91-98.
- Ferrarezi, R. S. L. (2020). O caminho das pedras para a tributação dos criptoativos. *Revista Tributária e de Finanças Públicas*, 142, 243-260.
- Ferreira, J. E., Pinto, F. G. C., & dos Santos, S. C. (2017). Estudo de mapeamento sistemático sobre as tendências e desafios do Blockchain. *Gestão. org*, 15(6), 108-117.
- Follador, G. B. (2017). Criptomoedas e competência tributária. *Revista brasileira de políticas públicas*, 7(3), 79-104.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. Editora Atlas SA.
- Keynes, J. M. (2017). *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. Saraiva Educação SA.
- Lacerda, G. G. V. B. D. (2022). *Manual de comunicação do mercado cripto: conteúdo de marca no contexto das criptomoedas e da gamificação de tokens* (Bachelor's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

- Lakatos, E. M., & Marconi, M. D. A. (2001). Metodologia do trabalho científico. In *Metodologia do trabalho científico* (pp. 198-198).
- Lazo, J. G. L., Medina, G. H. H., Almeida, L. F., & Talavera, A. (2021). Sistema híbrido para tomada de decisão em investimentos no mercado de criptomoedas. *Brazilian Journal of Development*, 7(2), 19577-19593.
- Lei nº 1.521, de 26 de Dezembro de 1951, Lei n.º 1.521 (1951) (Brasil). <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1951-12-26;1521>
- Lei nº 12.865, de 9 de Outubro de 2013, Lei n.º 12.865 (2013) (Brasil). <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013-10-09;12865>
- Lei nº 9.069, de 29 de Junho de 1995, Lei n.º 9.069 (1995) (Brasil). <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1995-06-29;9069>
- Lima, F. C. G. (2005). Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 35, 169-201.
- Momo, F. D. S., Schiavi, G. S., Behr, A., & Lucena, P. (2019). Business models and blockchain: What can change?. *Revista de Administração Contemporânea*, 23, 228-248.
- Moresi, E. (2003). Metodologia da pesquisa. *Brasília: Universidade Católica de Brasília*, 108(24), 5.
- Oliveira, F. M., & das Graças, R. R. (2020). Gamificação com Foco em Resultados. *Revista Valore*, 5, 204-214.
- Oliveira, F. M., & Farias, G. A. (2020). *Quadro de modelagem gamificada: manual para gamificadores*. Gráfica e editora da UESPI.
- Pessler, A. (2021). NFT 2.0: blockchains, mercado fonográfico e distribuição direta de direitos autorais. *Revista Rede de Direito Digital, Intelectual & Sociedade*, 1(1), 255-294.
- Receita Federal*. (s.d.). Receita Federal. <http://receita.economia.gov.br/interface/cidadao/irpf/2019/perguntao/perguntas-e-respostas-irpf-2019>
- Ruiz, J. Á. (2002). Metodologia científica. *Guia para eficiência nos estudos*, 13, 131.

**Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides:
Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários**

- Sallaberry, J. D., Silva, R. D. O., & Flach, L., (2019). Benefício e risco percebidos como determinantes do uso de criptomoedas em tecnologia Blockchain: um estudo com Modelagem de Equações Estruturais. *Contabilidad y Negocios*, 14(27), 118-137.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. B. (2013). Definição do alcance da pesquisa a ser realizada: exploratória, descritiva, correlacional ou explicativa. *Metodologia de pesquisa*. 5ª ed. Porto Alegre: Penso, 99-110.
- Santos, V. B., Spers, V. R. E., & Cremonesi, G. O. G. (2017). As Diferenças entre Marketing Multinível e as Pirâmides Financeiras ou “Esquema de Pirâmides”. *ReMark-Revista Brasileira de Marketing*, 16(2), 243-251.
- Sarai, L., Iwakura, C. R., & Gueiros, P. (2021). Regulação, responsabilidade e stablecoins. *Revista da Advocacia Pública Federal*, 5(1), 226-244.
- Scolese, D., Bergmann, D. R., Silva, F. L., & Savoia, J. R. F. (2015). Análise de estilo de fundos imobiliários no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), 24-35.
- Sichel, R. L., & Calixto, S. R. (2018). Criptomoedas: impactos na economia global. Perspectivas. *Revista de Direito da Cidade*, 10(3), 1622-1641.
- Silva, S. S., & Lima, B. M. (1986). Criptoconomia ou economia subterrânea. *Revista Conjuntura Econômica*, 40(8), 201-209.
- Silveira, L. A., Realan, M., & Amaral, É. (2016). Engenharia Social: Uma análise sobre o ataque de Phishing. *Anais SULCOMP*, 8.
- Sousa, R. S., & do Carmo Galiazzi, M. (2017). A categoria na análise textual discursiva: sobre método e sistema em direção à abertura interpretativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(9), 514-538.
- Souza, V. D. R., & Amaral, M. A. (2022). NFT a propriedade digital do futuro. *projetos e relatórios de estágios*, 4(1).
- Teixeira, T. B., Yamashita, R. P., & Batista, R. T. (2022). *RBDC—Real Backed Digital Currency*. *Revista LIFT papers*, 4(4).
- Tekinbas, K. S., & Zimmerman, E. (2003). *Rules of play: Game design fundamentals*. MIT press.

- Ulrich, F. (1892). Bitcoin-a moeda na era digital. *Journal*, 2, 239.
- Valadares, J. A., Oliveira, V. C., de Azevedo Sousa, J. E., Bernardino, H. S., Villela, S. M., Vieira, A. B., & Gonçalves, G. D. (2021, August). Identificação de perfis de comportamento de usuários no Ethereum utilizando técnicas de aprendizado de máquina. In *Anais do IV Workshop em Blockchain: Teoria, Tecnologias e Aplicações* (pp. 60-73). SBC.
- Vasconcellos, M. A. S. D., & Garcia, M. E. (1998). Fundamentos de economia. *São Paulo: Saraiva*, 2.
- Vianna, M., Vianna, Tanaka, S., Y., & Medina, B. (2013). Gamification, Inc.: como reinventar empresas a partir de jogos. MJV Press.
- Zumas, V. F. S. (2020). Criptomoedas, crime e investigação. *Revista Eletrônica Direito & TI*, 1(12), 8-8.

APÊNDICES

Tabela 1



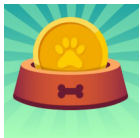




Visão geral dos respondentes

Pseudônimo	Sexo	Idade	Profissão
Norte	Masculino	23	Professor
Nordeste	Feminino	26	Médico
Centro-Oeste	Masculino	25	Advogado
Sudeste	Masculino	22	Autônomo
Sul	Feminino	20	Estudante

Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides: Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários

Tabela 2

Principais exemplos de Criptogames insustentáveis

Jogo NFT	Imagem	Ativos Digitais ⁶	Passivos Digitais ⁷	Fracasso
Plant vs Undead		Plantas; Espaços; Expansões; Moedas.	Entrar no jogo; Custo de aquisição dos itens.	Fraude; Pirâmides Financeiras.
Coin to Fish		Peixes; Ração; Moedas.	Entrar no jogo; Custo de aquisição dos itens.	Fraude; Pirâmides Financeiras.
Claim Dogs		Cachorro; Ração; Moedas.	Entrar no jogo; Custo de aquisição dos itens.	Phishing; Pirâmides Financeiras.
Rise City		Carros; Expansão; Casa; Apartamento; Moedas.	Entrar no jogo; Custo de aquisição dos itens.	Fraude; Phishing; Pirâmides Financeiras.
Fish Tank		Aquário; Peixe; Alimentação; Moedas.		Fraude; Phishing; Pirâmides Financeiras.
Criptoblades		Armadura; Moedas; Guerreiro; Armas.	Entrar no jogo; Custo de aquisição dos itens.	Phishing; Pirâmides Financeiras.
Criptocars		Carros; Moedas; Melhorias.	Entrar no jogo; Custo de aquisição dos itens.	Fraude; Phishing; Pirâmides Financeiras.

6 Ativos digitais são recursos intangíveis e valiosos, eles não são palpáveis, os ativos digitais são recursos intangíveis que fazem parte do patrimônio de um jogador, eles dependem de softwares e hardware para existir. Os ativos digitais são os bens, como o dinheiro em caixa no jogo, itens e imóveis (terrenos no mundo digital) e os direitos com outros jogadores ou o próprio jogo. Vale informar que este conceito se aplica aos *Blockchain games*.

7 Passivos digitais são obrigações intangíveis, mas de grande representatividade, não estão relacionadas ao mundo real, os passivos dos mundos blockchain são as obrigações que estes jogos implicam que o jogador tenha, isto é, as despesas feitas para a sua entrada no jogo, contas a pagar internas, para fornecedores (outros jogadores) ou ao próprio jogo. Vale informar que este conceito se aplica aos *Blockchain games*.

Tabela 3*Questionário*

Perguntas	Tema	Ação Verbal/ Relevância
01 – Quais os Blockchain games você é ou já foi usuário? (Lacerda, 2022)	Escolha dos blockchain games	Identificar quais fatores levaram a escolher o jogo em plataforma blockchain
02 – Qual (is) jogo (s) você acompanhou a queda? (Silveira, Realan, & Amaral, 2017)	Perspectiva de mudanças	Identificar quais os jogos que os participantes acompanharam em suas trajetórias
03 – Você foi afetado? (Santos; Spers; Cremonesi, 2017)	Satisfação com os blockchain games	Identificar a percepção dos usuários quanto as suas perdas.
04 – Quais os assets digitais você possuía? (Sarai & Gueiros, 2021)	Aquisição de ativos	Identificar a preferência para aquisição de bens digitais por parte dos usuários.
05 – Você acha que caiu em algum golpe financeiro? (Faria, 2009)	Percepção pessoal	Identificar a percepção sobre fraudes financeiras de cada usuário.
06 – Mesmo com isso, você ainda sente vontade de investir em Jogos NFT? (Pessler, 2021)	Perspectiva positiva	Identificar se o usuário de jogos em plataformas blockchain ainda se sente motivado a participar de alguma outra proposta.
07 – Qual (is) sugestão (ões) de melhoria você daria para a maximização da entrega de valor por parte dos desenvolvedores de jogos em plataforma blockchain? (Oliveira & Farias, 2020)	Sugestões para a cripto-economia	Identificar pontos de melhoria por parte de usuários de blockchain games.
08 – Você acredita que NFT é o futuro para soluções do mundo atual? (Tribunal de Contas da União, 2020)	Inovação no mundo real	Identificar possibilidades para implantação dessa inovação no mundo atual.

**Sem Camelos nem Túnicas, Apenas Pirâmides:
Perspectivas de Sustentabilidade em Jogos NFT pela Visão de Usuários**

Tabela 4

Síntese das respostas

Questão	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
1	Plant vs Undead e Coin to Fish	Rise City e Fish Tank	Claim Dogs	Criptoblades	Criptocars
2	Acompanhou	Acompanhou	Acompanhou	Acompanhou	Acompanhou
3	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
4	Disponíveis	Disponíveis	Disponíveis	Disponíveis	Disponíveis
5	Sim	Sim	Sim	Não	Não
6	Não	Não	Não	Não	Não
7	Sustentabilidade econômica, dificultar saques, gerar fontes de gastos	Benchmarking, parcerias	Transparência, auditorias privadas, parcerias	Investir em marketing	Criar comunidades, valorizar os tokens
8	Não	XX	Não	Não	Sim

As Práticas de Consumo de Lazer de Famílias com Crianças Autistas

Omero Galdino da Silva Junior

PPGIC, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil - omero.galdino@ufpe.br

Elielson Oliveira Damascena

PPGIC, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil - elielson.damascena@ufpe.br

Francisco Vicente Sales Melo

Universidade Federal do Ceará, Brasil - vicentemelo@ufc.br

Pamela Karolina Dias

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil - pamela_dias2009@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisou como se configuram os elementos da prática de consumo de lazer entre famílias e cuidadores que convivem com pessoas autistas. Por meio de uma pesquisa qualitativa básica virtual, realizou-se entrevistas de campo semiestruturadas e de autorrelato. Foi possível identificar elementos que caracterizam a prática de consumo dessas pessoas a partir da adaptação de materiais em decorrência do transtorno da criança e orientações de profissionais para a vivência do lazer em família. A incompreensão do autismo por parte dos familiares, a ausência de espaços públicos para promoção do lazer para a rede de

apoio e o medo do constrangimento em espaços privados, se manifestaram como algumas das barreiras à prática de consumo de lazer. Entende-se que se faz necessária uma articulação entre as esferas públicas e privadas na oferta de materiais e competências para suprir a carência dessa população, especialmente no que se refere ao lazer visto que se trata de um hábito que nem sempre é praticado por falta de ambiente adequado. Esta pesquisa indica caminhos que podem ser seguidos para que haja mais políticas públicas e iniciativas privadas condizentes com as necessidades das famílias analisadas.

Palavras-chave: Teorias da prática, transtorno do espectro autista, pesquisa transformativa do consumidor, lazer.

The Leisure Consumption Practices of Families with Autistic Children

Abstract

This article analyzed how the elements of leisure consumption practice are configured among families and caregivers who live with autistic people. Through a virtual basic quali-

tative research, semi-structured field and self-report interviews were carried out. It was possible to identify elements that characterize the consumption practice of these people from the

adaptation of materials as a result of the child's disorder and guidance from professionals for the experience of leisure with the family. The lack of understanding of autism on the part of family members, the lack of public spaces to promote leisure for the support network and the fear of embarrassment in private spaces, manifested themselves as some of the barriers to the practice of leisure consumption. It is understood that there is a need for articula-

tion between the public and private spheres in the provision of materials and skills to meet the needs of this population, especially with regard to leisure, since it is a habit that is not always practiced due to lack of suitable environment. This research indicates paths that can be followed so that there are more public policies and private initiatives consistent with the needs of the analyzed families.

Keywords: Theories of practice, autistic spectrum disorder, transformative consumer research, leisure.

1. INTRODUÇÃO

O número de pessoas que possuem o Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem crescido ao redor do mundo no passar dos anos (OMS, 2019). Uma vez que 1 em cada 160 crianças têm o TEA (OPAS Brasil, 2017), pesquisadores se encontram diante de um tema complexo que impacta em diversos contextos, inclusive o empresarial. Desse modo, analisar o comportamento de consumo de lazer por parte de pessoas que convivem com o autismo pode trazer benefícios para a sociedade, a partir da evidência de sugestões para melhorar a qualidade de vida e fomentar novas análises a respeito desses sujeitos.

Atualmente, nas sociedades ocidentais ou onde a cultura do consumo se faz presente, percebe-se que a prática de consumir é uma forma de integração social, permitindo que o indivíduo ocupe espaços, crie sua identidade e seja reconhecido como cidadão (Taschner, 2010). Diante do crescimento dessa cultura, inclusive para esses sujeitos, a perspectiva do bem-estar do consumidor passa a ser considerada, surgindo órgãos governamentais e não-governamentais agindo em defesa desses indivíduos (Mick et al., 2012).

Ainda há poucos estudos que trazem o impacto de ter uma criança com autismo na família (Allen, 2021; Munteanu & Dillenburger, 2009) ou que se debruçam sobre

o lazer de famílias que convivem com a deficiência (Mactavish & Schleien, 2004). Mesmo a literatura indicando o impacto positivo que o lazer pode trazer para as crianças autistas, a partir da inclusão social (Silva & Vieira, 2018) gerada pelo lazer coletivo e passeios, ainda se sente falta de pesquisas que aprofundem o entendimento das práticas de lazer turístico. Nessa perspectiva, há estudos que analisaram a fluidez de comunicação da criança e a renda da família (Dias, Costa, & Barbosa-Medeiros, 2021), e como o cotidiano e o lazer das crianças e das pessoas cuidadoras são afetados (Carvalho-Filha, Castro, Moraes-Filho, & Nascimento, 2018). Portanto, observa-se que a temática sobre o lazer é importante porque envolve o cotidiano, a inclusão e qualidade de vida da família, assim como, ainda há questões que precisam ser analisadas, a exemplo do que se propõe nesta investigação.

Justifica-se, portanto, se debruçar no pela lacuna teórica mencionada e a possibilidade de lançar um olhar sobre esse público no que diz respeito às práticas de consumo de lazer dos cuidadores que convivem com crianças com TEA (Allen, 2021). Para essa compreensão, utilizou-se da teoria da prática visto que possibilita acessar as ações que ocorrem no cotidiano familiar. Ainda que o termo 'prática' seja comumente visto com um significado coloquial (Anacopoulo, 2015), pensar apenas na prática como a atividade-fim realizada pelos indivíduos, não é o que se propõe na teoria da prática e nem neste estudo: é preciso entender em que bases sociais ela cresce, cria significado, se reproduz e morre (Santos & Silveira, 2015).

Assim, procurou-se entender a conexão entre os elementos que formam a prática e como sua dinâmica é crucial para analisar a ordem social (Shove et al., 2012). Na perspectiva do consumo, os participantes atuam como protagonistas da prática, colaborando e disseminando entre si em um processo inovativo e criativo. Considerando as idiossincrasias do comportamento de autistas em contextos sociais, questiona-se: **Como se constitui a prática de consumo de lazer em contextos familiares com crianças autistas?**

Para isso, conhecer os conceitos e analisar como eles se relacionam na construção das práticas de consumo possibilitará entender de uma perspectiva teórica em que bases se dá esse fenômeno. Como estudos a respeito do tema ainda são incipientes na literatura (Guedes & Tada, 2015), essa pesquisa contribui no reconhecimento das necessidades deste público e na possibilidade do surgimento de novos produtos e serviços mais personalizados para o atendimento de seus anseios e busca de inclusão social.

2. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Os primeiros estudos envolvendo o tema autismo foram elaborados por Kanner (1943), que considerou o transtorno como uma falha no desenvolvimento social e na necessidade de pertencimento a um grupo. Mesmo que posteriormente viesse a ser ressignificado e agrupasse diversas variações, foi somente no século XXI que o TEA passou a englobar síndromes como Rett e outras que compõem o espectro (APA, 2014).

De acordo com o Manual Estatístico e Diagnóstico da Associação Americana de Psiquiatria (DSM), alguns fatores são considerados no momento do diagnóstico. Os critérios não são estáticos e foram sendo revisitados ao longo do tempo com o intuito de auxiliar no processo de diagnóstico, principalmente, nos primeiros anos de vida, quando já é possível a observação de características pertinentes ao transtorno (APA, 2014).

O DSM V traz três descrições de déficits: (i) Déficits na reciprocidade sócio emocional; (ii) Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social; e (iii) Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, e são considerados outros aspectos para classificação da gravidade como “prejuízo em comunicação social e em padrões de comportamento restritos e repetitivos” como, por exemplo, “movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos; insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (APA, 2014, p. 51).

As características mais comuns acerca do TEA são: (i) prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social; (ii) atraso na fala; e (iii) sinais motores, tais como “caminhar na ponta dos pés”. (APA, 2014). Dentre outros pontos que levam um indivíduo a ser diagnosticado com autismo, de acordo com Wong et al. (2015), estão a dificuldade na socialização e comportamentos e interesses repetitivos. É comum observar, portanto, a repetição nos hábitos sociais e outras rotinas.

Famílias com membros que desenvolvem algum transtorno, passam por esse momento de ‘perda’ do filho ‘ideal’. Esse sentimento perpassa pelos âmbitos emocionais, físicos ou intelectuais, sendo que muitas vezes existe a combinação de ambos os sentidos (Simões, 2012). Percebe-se que, quanto mais esse transtorno se revela na criança, maior vai ser o desenvolvimento das habilidades da mãe (Bentenuto et al., 2020).

Existe, então, uma sobrecarga da e na figura materna, que às vezes abandona suas atividades para auxiliar o filho autista. Isso se dá sobretudo pela perspectiva históri-

co-cultural que atribui ao feminino a função do cuidado com maior protagonismo e dedicação (Pinto et al., 2016). A falta de estrutura e serviços que apoiem a rotina dessas famílias é, conforme observado, algo comum no relato dos responsáveis (Brewer, 2018; Bessette et al., 2016). Geralmente, o cotidiano da pessoa cuidadora muda, pois as atenções se voltam para os obstáculos na socialização e nas habilidades a serem desenvolvidas (Carvalho-Filha et al., 2018).

3. PRÁTICAS DE CONSUMO DE LAZER

No que diz respeito ao consumo, Warde (2017, p. 86) elucida que, para realizar boa parte das práticas, o indivíduo precisa consumir. É notório que há uma modificação das atividades exercidas pelos membros da família, sobretudo os cuidadores diretos como os pais, com vistas a fornecer bem-estar ao indivíduo com deficiência (Althoff, 2005).

O lazer em família constitui uma importante atividade para o desenvolvimento mental e inclusão dos indivíduos, pois concentra em si aspectos educativos e lúdicos e a mãe pode desempenhar um papel importante nessas atividades (Messa et al., 2005), bem como os processos de adaptação podem variar de família para família. As relações sociais são importantes na performance das práticas (Hui, 2013). O lazer configura-se como uma opção de consumo familiar (Aquino & Martins, 2013).

Na presente pesquisa, visando entender de que forma se configuram os elementos da prática de consumo de lazer em famílias com membros com TEA, se analisa o consumo, que constitui um momento importante e presente na maior parte das práticas estudadas (Warde, 2017). Através dessa perspectiva, o estudo concentra-se nas diversas atuações e representatividade que as ações de grupos familiares com indivíduos com o Transtorno do Espectro Autista possam vir a desempenhar. Entender melhor suas práticas e a relação que estabelecem com outros atores sociais e organizações se torna relevante em um contexto de escassez de pesquisas científicas com foco nesses sujeitos.

4. TEORIAS DA PRÁTICA

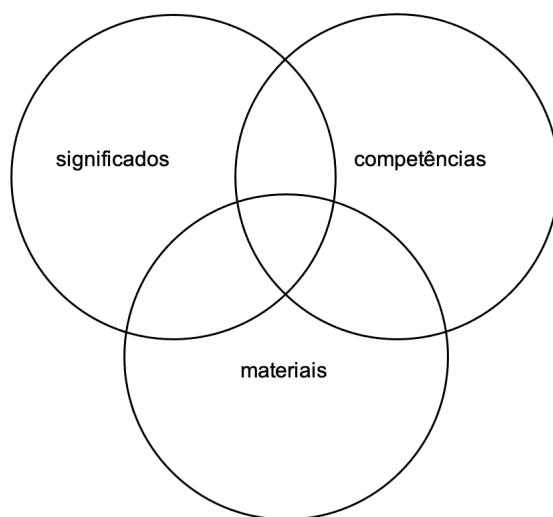
As teorias da prática não se unificam em uma grande escola de estudiosos (Bräuchler & Postill, 2010; Shove et al., 2012), sendo formada por um amplo grupo de teóricos nesse campo de estudos, como Reckwitz (2002) e Shove, Pantzar e Watson

(2012). Desde o seu surgimento, na década de 1970, abordagens dessas teorias têm se difundido em diversos campos de estudo, como filosofia, sociologia do consumo e neurociência. Dentro dessas abordagens, quatro tipos de teóricos da prática se destacam: os filósofos, como Wittgenstein e Taylor; os sociais, como Bourdieu e Giddens; os culturais, como Foucault; e os mais ligados à ciência e à tecnologia, como Latour (Bräuchler & Postill, 2010).

As práticas sociais são construídas com três elementos distintos: significado, que se refere aos ideais simbólicos e aspirações gerados por meio da dinâmica social prática; competências, mais relacionado às habilidades e técnicas desenvolvidas pelos indivíduos e necessárias para a performance social; materiais, que são tecnologias, ferramentas e todos os aparatos físicos que possibilitem a execução da prática (Shove, Pantzar & Watson, 2012).

Figura 1

Elementos das práticas.



Nota: Adaptado com base em Shove, Pantzar e Watson (2012).

Observa-se, portanto, que para formação das práticas é necessária a existência de elementos principais (significados, materiais e competências) e que os mesmos se articulam e se moldem em um conjunto harmônico. Em um estudo desenvolvido por Bessette et al. (2016) sobre o autismo, uma das mães traz em sua fala que a única

semelhança entre a família dela e das amigas é que ambas possuem crianças. Para ela, todas as práticas que eles realizam, inclusive o modo como compram, é diferente dos outros núcleos familiares. É por essa especificidade narrada que pesquisas sobre diferentes nuances sobre o autismo necessitam de atenção, seja direcionada aos cuidadores e familiares ou a pessoa que vive com TEA.

Assim, o estudo se baseia na ideia de que o consumo é uma competência necessária ao praticante (cuidadores) que, frequentemente, precisa usar ou experimentar algo para que possa incorporar a prática (Shove, Pantzar & Watson, 2012). Dessa forma, na próxima seção, serão discutidos os procedimentos metodológicos que garantirão o rigor do estudo e como se darão todas as etapas para a execução da pesquisa.

5. MÉTODO DA PESQUISA

A presente pesquisa é de natureza qualitativa do tipo básica, uma vez que busca compreender os fenômenos sociais apresentados e como se dão as relações complexas estabelecidas, construídas a partir da realidade do sujeito (Günther, 2006). Para Merriam e Tisdell (2015), é o interesse sobre determinado assunto que desperta no pesquisador essa busca por explicações e o seu objetivo é a expansão do conhecimento. Para este estudo, foram considerados como sujeitos de pesquisa os membros adultos de famílias que convivem com o Transtorno do Espectro Autista, integrantes de um grupo de cuidadores que residem no Agreste de Pernambuco no Nordeste Brasileiro, chamado Anjo Azul, e que participam ativamente no processo de educação de seus filhos. O Anjo Azul iniciou como um grupo de 15 pais em uma rede social, em 2017, mas cresceu e hoje abarca cerca de 230 famílias de crianças com autismo e profissionais de apoio.

A escolha desses sujeitos se deu por meio de uma indicação de outra pesquisadora, que conhece a líder do grupo. O acesso aos sujeitos se deu mediante autorização prévia dos participantes em questão. Os dados foram coletados entre os dias 28 de dezembro de 2020 e 04 de fevereiro de 2021. Primeiramente, os pesquisadores agendaram entrevistas com os membros que foram repassados para eles por meio do *WhatsApp*. As entrevistas eram agendadas pela plataforma do *Google Meet*, pois permite a gravação das mesmas. Depois, os cuidadores também foram convidados para participar da criação de autorrelatos. Um *link* de um formulário *on-line* do *Google* foi enviado por meio do *WhatsApp* e foi destacado a importância da participação dos familiares.

Foram incluídos no *corpus* da pesquisa, os responsáveis que participam do processo de cuidado dos indivíduos com TEA e que convivem com os mesmos em sua dinâmica familiar. Dessa forma, foram excluídos aqueles que não participam do processo de consumo ou têm poder decisório sobre essa prática. A quantidade de indivíduos entrevistados foi definida a partir do momento em que as respostas obtidas apresentaram um mesmo padrão, ou seja, sem nenhum aspecto novo para análise (Merriam & Tisdell, 2015) ou conhecimentos a respeito da prática em si, totalizando 9 participantes do estudo. Abaixo, encontra-se o quadro com a caracterização desses sujeitos de pesquisa.

Quadro 1

Caracterização dos sujeitos da pesquisa.

Identificação	Gênero	Idade	Membro com TEA	Idade do membro com TEA	Grau de Suporte
E01	Feminino	42 anos	Filho	5 anos	Leve a moderado
E02	Feminino	48 anos	Filho	15 anos	Leve
E03	Feminino	49 anos	Filho	10 anos	Severo
E04	Feminino	43 anos	Filho	23 anos	Leve
E05	Feminino	31 anos	Filho	4 anos	Moderado
E06	Feminino	38 anos	Filho	6 anos	Leve
E07	Masculino	46 anos	Filho	10 anos	Severo
E08	Masculino	53 anos	Filho	20 anos	Leve
E09	Feminino	38 anos	Filho	9 anos	Leve a moderado
AR01	Masculino	46 anos	Filho	10 anos	Severo
AR02	Feminino	42 anos	Filho	5 anos	Leve a moderado
AR03	Feminino	43 anos	Filho	23 anos	Leve

Para responder à pergunta de pesquisa, o estudo se dividiu em duas etapas: a primeira por meio de entrevistas semiestruturadas e a segunda com a utilização de diários para autorrelatos (Prodanov & Freitas, 2013). As entrevistas foram adotadas pela necessidade de obter dados básicos para entender melhor a relação entre os indiví-

duos estudados e como se dá sua situação com o problema de pesquisa. Já nos autor-relatos, os participantes fizeram uso de diários para narrar momentos de vivências da prática de consumo de lazer. O diário funciona assim como um dispositivo para captura da vivência das práticas em campo (Pezzato et al., 2019).

Diante da perspectiva de lidar com seres humanos, o presente artigo adota alguns recursos para garantir que parâmetros éticos sejam adotados, tais como: i) relevância social como garantia suficiente para a realização da pesquisa; ii) consentimento livre e registrado dos indivíduos, por meio da gravação na plataforma *Google Meet*; iii) seguridade e integridade no que diz respeito à identidade dos participantes; e iv) beneficência a todos referidos como sujeitos da pesquisa e à sociedade em geral (Leite et al., 2010).

Após a organização do *corpus* da pesquisa, foi realizada uma Análise do Conteúdo, que trabalha com o entendimento e a inferência dos processos de comunicação. Utilizando essa estratégia, a pesquisa desmistifica as intenções dos participantes com a descoberta de estilos e padrões comunicacionais (Martins & Theóphilo, 2009).

Seguindo todos os pressupostos elencados por Bardin (2016) e buscando a primazia dos resultados para um estudo ancorado nas Teorias da Prática, a presente pesquisa constitui como categorias de análise os elementos que configuram a formação de uma prática. Por esse motivo, a unidade de análise aqui estudada foi a prática, que nesse caso foi a de consumo de lazer vivenciada por cuidadores de crianças com o Transtorno do Espectro Autista. Assim sendo, são 3 as categorias utilizadas no trabalho para entender o fenômeno do lazer em famílias cujos membros possuem autismo: i) materiais, como ferramentas, recursos, infraestrutura e objetos necessários para a concretização da prática; ii) competências, que são habilidades e conhecimentos articulados imprescindíveis no desenvolvimento da prática; e iii) significados, que se referem aos entendimentos, emoções e convenções sociais em torno do objeto de estudo.

A próxima seção contempla a análise dos resultados com base nas exigências da Análise de Conteúdo e seguindo as premissas dessa técnica para o tratamento dos resultados obtidos.

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em todos os comentários acerca do TEA, os participantes da rede de apoio relataram que profissionais de saúde foram os que suspeitaram dos comportamentos dos

indivíduos sob os seus cuidados, corroborando os achados de Sampedro-Tobón et al. (2013). Ainda, de acordo com a literatura, é muito comum entender que o sentimento de luto pelo “filho ideal” acompanha a mãe por certo tempo (Duarte et al., 2016; Banach et al., 2010). Segue um depoimento em que se fala a respeito desse momento:

“Fui conversar com a psicóloga e ela me orientou a procurar por especialistas e a gente foi descobrindo. Mas eu tinha a descarga emocional de pensar que a **culpa** era minha, porque eu me transformei muito.” (E01, Feminino, 42 anos)

É comum na fala de mães entrevistadas palavras como culpa, descarga emocional, informações, cobranças (Banach et al., 2010). A mãe geralmente toma a frente dessa busca por ajuda. Como 7 dos 9 sujeitos de pesquisa são mulheres, é possível perceber o marcador social da diferença bastante ativo.

O lazer é um dos recursos necessários para manter a qualidade de vida, sobretudo quando falamos de pessoas que convivem diretamente com crianças com o TEA (Barbosa & Fernandes, 2009). Sobre o entendimento do que é lazer, algumas famílias passam por dificuldades para vivenciarem momentos prazerosos. Percebeu-se que à medida que o grau de autismo se eleva, a família tem mais obstáculos e evita praticar o consumo de lazer. Afinal, são necessários mais mecanismos de enfrentamento para evitar uma crise ou cuidar de uma pessoa que precisa de mais atenção (Abreu & Teodoro, 2012).

“Nós vivemos 24 horas em função do (nome da criança) [...] Mas o **pouco lazer que eu tenho hoje em dia**, é fazer uma caminhada com ele.” (E07, Masculino, 46 anos)

“Nós falamos muito das crianças e **acabamos esquecendo das famílias**, mas as famílias também precisam ser assistidas.” (E09, Feminino, 38 anos)

Percebe-se que recursos são necessários e importantes para que o lazer se constitua como prática. Um deles, o elemento humano, se faz imprescindível e carece de maior consciência a respeito do que é conviver com um ser com um transtorno. Por isso, na próxima seção, serão discutidos os aspectos das 3 categorias de análise da prática de consumo de lazer: materiais, competências e significados.

6.1. Elementos Envolvidos na Prática de Consumo de Lazer de Famílias com Membros com Autismo

Diante dos depoimentos trabalhados nesse estudo, foram encontradas três categorias dentro desse elemento da prática (materiais), a saber: **Produtos**, que engloba todos os itens que possibilitam o lazer e que foram adquiridos ou concedidos para o consumo; **Infraestrutura** pública, que se referem a momentos em que o consumo dos materiais se dá em ambientes públicos; **Espaços privados**, locais onde os serviços e produtos oferecidos são usufruídos por meio de recursos privados; e Pessoas, que se traduzem nas pessoas envolvidas e praticantes do lazer, sejam elas os cuidadores ou não, mas que estão desfrutando do mesmo espaço que outros carregadores dessa prática.

Na categoria Produtos foi identificado que boa parte dos bens adquiridos pelos cuidadores tinham como objetivo educar as crianças, tratar os transtornos, como o Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), além de terem sido adaptados ou usados de forma inadequada pelos membros com autismo. Podemos perceber que os produtos estão vinculados a brinquedos didáticos e experiências pedagógicas, cujo sentido está atrelado muitas vezes ao cuidar das crianças e desenvolvê-las por meio dos estímulos. Na fala dos cuidadores, é notória uma busca para que seus filhos se adequem ao padrão neurotípico e possam desfrutar do lazer e de outras atividades como eles esperavam.

Já a experiência em espaços públicos pode vir a ser estressante, pois precisam estar em constante e plena atenção nos seus filhos e a infraestrutura oferecida pelo poder público muitas vezes se encontra defasada. Contrariamente ao exposto, analisando os Espaços privados, investimentos em espaços privados de lazer focados em atender essa população, com profissionais treinados para atuar junto às pessoas com TEA podem ser relevantes, pois o medo do constrangimento nesses lugares é um fator inibidor para a prática de consumo de lazer. O receio das crises fez surgir uma unidade analítica (Seletividade dos espaços). Quando falam dos lugares que consomem, os cuidadores se tornam mais cuidadosos e passam a selecionar melhor os espaços que irão frequentar.

“Antes da pandemia, **eu já sentei na praça de alimentação lotada enquanto ele se jogava no chão e esperava acabar a crise**. Eu tinha que contê-lo para tentar ir embora. E todo mundo olha. E eu, (nome da cuidadora), que sou mãe dele,

não me importo de as pessoas olharem. Mas **o pai dele não gostava de levar** justamente pelos olhares das pessoas.” (E03, Feminino, 49 anos)

Um elemento importante e comumente citado, pessoas não somente ativam a prática, mas são responsáveis por modificá-las, sobretudo em contextos diferentes. Quando observada, essa categoria traz o principal carregador da dinâmica dos elementos da prática de consumo de lazer. Sendo assim, percebe-se que a questão dos momentos de diversão do cuidador se mantém aquém do que seria necessário para uma melhor qualidade de vida. Ademais, essas experiências estão atreladas aos seus filhos, de maneira codependente.

Para que as práticas possam ser vivenciadas, é necessário que haja um importante elemento dentro da tríade proposta por Shove, Pantzar & Watson (2012): competência. Conforme falado anteriormente, as competências envolvem habilidades desenvolvidas para que determinada prática seja executada enquanto performance ou experienciada enquanto entidade.

Quando se fala da prática de consumo de lazer, os familiares de pessoas com autismo entrevistados nesta pesquisa trazem algumas unidades de análise em suas falas, tais como: aprendizados da vida, na qual explicitam contextos de vida que os auxiliam em proporcionar melhores momentos de lazer; competências da área profissional, a partir dos quais muitos aplicam em suas vivências; cursos, geralmente feitos com o objetivo de melhorar o lazer com a pessoa com autismo; orientações de profissionais, uma vez que os materiais têm o cunho didático, o conhecimento de profissionais se torna necessário para a aplicação destes; e, por fim, troca entre cuidadores, em que os mesmos repassam competências e habilidades que auxiliem nesse aspecto.

“Tudo que fazemos também é com a orientação dos profissionais que cuidam dele porque **não conseguimos fazer isso sozinhos**, então, pegamos dicas com todos eles e assim vamos seguindo.” (E07, Masculino, 46 anos)

Os familiares em análise geralmente consumiram produtos e serviços na área de educação e utilizaram as habilidades dos cursos de ensino superior, como Pedagogia e Serviço Social. Percebe-se que quanto mais informado sobre o transtorno e quanto maior for a busca de conhecimentos a respeito do tema, mais esse praticante adquire competências necessárias para experienciar momentos de lazer em família. Afinal, o desconhecimento a respeito do TEA pode gerar uma dificuldade no aprendizado de

competências necessárias para a prática de consumo de lazer em famílias que convivem com esse transtorno (Kinnear et al., 2019).

Quando explorados nas falas dos entrevistados, os significados representam as emoções e os entendimentos que os mesmos atribuem a uma determinada prática (Shove, Pantzar & Watson, 2012). Como um dos objetos de estudo deste artigo, o lazer é uma prática importante que pode possibilitar o surgimento de outras dentro do contexto familiar e ser a base para que possam ser incorporadas pelos praticantes. Dados comprovam que esses indivíduos participam menos de momentos de recreação o que acaba desfavorecendo o desenvolvimento de competências, algumas necessárias para que *links* de novas práticas possam ser feitos (Mactavish & Schleien, 2004).

Dessa forma, na perspectiva do lazer, foram identificados significados como: evolução de habilidades, dualidade entre prazer e estresse, auto-cobrança, primordialidade e gastar energias. No que diz respeito à evolução de habilidades, o significado está atrelado sobretudo à prática de consumo de lazer como uma oportunidade para a criança desempenhar ações esperadas para o seu desenvolvimento. Como as pessoas com autismo têm comportamentos ou habilidades sociais inadequadas em certas situações, é no lazer que surge esse sentido. Para isso, o significado se combina à competência “orientação de profissionais” e ao material “brinquedos pedagógicos”. Assim sendo, o lazer pode ser performado por certas famílias trazendo a dinâmica entre esses três elementos.

Um dos principais significados para a prática de consumo de lazer traz como significado gastar energias, principalmente quando está associado a outros transtornos, sobretudo o TDAH. Sendo assim, esse elemento se liga a outros que tenham como objetivo deixar a criança cansada e, assim, promover mais tempo livre aos familiares que desejarem focar em seus projetos pessoais e inclusive em um lazer que não inclua esse membro da família, o que é raro de acontecer já que há um isolamento do núcleo familiar de outros momentos de socialização (Gray, 1993).

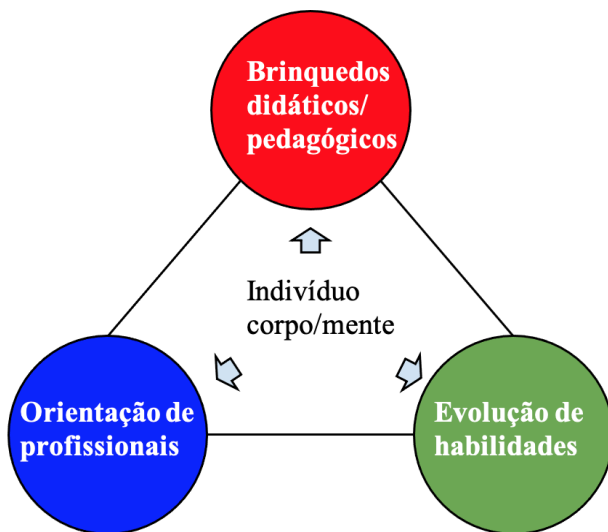
“Eu preciso gastar as energias dele, pra poder trabalhar por aplicativo durante a noite. O lazer que eu faço com ele é mais para gastar as energias.” (E07, Masculino, 46 anos)

Percebe-se que, para a constituição da prática de consumo de lazer pela ótica desses praticantes, há o *link* entre os três elementos que formam a prática de acordo com

Shove, Pantzar e Watson (2012). É interessante salientar que alguns significados parecem estar também atrelados a outras práticas, que podem ser estudadas em pesquisas futuras, como o cuidar, o consumir e o educar. Pode ser compreendido que elementos podem fazer parte de outras práticas e oferecerem práticas distintas apenas pela alteração ou reorganização de um deles.

Figura 2

Links da prática sendo feitos.



Nota: Adaptado com base em Shove, Pantzar & Watson (2012).

Observa-se também que o consumo está influenciado pela indicação e colaboração dos profissionais de saúde, a partir do momento em que possuem conhecimento ou já viveram situações semelhantes. É necessária, então, uma investigação que compare a compra de produtos pedagógicos pelas famílias para entender esse fenômeno e saber se existe, de fato, uma diferença entre o consumo pelos neurotípicos e as pessoas com autismo. O elemento material geralmente tem como significado, nesse caso, a evolução das habilidades da criança com o intuito de a aproximarem da “normalidade”, podendo também estar atrelado a outros significados como gerar gasto de energia ou simplesmente ocupar a criança.

No que diz respeito aos elementos materiais, utilizados para que a prática de consumo de lazer possa ser reproduzida, percebeu-se que produtos como brinquedos,

geralmente, são adaptados para a utilização em momentos de lazer. Contudo, principalmente objetos adquiridos para fins pedagógicos têm maior volume nas verbalizações dos sujeitos entrevistados, o que está entrelaçado com a necessidade de desenvolver aspectos como fala, habilidades sociais e motoras nas crianças. Essa é uma das preocupações de pais com filhos autistas, pois cada momento vivenciado é uma oportunidade para o desenvolvimento.

Infraestruturas públicas aparecem no discurso dos praticantes, geralmente citadas envolvendo o aspecto negativo, pois os usuários não trazem boas experiências ao falar desses equipamentos disponíveis para toda a população. Já no caso dos espaços privados, os principais fatores que podem desestimular a prática de consumo de lazer são a falta de compreensão das pessoas acerca do autismo e o receio de que a criança possa ter crises em ambientes de socialização. Além disso, muita gente acredita que a agressividade seja um comportamento típico no autismo. Com isso, algumas empresas só permitem a permanência das crianças em espaços de lazer com o acompanhante.

Neste sentido, se faz necessário ampliar os conhecimentos a respeito do TEA na população por meio de ferramentas educativas balizadas por profissionais da saúde, que atuam como um dos principais agentes no repasse de habilidades. Pode ser feito por meio de *lives* em mídias sociais e cursos voltados para promover mais conhecimento a respeito do tema ou palestras gratuitas oferecidas pelos poderes públicos. Somente por meio do conhecimento a respeito do autismo, famílias poderão articular melhor as práticas envolvendo familiares com esse transtorno.

Quando se busca examinar os significados presentes na prática de consumo de lazer, em consonância com os estudos sobre o autismo, é perceptível nos relatos o sentimento de culpa e de luto pelo filho ideal. O lazer, portanto, passa a ser um espaço em que a família pode simular uma rotina mais leve. Contudo, a prática passa a ser utilizada para desenvolver as pessoas com autismo ou ajudá-las a desenvolverem melhor as habilidades requeridas para uma melhor socialização.

O poder público traz poucas iniciativas no amparo a essas famílias. Parques, equipamentos e demais infraestruturas em condições precárias impedem a realização da prática de consumo de lazer por boa parte das famílias que constituíram o *corpus* da pesquisa. Por outro lado, na iniciativa privada, encontra-se um mercado a ser explorado, que ofereça um ambiente adaptado e possa atender pessoas com autismo e suas famílias. Crianças com TEA e TDAH, conforme observado na pesquisa, necessitam se movimentar para se manter sempre ativas. Portanto, atividades como

viagens em grupo, natação e outras que possam ser desenvolvidas ao ar livre parecem ser de interesse dos cuidadores, que atribuem significados relevantes a essas práticas e aproveitam esse contexto para trocar e compartilhar competências com seus pares.

Assim, considera-se que esta pesquisa levanta perspectivas, no entendimento do TEA, relevantes para o mercado e setor público. Outras práticas, inclusive algumas percebidas nas entrevistas e autorrelatos, como o cuidar e o educar, podem ser analisadas a partir dessas teorias e entendidas a fim de destacar o contexto estigmatizado dessas famílias. Afinal, nos discursos dos praticantes, é possível perceber a intersecção entre as práticas, bem como o compartilhamento de elementos entre elas.

Posto isso, as práticas de consumo de lazer de famílias com membros com TEA se configuram por meio do elo formado entre materiais (geralmente adaptados ou com fins pedagógicos), conhecimentos (como os repassados por profissionais ou aprendidos de maneira autodidata) e significados específicos (como dualidade entre prazer e estresse ou auto-cobrança). A articulação entre esses elementos possibilita uma percepção valiosa para compreender as dinâmicas sociais desses indivíduos e a sua relação com a prática estudada. A seguir, são apresentadas as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consumir também traz protagonismo às famílias de pessoas com autismo e que as torna cidadãos por ocupar um espaço de direito em uma sociedade voltada para o consumo. Portanto, ao proporcionar melhorias no momento de usufruto de espaços ou ainda em lojas e outros empreendimentos que facilitem a compra de produtos e serviços voltados para o lazer, há a mudança dos paradigmas enfrentados por esses praticantes. Por esse motivo, algumas proposições são apresentadas abaixo como forma de gerar mais bem-estar e qualidade de vida.

Inicialmente, são necessários profissionais capacitados para atendimento ao público em caso de receberem pessoas com autismo e poderem atender às necessidades específicas, como as de qualquer outro consumidor. Para isso, também pode ser necessária a criação de uma instituição formadora de pessoal preparada para atender a essa demanda. Ademais, iniciativas públicas e privadas que possam proporcionar um lugar para deixar as crianças por determinado período e que os cuidadores possam realizar os seus próprios lazeres, sem dependerem única e exclusivamente de familiares com quem possam deixar os filhos sob seus cuidados.

Em contrapartida, o poder público necessita prestar maior auxílio às mães, que geralmente são as mais sobrecarregadas e em muitos casos cuidam sozinhas de seus filhos. Dessa forma, não apenas um auxílio em terapia deve ser oferecido aos filhos, mas às cuidadoras que também precisam estar com a saúde mental o mais estável possível. Assim, também poderiam ser fortalecidas e criadas mais associações de mães com pouca renda que façam trabalhos manuais, como costura, e que possam angariar renda para complementar as despesas com os filhos.

Outra questão que pode ser considerada é a flexibilização nas condições trabalhistas para todos os gêneros de forma a possibilitar não somente mais tempo para a prática do lazer, bem como oportunidade de renda para que o consumo de outros produtos e serviços possa ser vivenciado.

Além disso, podem ser oferecidas atividades ao ar livre desenvolvidas para o público, como viagens curtas oferecidas para pessoas com algum tipo de transtorno ou exercícios físicos voltados para gastar as energias. Também se faz necessária a revitalização de praças e parques públicos, bem como a criação de um ambiente voltado para os cidadãos com autismo, TDAH e outros transtornos.

Por fim, campanhas ou políticas públicas que enfatizem a importância da família e amigos no cuidado e nos momentos de lazer com a criança e os seus cuidadores são relevantes para a conscientização a respeito do transtorno com o qual as famílias convivem.

Para que algumas das proposições apresentadas acima possam ser vivenciadas, um dos materiais mais indispensáveis (seres humanos e carregadores da prática) precisa se conscientizar a respeito das diferenças. Urge que cada vez mais cuidadores do sexo masculino possam assumir o seu papel na criação de seus filhos, netos ou qualquer que seja o arranjo familiar estudado e dividir essa tarefa socialmente imposta à figura feminina. Também se faz necessário que famílias parem de estigmatizar essas pessoas pelo transtorno que as cerca e passem a abraçá-las não somente nessa prática estudada.

Além dessas limitações acima apresentadas, observou-se uma dificuldade de engajamento nos autorrelatos por conta da rotina intensa dos sujeitos da pesquisa. Um outro fator limitador foi a utilização de apenas um grupo de familiares para analisar o problema em questão.

Como agenda de pesquisa futura, esta pesquisa sugere que se observe como os espaços de lazer urbanos e rurais estão colocados ou não em relação ao consumo de cuidadores de crianças com TEA. Ademais, seria interessante focar no gênero mas-

culino e entender como uma pesquisa com o *corpus* formado majoritariamente pelo gênero masculino pode influenciar na dinâmica entre os elementos da prática.

REFERÊNCIAS

- Abreu, A., & Teodoro, M. L. M. (2012). Família e autismo: uma revisão da literatura. *Contextos clínicos*, 5(2), 133-142. <https://doi.org/10.4013/ctc.2012.52.07>
- Allen, K. (2021). *Mothers' Perceptions of Day Care Programs for Adults with Autism* (Tese de doutorado). Capella University.
- Althoff, C. R., Renck, L. I., & Sakae, S. V. S. S. (2005). Famílias de crianças que necessitam de cuidados especiais: o impacto sobre a vida familiar. *Família, Saúde e Desenvolvimento*, 7(3), 221-229. <http://dx.doi.org/10.5380/fsd.v7i3.8027>
- American Psychiatric Association [APA](2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Anapopoulos, E. P. (2015). One More Time: What Is Practice? *TAP: Teoria e Prática em Administração*, v. 5, n. 2, p. 1-26. https://www.researchgate.net/publication/304579913_One_more_time_-_What_is_Practice
- Aquino, C. A. B., & Martins, J. C. O. (2013). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 7(2), 479-500. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200013
- Banach, M., Iudice, J., Conway, L., & Couse, L. J. (2010). Family support and empowerment: Post autism diagnosis support group for parents. *Social work with groups*, 33(1), 69-83. <https://doi.org/10.1080/01609510903437383>
- Barbosa, Milene Rossi Pereira, & Fernandes, Fernanda Dreux Miranda. (2009). Qualidade de vida dos cuidadores de crianças com transtorno do espectro autístico. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 14(4), 482-486. <https://doi.org/10.1590/S1516-80342009000400009>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. (3ª Reimpressão). Edições 70.
- Bentenuto, A., Perzoli, S., de Falco, S., & Venuti, P. (2020). The emotional availability in mother-child and father-child interactions in families with children with Autism Spectrum Disorder. *Research in Autism Spectrum Disorders*, 75. <https://doi.org/10.1016/j.rasd.2020.101569>

- Bessette, G. J., McAlpine, C. P., Garwick, A., & Wieling, E. (2016). Severe Childhood Autism: The Family Lived Experience. *Journal of Pediatric Nursing*, 31(6), 580–597. <https://doi:10.1016/j.pedn.2016.09.002>
- Bräuchler, B., & Postill, J. (Eds.). (2010). *Theorising media and practice* (4). Berghahn Books.
- Brewer, A. (2018). “We were on our own”: Mothers’ experiences navigating the fragmented system of professional care for autism. *Social Science & Medicine*. <https://doi:10.1016/j.socscimed.2018.08.039>
- Carvalho-Filha, F. S. S., Silva, H. M. C., Castro, R. D. P. D., Moraes-Filho, I. M. D., & Nascimento, F. L. S. C. D. (2018). Coping e estresse familiar e enfrentamento na perspectiva do transtorno do espectro do autismo. *Revista de Divulgação Científica Sena Aires*, 7(1), 23-30. <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/300>
- Dias, C. L., Costa, E. M., & Barbosa-Medeiros, M. R. (2021). Qualidade de vida de pais de crianças com transtorno do espectro do autismo. *Comunicação em Ciências da Saúde*, 32(02).
- Duarte, C. P., Schwartzman, J. S., Matsumoto, M. S., & Brunoni, D. (2016). Diagnóstico e intervenção precoce no transtorno do espectro do autismo: Relato de um caso. In Caminha, VL, Huguenin, J., Assis, LM & Alves (Org.). *Autismo: Vivências e Caminhos*. 45-56. <http://dx.doi.org/10.5151/9788580391329-07>
- Gray, D. E. (1993). Perceptions of stigma: the parents of autistic children. *Sociology of Health and Illness*, 15(1), 102–120. <https://doi.org/10.1111/1467-9566.ep11343802>
- Guedes, N. P. D. S., & Tada, I. N. C. (2015). A produção científica brasileira sobre autismo na psicologia e na educação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(3), 303-309. <https://doi.org/10.1590/0102-37722015032188303309>
- Günther, H. (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 22(2), 201-210. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>
- Hui, A. (2013). Moving with practices: The discontinuous, rhythmic and material mobilities of leisure. *Social & Cultural Geography*, 14(8), 888-908. <https://doi.org/10.1080/14649365.2013.827736>
- Kanner, L. (1943). Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, 2, 217-250.

- Kinnear, D., Rydzewska, E., Dunn, K., Hughes-McCormack, L. A., Melville, C., Henderson, A., & Cooper, S. A. (2019). Relative influence of intellectual disabilities and autism on mental and general health in Scotland: a cross-sectional study of a whole country of 5.3 million children and adults. *BMJ open*, 9(8), e029040. <https://0.1136/bmjopen-2019-029040>
- Leite, A., Alexandre, M., Tacconi, M., & Araújo, M. (2010). Percepções e reflexões de pesquisadores—uma abordagem sobre ética na pesquisa. *Encontro da ANPAD*, 34, 1-15.
- Martins, G. D. A., & Theóphilo, C. R. (2009). Metodologia da investigação científica. *São Paulo: Atlas*, 143-164.
- Merriam, S. B., & Tisdell, E. J. (2015). *Qualitative research: A guide to design and implementation*. John Wiley & Sons.
- Messa, A. A., de Araújo, C. O., Freitas, C. S., Penna, E. C. G., Yasui, É. M., Aguiar, L. G., ... & Garcia, R. R. (2005). Lazer familiar: um estudo sobre a percepção de pais de crianças com deficiência. *Cadernos de Pós-graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 5(1). https://www.researchgate.net/publication/267562290_Lazer_familiar_um_estudo_sobre_a_percepcao_de_pais_de_crianças_com_deficiencia
- Mick, D., Pettigrew, S., Pechmann, C., & Ozanne, J. (2012). Origins, qualities, and envisionments of Transformative Consumer Research. In: Mick, D., Pettigrew, S (Orgs). *Transformative Consumer Research for Personal and Collective Well-Being*. (1ed). Routledge
- Munteanu, C. & Dillenburger, K. (2009). Familyfunctioning during the diagnosis process in familieswith children on the autism spectrum. *SystemicTherapy*, 3, 39–55. <https://pure.qub.ac.uk/en/publications/family-functioning-during-the-diagnosis-process-in-families-with->
- OMS. (2019). *Autism spectrum disorders*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>
- OPAS Brasil. (2017). *Folha informativa - Transtorno do espectro autista*. <https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>.
- Pezzato, L. M., Botazzo, C., & L'Abbate, S. (2019). O diário como dispositivo em pesquisa multicêntrica. *Saúde E Sociedade*, 28(3), 296–308. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180070>.

- Pinto, R. N. M., Torquato, I. M. B., Collet, N., Reichert, A. P. S., Souza Neto, V. L., & Saraiva, A. M.. (2016). Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 37(3), e61572. <https://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.03.61572>
- Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. (2ª Ed). Editora Feevale.
- Reckwitz, A. (2002). Toward a theory of social practices: A development in culturalist theorizing. *European journal of social theory*, 5(2), 243-263. <https://doi.org/10.1177/13684310222225432>
- Sampedro-Tobón, M. E., González-González, M., Vélez-Vieira, S., & Lemos-Hoyos, M. (2013). Detección temprana en trastornos del espectro autista: una decisión responsable para un mejor pronóstico. *Boletín médico del Hospital Infantil de México*, 70(6), 456-466. <http://www.scielo.org.mx/pdf/bmim/v70n6/v70n6a6.pdf>
- Santos, L. L. D. S., & Silveira, R. A. D. (2015). Por uma epistemologia das práticas organizacionais: a contribuição de Theodore Schatzki. *Organizações & Sociedade*, 22(72), 79-98. <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230724>
- Shove, E. & Pantzar, M. & Watson, M. (2012). *The dynamics of social practice: Everyday life and how it changes*. Sage.
- Simões, C. L. (2012). *O Autismo e o seu impacto na família* (Tese de doutorado).
- Silva, F. S. C., & de Viera, E. V. D. V. (2018). Benefícios do Turismo como atividade de lazer para pessoas autistas: um estudo de caso sobre a iniciativa do Clube Social Pertence. *Fólio-Revista Científica Digital-Jornalismo, Publicidade e Turismo*, (2), 157-170.
- Taschner, G. (2010). Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais. *Ciências Sociais Unisinos*, 46(1), 47-52. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93820632007>
- Warde, A. (2017). *Consumption*. Palgrave Macmillan.
- Wong, C., Odom, S. L., Hume, K. A., Cox, A. W., Fettig, A., Kucharczyk, S., & Schultz, T. R. (2015). Evidence-based practices for children, youth, and young adults with autism spectrum disorder: A comprehensive review. *Journal of autism and developmental disorders*, 45(7), 1951-1966. <https://doi.org/10.1007/s10803-014-2351-z>

FICHA TÉCNICA

Diretor: **Vasco Almeida**

Conselho de Redação/Associated Editors: **Fernanda Daniel, Henrique Vicente, Inês Amaral, Maria João Barata**

Conselho Editorial/Editorial Board:

Ana Albuquerque Queiroz, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Ana Maria Botelho Teixeira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Ana Maria Loffredo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

Arley Andriolo, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Carlos Flores Jacques, School of Humanities and Social Sciences, Al Ahkawayn University Ifrane, Marrocos

Fernanda Rodrigues, Faculdade de Ciências Sociais, Mestrado em Serviço Social, Universidade Católica Portuguesa, Braga

Francisco Esteves, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE-IUL - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal RN

Isabel Soares, Departamento de Psicologia Aplicada, Universidade do Minho, Braga

José A. Bragança de Miranda, Departamento de Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Carlos Zanelli, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC

José Esteves Pereira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Marques Guimarães, CEPES - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto

José Paulo Netto, Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro

José Pedro Leitão Ferreira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

José Pinheiro Neves, Departamento de Sociologia ICS, Universidade do Minho

José Pinto Gouveia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Jorge Trindade, Instituto de Psicologia, Porto Alegre

Lúcia Barroco, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Leny Sato, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo

Manuel Morgado Rezende, Programa de Graduação em Psicologia da Saúde, Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Maria Carmelita Yasbek, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Maria José Aguilar Idáñez, Departamento de Derecho de Trabajo y Trabajo Social, Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca

Maria Nunes Dinis, Division of Social Work, California State University, Sacramento, USA

Mathilde Neder, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Núcleo de Psicologia Hospitalar e Psicossomática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Paula Cristina Tavares, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo Coelho de Araújo, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo César Sandler, Sociedade Brasileira de Psicanálise

Pedro Nobre, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Yara Frizzera Santos, Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica Belo Horizonte MG

Editor e Proprietário:
Instituto Superior Miguel Torga

NIPC 900201835

Sede de Redação:

Largo da Cruz de Celas n.º 1

3000-132 Coimbra

Design, Paginação e Web:
Paulo Pratas

ISSN: 2184-3929

CAPA: Imagem de fundo, a partir do quadro de Paul Klee, *Der Paukenspieler* (O Tocador de Tambor), 1940.